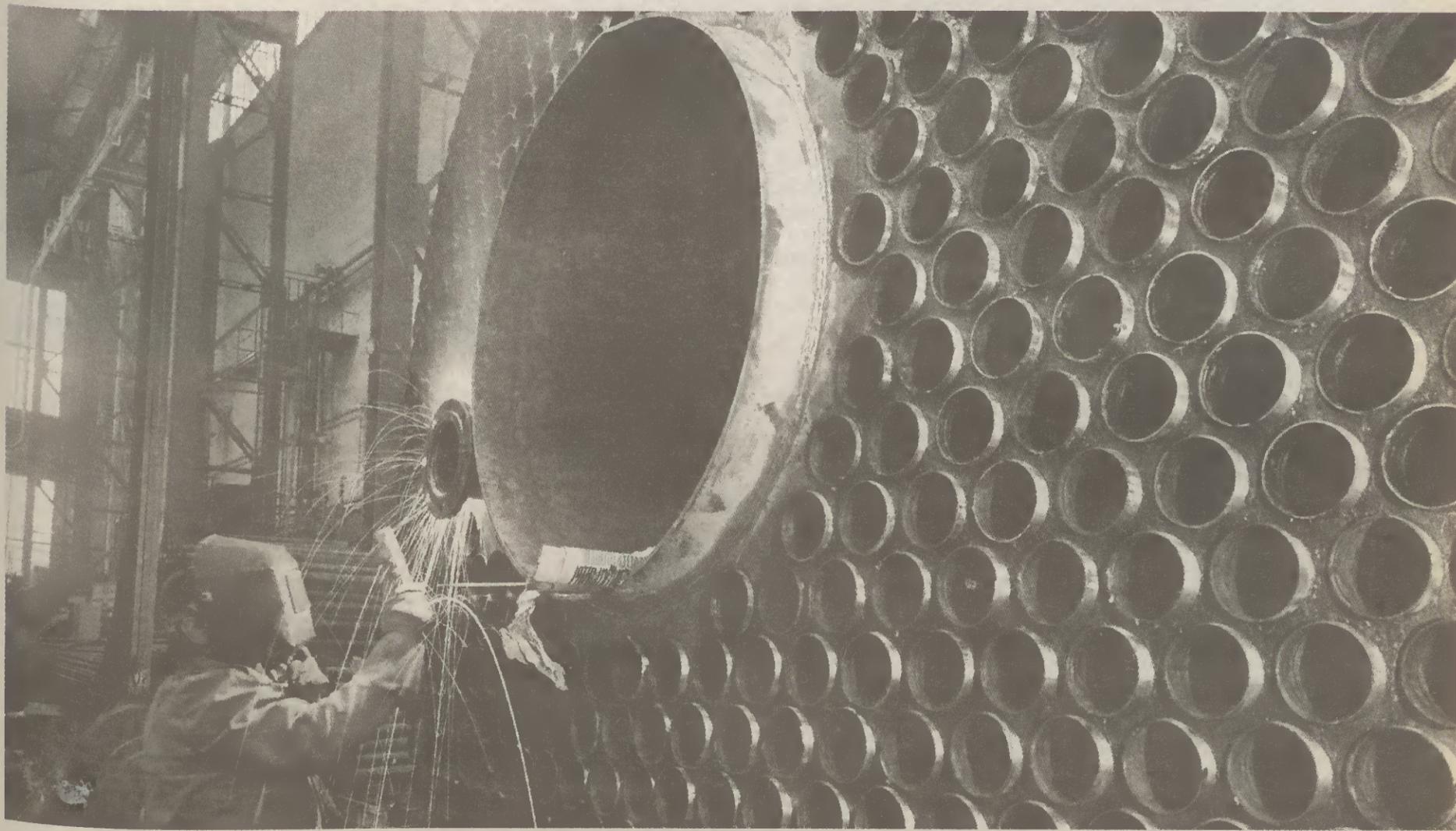


Comunistas decisivos na defesa dos direitos

O motor das lutas

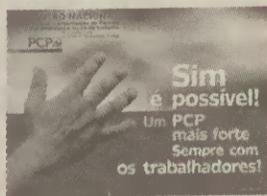
A acção e presença do Partido nos locais de trabalho é garantia de uma defesa eficaz dos direitos dos trabalhadores. Esta a realidade que o *Avante!* testemunhou junto de comunistas de grandes empresas industriais do distrito de Lisboa.

Págs. 5 e 6



PCP prepara Encontro Nacional

Conhecer a realidade que transformamos



Aprofundar o conhecimento das dinâmicas sociais em Portugal é um dos objectivos do Partido na preparação do Encontro Nacional sobre a acção e a intervenção nas empresas e locais de trabalho.

Centrais

Carvalhas em Montemor-o-Novo Encontro Regional da JCP

Com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que interveio no final, realizou-se o 6.º Encontro Regional de Évora da Juventude Comunista Portuguesa.

Pág. 15

Orçamento do Estado PCP vota contra

Regressão social, aprofundamento das desigualdades, penalização dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos. Algumas das razões que levam o PCP a votar contra.

Pág. 13

A recepção de Fischler Veementes protestos

Agricultores e pescadores portugueses recebem com protestos a visita do comissário europeu. Agostinho Lopes qualifica de «fraude política» as propostas da Comissão.

Pág. 20

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

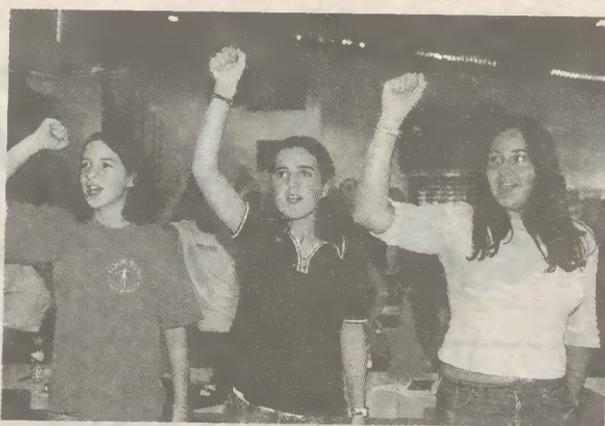
TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Encontro Regional da JCP em Évora

Resumo

2 Quarta-feira

Portugal e Espanha não chegam a acordo sobre ligação para o comboio de alta velocidade, na XVIII Cimeira Luso-espanhola de Valência • Seis jovens ocupantes de uma carrinha morrem atravessando-se à frente de comboio na passagem de nível de Santos, em Lisboa • Secretário de Estado do Orçamento defende na AR mecanismos de facilitação da venda da rede fixa da PT • Furacão «Lili» fere cinco pessoas e danifica milhares de habitações em Cuba • Verdes suecos apoiam formação de governo social-democrata • Milosevic acusa no TPI o actual presidente croata de envolvimento em assassinios.

3 Quinta-feira

O Partido Socialista anuncia que vai votar contra OE na generalidade, reservando o sentido do seu voto após a votação na especialidade • Barroso e Aznar discutem na Cimeira de Valência a ligação Portugal-Espanha por TGV • Supremo Tribunal de Justiça absolve, por fim, Carlos Melancia, num processo em que foi acusado de corrupção passiva e cujo primeiro julgamento teve início há quase dez anos • Hans Blix, chefe dos inspectores da ONU no Iraque, comunica ao Conselho de Segurança o acordo de Bagdad para o regresso da sua equipa àquele país • O Tribunal de Segurança da Turquia comuta a pena do dirigente curdo Abdullah Öcalan, que antes fora condenado à morte, pena recentemente abolida no país.

4 Sexta-feira

Bernardino Soares anuncia a intenção do PCP de votar contra o Orçamento do Estado apresentado pelo Governo • Chega ao fim o processo de audições na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a actuação do Governo no caso das acções do Benfica • Ministério Público pede a condenação do antigo autarca da Guarda, o socialista Abílio Curto, acusado de vários crimes, entre os quais o de associação criminosa • A Governadora do Estado do Rio de Janeiro solicita ao Presidente Henrique Cardoso, que concede, o envio de tropas para ocupar a capital no dia das eleições presidenciais • Presidente turco considera inaceitável uma acção militar dos Estados Unidos contra o Iraque, que não assente na legitimidade internacional.

5 Sábado

Carlos Carvalhas participa, em Évora, no Encontro Regional

da Juventude Portuguesa • O 92.º aniversário do 5 de Outubro é comemorado na capital com a participação de Jorge Sampaio. O Presidente deixa implícitas no seu discurso críticas à actuação de Paulo Portas • Xanana Gusmão visita Portugal na condição de chefe do Estado de Timor-Leste • O presidente da Câmara de Gaia, membro do PSD, critica a governação de Durão Barroso, a propósito das opções do Orçamento do Estado.

6 Domingo

Na primeira volta das eleições presidenciais do Brasil, Lula da Silva vence folgadoamente, atingindo 46,44 % dos votos, enquanto José Serra obtém 23,21, passando os dois candidatos à segunda volta • É divulgada uma avaliação das escolas secundárias portuguesas, suscitando viva oposição dos professores e dos pais, para além da maioria das instituições visadas • Durão Barroso vai à Madeira anunciar benesses do Governo à Região Autónoma e suscitando elogios de João Jardim • João Paulo II canoniza o fundador da Opus Dei, Josemaría Escrivá, numa cerimónia que conta com a presença de 300 mil peregrinos.

7 Segunda-feira

George Bush volta a insistir nas «razões» que assistem aos Estados Unidos para justificar uma intervenção no Iraque, num discurso proferido em Cincinnati • Nova escalada de violência israelita contra os palestinianos. Desta vez em Gaza, os militares assassinam 14 pessoas • Maria das Neves Sousa, do MLSTP, forma em S. Tomé um governo de unidade com personalidades de todos os grupos representados no parlamento • Três investigadores, dois do Reino Unido e um dos EUA, são galardoados com o Nobel da Medicina, pelos seus trabalhos na área da genética.

7 Terça-feira

Centena e meia de trabalhadores da RTP, entre os quais alguns destacados profissionais, aderem ao «programa de rescisões da administração» • As obras no Estádio da Luz param, enquanto a Somague exige pagamento de 50 milhões de euros • Eleitos autárquicos reagem desfavoravelmente à decisão do Governo de proibir às autarquias endividamentos bancários • Um militar dos EUA é morto a tiro no Kuwait por dois desconhecidos • Ariel Sharon anuncia que as operações militares israelitas em Gaza vão continuar • ANC ganha o controlo da cidade do Cabo devido à divisão da AD.

Aconteceu



Recados republicanos

O 92.º aniversário da República foi comemorado com a discrição costumeira. Há muito substituído pelo 25 de Abril e pelo 1.º de Maio em termos de celebração popular da democracia, confina-se a cerimónias oficiais, com mais ou menos personalidades e ornamentado agora pelas crinças que Santana Lopes fez vestir com as cores nacionais e mandou alinhar na Praça do Município. O discurso do Presidente da República, porém, lançou uma pedra no pântano e provocou ondas. Falando da necessidade de um comportamento ético por parte dos deten-

tores de cargos políticos, Jorge Sampaio, que se referiu ao dever que têm de «prestigar e valorizar as instituições da democracia representativa» e lamentou «a falta de uma cultura de rigor, de transparência e prestação de contas, de coerência entre as proclamações e as práticas», foi interpretado por toda a gente como tendo visado Paulo Portas, sem nunca nomear o ministro da Defesa. Nesta leitura, apenas os membros do Governo e os seus apoiantes — nem todos — não viram qualquer crítica implícita à prática política da direita.

«Doping» no Mundial?

O antigo presidente do Instituto Nacional dos Desportos, Manuel Brito, em retumbantes declarações a um semanário, fez pesadas acusações a Gilberto Madaff, que considerou incapaz de liderança e de «irresponsabilidade nos casos de doping surgidos no futebol». As acusações e as suspeitas lançadas por Manuel Brito — nomeadamente de se terem registado elevados níveis de nandrolona entre

os seleccionados — o ex-responsável do laboratório de antidopagem terá detectado seis casos no limiar do que é permitido — caíram mal nos responsáveis da Federação Portuguesa de Futebol, acusada de saber do teste positivo do jogador Kenedy antes de este partir para Macau. A FPF reagiu anunciando que vai acionar judicialmente o entrevistado, a quem acusa de haver proferido informações falsas.



Escolas em «avaliação»

A «avaliação» dos alunos serviu ao Governo, desta vez, para tornar pública uma «avaliação das escolas, com abusivas comparações entre as públicas e as privadas. A coisa parece não ter agradado a ninguém, a não ser às escolas que surgiram, por obra e graça da «opção estatística» do

Ministério, nos primeiros lugares. Há muitas escolas, entretanto, que se sentem lesadas, ou no seu prestígio e dos seus professores, ou nos seus negócios e dos seus patrões. Os próprios pais se queixam da iniciativa e do modo como foi levada a cabo. A Fenprof, por seu lado, rejeitou, em comu-

nicação, a «hierarquização das escolas» e acusa o método seguido de não conseguir iludir as distorções e equívocos associados a um ranking». A deputada comunista Luísa Mesquita manifestou também a oposição do PCP à divulgação de uma «seriação» dos estabelecimentos de ensino.



Velocidade congelada

Depois de muita especulação sobre o ponto de união entre Portugal e Espanha no trajecto de um hipotético comboio de alta velocidade (TGV), com várias soluções em cima da mesa da conversa entre Aznar e Barroso — ora entrava por Badajoz ora chega-

va por Cáceres — os dois chefes de governo não se entenderam e a linha ficou cortada à espera de melhores dias. Mas o encontro de ambos, em Valência, não deixou de se revelar «positivo», segundo «fontes oficiais» citadas pela imprensa. Acordos de

cooperação transfronteiriça, indemnizações a espanhóis cujos bens foram nacionalizados durante a Revolução de Abril e mais algumas questões como a da energia ocuparam ministros de ambos os países nesta XVIII Cimeira Luso-Espanhola.

Um santo a caminho

Longe vão os tempos em que as beatificações e as canonizações não provocavam celeuma pública se não entre os incréus. Toda a gente parecia aceitar como boa a decisão infalível de quem tinha autoridade para declarar santo ou beato todo aquele que realizasse milagres. E, como havia muitos milagres, havia muitos santos. Apesar de os milagres serem menos, vêm aí mais santos a caminho. Como o fundador da Opus Dei, Josemaría Escrivá, que o Papa canonizou no passado domingo. Beato desde 1992 — também por obra e graça de João Paulo II — Escrivá, falecido em mea-



dos da década de 70, fundou em 1928 uma sociedade religiosa, a Opus Dei, «por inspiração divina», segundo o canonizador. A Obra, entretanto, uma das mais poderosas organizações católicas «desde os Templários», conforme afirma António Arnaut, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, tem sido acusada de antimacónica e de antimarxista, de reacçãoária, e de envolvida nos meandros do poder e de escândalos financeiros. Seja como for, agora já tem um santo. É um bispo próprio, o que lhe confere uma autonomia sem precedentes na hierarquia da Igreja.

Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

As eleições no Brasil

As eleições no Brasil suscitaram grande interesse em todo o mundo. Não só pela dimensão do Brasil e os seus extraordinários recursos naturais, que lhe conferem naturalmente grande importância, mas também pela sua economia diversificada que faz do colosso latino-americano, apesar do irrisório crescimento da última década, a 9.ª potência mundial. Tais potencialidades poderão garantir – uma vez rejeitado o actual curso de cega subordinação ao capital financeiro internacional e ultrapassada a profunda crise que hoje enfrenta – um desenvolvimento autónomo que permita ao Brasil reconquistar a sua soberania e promover a justiça social, garantindo assim o aprofundamento da democracia. Foram estas questões que estiveram no cerne da disputa eleitoral.

Por isso, é grande o significado político do resultado eleitoral alcançado pela candidatura de Lula na 1.ª volta. Com mais de 39 milhões de votos é a maior votação de sempre em qualquer candidato. Traduz já, de forma inequívoca, independentemente do resultado da 2.ª volta, uma real vontade de mudança. E constitui uma clara derrota das políticas neoliberais, também expressa pelo crescimento das representações parlamentares das principais forças que integram a aliança que suportou a candidatura de Lula,

entre as quais o PC do B. Os comunistas brasileiros, que há muito preconizam uma ampla política de alianças que visa alcançar uma alternativa de ruptura com o modelo actual, estiveram profundamente empenhados nestas eleições. É indelével a sua acção militante na campanha, assim como o valioso contributo que deram na constituição da frente partidária que apoiou Lula (e que integrou

É grande o significado político do resultado eleitoral de Lula na 1.ª volta

também sectores do capital nacional que se vêem esmagados pelas multinacionais) em torno dum programa de reconstrução nacional centrado no combate à «excessiva dependência externa e a aguda concentração da renda e riqueza».

As condições internas foram, sem dúvida, favoráveis à unidade e mobilização contra um modelo desgastado e desacreditado, em que os próprios mentores se dividiram no apoio político à sua candidatura. O «projecto hegemónico de subordinação» de FHC, consubstanciado pela sua política económica monetarista tornou o país refém do capital externo. A dívida interna e externa cresceram exponencialmente. As privatizações contribuíram para a crescente vulnerabilidade da economia e originaram profundas alterações no tecido social. As contradições sociais exacerbaram-se fazendo do Brasil o país com maiores desigualdades. O desemprego cresceu de 4,3% para 7,1% na última década; os salários reais baixaram; 54% da população activa está no mercado informal de trabalho, a que se juntam 3 milhões de crianças. A opulência duma pequena elite contrasta com a indigência de 50 milhões de brasileiros, atirados para a marginalidade. Não admira pois que a criminalidade atinja aspectos e níveis assustadores. É este o resultado do objectivo eleitoral da última campanha de FHC – «o acesso do Brasil ao 1.º Mundo»!

Resistência a esta política tem tido expressões variadas. Importantes lutas de massas – greves contra as privatizações, marchas dos trabalhadores rurais sem terra, referendos populares pela suspensão da dívida externa e contra o ALCA – reflectem uma nítida alteração da correlação de forças favorável a profundas mudanças. Alteração que teve também expressão eleitoral nas municipais de Outubro de 2000, em que as forças que apoiam FHC perderam importantes posições. Mas, ao assinalarmos estes elementos positivos, não podemos nem devemos subestimar a capacidade de manobra das forças que defendem o grande capital e o imperialismo. Af se insere o recente acordo com o FMI, negociado por FHC, durante a campanha eleitoral, a que pretendeu atrelar os candidatos presidenciais. Não podemos afastar também a hipótese de grandes pressões, neste novo período de campanha, daqueles que têm na corrupção o principal meio para manter os seus privilégios.

O Brasil está em crise. A vitória de Lula, não garantindo, por si só, um novo rumo para o Brasil, abre contudo espaços e perspectivas para o desenvolvimento dos movimentos de massas que apoiarão as mudanças necessárias para garantir a soberania nacional, a democracia e a justiça social a que os trabalhadores e o povo brasileiro anseiam.

Editorial

ASSUMIR O RISCO

Correspondendo à generalidade das previsões, Lula, o candidato do Partido dos Trabalhadores, foi o mais votado nas eleições de domingo passado no Brasil. O candidato do partido do governo, José Serra, com cerca de metade dos votos alcançados pela candidatura de Lula, ficou em segundo lugar. Assim, e como a maioria dos observadores previam, os resultados remetem para uma segunda volta à qual concorrerão apenas os dois.

A expressiva votação obtida pelo candidato apoiado pelas forças progressistas e de esquerda – beneficiando de um amplo e iniludível apoio popular – é bem reveladora do descontentamento existente no país e do desejo de mudança a que aspira o povo brasileiro – mudança a sério e para melhor, obviamente.

Há, no entanto, quem tenha chegado a conclusões bem diferentes das que os números reais evidenciam e, utilizando um curioso conceito de «derrota» e de «vitória» eleitoral, tenha concluído coisas assim: «Se há alguém que possa reivindicar uma vitória na primeira volta das eleições é José Serra», que «surge como o candidato que conseguiu os seus intentos (enquanto) Lula sofre uma relativa derrota pessoal por não ter vencido à primeira volta». Tudo isto, diz o comentador, abre perspectivas a Serra na segunda volta, especialmente se o

análise se proceder de acordo com a dimensão e a gravidade dos riscos... Como se sabe, é hábito do Império analisar todas as situações e acontecimentos mundiais com enorme pragmatismo (ou seja: à luz exclusiva dos interesses imperiais) e, fazendo uso de igual pragmatismo, tem sempre a conclusão pronta-a-servir para todos os casos e situações – ou seja: tudo o que serve os interesses dos Estados Unidos da América serve os interesses da democracia, da liberdade, dos direitos humanos, da paz, enfim do Bem; tudo o que não favorece ou desfavorece esses interesses é obra de antidemocratas, de ditadores, de terroristas, enfim do Mal... Assim, qualquer pessoa, qualquer entidade, qualquer organização, qualquer nação que, nas suas declarações ou nas suas práticas, não tenha como preocupação primeira a defesa dos interesses dos EUA, está em flagrante estado de infracção passível de punição tanto mais severa quanto maior for a desatenção pelos interesses supremos do Império.

Esta é uma receita que, tendendo a ser aceite pela chamada Comunidade Internacional, coloca nas mãos do Império cada vez mais possibilidades legais de intervenção onde, quando e como queira.

Mas voltemos ao Brasil. Eis as declarações de Lula que preocuparam os deputados norte-americanos: «A adesão do Brasil ao Tratado de Não Proliferação de Armas Atómicas só fará sentido se todos os países que possuem armas nucleares prescindirem da sua utilização ou fabrico.» Percebe-se a preocupação do Império: com tal afirmação, Lula pode estar a pôr em dúvida o direito, atribuído aos EUA por mandato divino, de decidirem imperativamente sobre quem tem e quem não tem direito a fabricar armas nucleares – direito que arrasta consigo outro direito não menos importante e muito mais grave: o de decidir quem pode e quem não pode utilizar armas nucleares. E, de direito em direito, chegamos à constatação de que o detentor do poder de decidir quem pode e quem não pode produzir e utilizar armas nucleares é, nem mais nem menos, o único país que até hoje lançou bombas atómicas sobre populações: os EUA – e que, até hoje, não se mostrou minimamente arrependido da barbárie cometida, antes pelo contrário.

Quanto às atitudes de Lula consideradas preocupantes pelo Império, elas revestem-se de extrema gravidade, como pode ver-se pelo exemplo que é aduzido pelos preocupados norte-americanos: «A sua participação em iniciativas como o Fórum Antiglobalização de S. Paulo.» Com tudo isto, pensam os preocupados que a eleição de Lula – pessoa que eles consideram da família de Fidel Castro e de Hugo Chavez – «levaria à criação de um 'eixo do mal' na América do Sul»... coisa que os EUA, «berço da democracia» e «eixo do Bem», não suportam...

Vale a pena anotar que, em todas estas democráticas análises, preocupações e avisos, não há uma única referência ao povo brasileiro – ao qual, recorde-se, competirá eleger o seu presidente dentro de pouco mais de duas semanas... E que, esperamos e desejamos, o fará assumindo o risco de votar maioritariamente na defesa dos seus interesses e elegendo Lula como presidente.

“É hábito do Império analisar todas as situações e acontecimentos com enorme pragmatismo”

candidato do partido do Governo utilizar os «trunfos eleitorais que só muito timidamente começou a jogar no primeiro turno»: em primeiro lugar, a «insistência no facto de Lula não ter experiência em cargos de administração ou até na sua falta de formação académica» («experiência» e «formação» que, sublinhe-se, abundavam em todos os anteriores presidentes que conduziram o país ao estado em que está...); em segundo lugar, aconselha o comentador, Serra poderá assustar «os eleitores da classe média» com «a invocação dos 'riscos' (resultantes) da possível emergência do Movimento dos Sem Terra ou dos sindicatos operários» (nada como espalhar o medo para levar o eleitorado a votar contra os seus próprios interesses e a favor dos interesses dos que espalham o medo...)

É a propósito de «riscos», e porque cada um os utiliza como pode e sabe: nos Estados Unidos da América, um grupo de deputados pediu ao Departamento de Estado que proceda à análise de passadas e recentes declarações e atitudes de Lula e se pronuncie sobre «os riscos que a vitória do candidato do PT pode representar para os EUA». Para, naturalmente, na sequência da referida

Actual

A capitulação da União Europeia perante as exigências dos EUA em ver reconhecido o direito de se colocar acima do Tribunal Penal Internacional terá tanto de chocante quanto de natural. Ainda assim a questão em si suscita três observações.

A primeira para sublinhar que só por ingenuidade se poderia esperar da parte de quem comanda a integração europeia e o aprofundamento da política neoliberal neste continente postura diferente. Como alguém já teorizou, os EUA e em particular a sua máquina de guerra são o punho indispensável para fazer valer pela força a globalização capitalista e uma nova ordem internacional imperialista. Pelo que, mesmo atendendo a evidentes contradições no quadro das principais potências capitalistas, os interesses dominantes associados à defesa da imposição em todo o mundo do modelo neoliberal dificilmente deixam de convergir em questões essenciais.

A segunda para anotar que nada seria mais ilusório do que a tentação de daqui extrair a conclusão de que a incomodidade dos EUA perante o TPI passaria a fazer deste algo de diferente, na sua natureza e objectivos, do que conduziu à sua criação. É negável a relutância dos EUA perante o tribunal. Mas errado será concluir e ver



aí muito mais de que uma indisfarçável e arrogante ideia em vigor nesse país de que mais ninguém do que eles próprios, — seja ele Estado ou instância internacional, — possam ser donos, polícias ou juízes deste mundo. É mais dramaticamente errado passar a ver no tribunal algo a que as forças de esquerda se rendessem ou entusiassem. Atribuir ao facto um outro significado é tão ilusório quanto se ter

visto no superjuiz Garzon a propósito de Pinochet algo mais do que ele em si hoje cruamente se revela.

A terceira para sublinhar que incontornavelmente o TPI não pode deixar de ser visto como uma instância ditada pelos interesses dominantes, expressão no seu funcionamento e composição da correlação de forças mundial, instrumento destinado a criminalizar os que ousem contestar a nova ordem imperialista. Um tribunal perante o qual os EUA e as potências capitalistas e imperialistas, malgrado algumas incomodidade de ocasião, se colocaram pelo poder e pela força acima dele.

É de elementar lucidez política observar que não há «justiça» sem poder para a impor, como hoje comprovadamente se constata em todas as instâncias internacionais a começar pelas Nações Unidas de que é patente exemplo o critério dos dois pesos e duas medidas em vigor quanto à aplicação e cumprimento das resoluções aí aprovadas.

Ilusões

• Jorge Cordeiro

Os intocáveis: afinal Cristo não existe?

• Aurélio Santos

Intocáveis: era como no sistema de castas da Índia se designam os que, não pertencendo a qualquer casta, ficavam colocados à margem da sociedade — os párias.

Gandhi, numa das expressões do seu idealismo populista, certamente para os resgatar simbolicamente dessa condição de marginalização, chamou-os de «harijan»: «os filhos de Deus».

Curiosamente, vemos agora procurar impor-se uma nova versão de «intocáveis» e «filhos de Deus» — mas agora numa versão invertida, de pés para o ar e cabeça para baixo, como convém à «nova ordem mundial» do imperialismo globalista. Bem dizia Marx que uma tragédia da História, quando se repete, toma a forma de farsa.

E farsa é toda essa história do Tribunal Penal Internacional, imposto pelos Estados Unidos para condenar os que ele decreta como criminosos de guerra (Milosovic, vendido pelo governo da Sérvia e raptado para Haia, lá continua a ser julgado) — mas que, por exigência expressa de Bush não se aplica aos cidadãos americanos.

Os cidadãos «made in USA» são assim proclamados «intocáveis» — mesmo quando tenham cometido crimes de guerra e contra a humanidade: numa escandalosa concepção de justiça, agora servilmente subscrita pelos governos da União Europeia.

Com mais esta escandalosa capitulação, os EU dão mais um passo para o desmantelamento do Direito Internacional nos avanços conseguidos após a última Guerra Mundial. Recla-

mam e impõem, quantas vezes evocando hipocritamente os direitos humanos, clamorosas violações desses direitos.

Vejam, por exemplo: exigem o registo, controlo e destruição das armas de extermínio em massa, eventualmente existentes no Iraque; mas quem regista e controla essas armas nas mãos de Bush? Quem controla o «direito» a «invasões preventivas» ou guerras para mudanças de regimes, agora enunciado por Bush? E o que são os bombardeamentos massivos como na Sérvia e no Afeganistão, as bombas de sucção e de urânio empobrecido, senão crimes contra a humanidade?

E ouvindo o discursos que esta semana Bush fez ao «povo da União» para «justificar» o seu projecto de invasão do Iraque — com a ONU, se ela aceitar as ordens dos EU, ou contra a ONU, se ela se quiser afirmar como garante do direito internacional — várias questões se nos podem colocar:

— não estará Bush, cada vez mais, nos seus discursos, a plagiar as falas do lobo da fábula de La Fontaine? («Se não foi agora foi no ano passado» e «se não foste tu foi o teu pai»)?;

— pensará Bush, dando uma volta ao Velho Testamento, que pode falar com o Jeová da Bíblia, sempre pronto a lançar sobre os homens o fogo do céu em nome do «povo eleito», com estatuto e direitos acima dos outros povos?;

— ou será que, para Bush, Cristo afinal não existiu — e os homens não são todos «filhos de Deus»?



Quem sabe...

• Leandro Martins

De vez em quando uma voz que se distingue pela tontice revela mais sabedoria que todas as vozes juntas recolhidas num saco de doutores e engenheiros, habituados a repetir a voz do dono. Com perdão da criança — inocente destas e doutras coisas — que a meio do cortejo declarou que o rei ia nu enquanto a massa dos vassallos lhe aplaudiam as impossíveis vestes, não deixamos de recordar a historieta exemplar a propósito de algumas declarações de Alberto João Jardim. Certamente que a figura do bobo da corte lhe assentaria melhor — era aquele a quem o rei permitia, no meio das facécias e da palração histriónica, desferir com dureza algumas acertadas verdades. Vem isto a propósito das «últimas» de Jardim que, mais uma vez zangado com a comunicação social que lhe escapa ao controlo, desferiu duros ataques à RTP-Madeira. Acusando a estação de TV,

nada menos, de ser cúmplice de... Edgar Silva, o dirigente do PCP responsável da organização comunista da Região Autónoma. «A RTP-Madeira», disse Jardim, transcrito pelo repórter de um jornal da região, «pegou no padre Edgar e foi ver as escolas mais velhas e mais estragadas que andam por aí»...

É claro para toda a gente que Jardim não tem culpa de que as escolas deambulem «por aí», todas velhas e estragadas, a imitar as muitas nas mesmas condições que no continente proliferam. Por isso, certamente, a raiva que o presidente do Governo Regional vota a Edgar Silva e à RTP-Madeira que mostraram a andança de tais escolas naqueles preparos. E, embora Jardim jure que as palavras dos comunistas lhe dão «sono», o certo é que o espevitaram o bastante para

alertar: «Nenhum país europeu tem um Partido Comunista tão forte e com presença como tem Portugal.» E mais adiante: «Enquanto eles existirem é uma razão para nós lhes darmos combate!»

Curiosas palavras, vindas de quem vêm. Que desmentem o coro geral que segue a voz do dono e afirma, há anos, que o PCP já morreu ou, pelo menos, já tem o caixão encomendado. Coro a que se têm juntado aqueles que, velando a cabeceira do «morto» e derramando lágrimas viúvas, também juntam as vozes à carpideira geral, «certificando» que o PCP «definha», que há «falta de militância», que é preciso uma renovação que arrume de vez com o perigo que é o PCP para os interesses que Jardim defende...



Frases

“O fim do crédito bonificado ficou a dever(-se) (...) ao facto de, em 1991, o Governo PSD ter considerado que deveria atribuir crédito bonificado a todo o tipo de habitação, independentemente do valor da mesma. Daí até à fraude foi um minuto — até parecia que a medida [era para] os espertos do costume: os que têm dinheiro, mas nunca têm rendimentos.”

(Daniel Deusdado, Público, 07.10.02)

“Ao abrir a possibilidade (...) de compra de habitação de prazo livre, o que se fez foi permitir a manutenção dos mesmos preços nos imóveis (...) dando ainda à banca o bónus de carregar de juros as jovens vítimas [para a vida inteira].”

(Idem, ibidem)

“Entendo que Paulo Portas, enquanto ministro de Estado e da Defesa, deve ao país imediatas explicações sobre os factos que lhe são atribuídos. E isto no local próprio, que é a Assembleia da República.”

(António Brochado Pedras, ex-dirigente do PP, idem)

“Quanto ao caso das demissões da PJ, penso que as explicações dadas pelo seu director nacional e pela ministra da Justiça não convencem sobre as suas reais motivações.”

(Idem, ibidem)

“É penoso e mesmo doentio constatar que as eleições representam, cada vez mais e apenas, um instrumento de mudança de pessoal político e não o espaço de confronto de projectos alternativos.”

(Eduardo Dâmaso)

“Vota-se para tirar o PS do poder porque já chateia, não domina os “boys”, deixa derapar as contas públicas e não decide (...) Há-de votar-se para tirar de lá o PSD, porque não cumpriu promessas, porque foi cúmplice dos ziguezagues de Portas, porque deixa os seus “boys” à larga na ocupação de cargos públicos.”

(Idem, ibidem)

“Fruto da infalibilidade de George W. Bush (...) foi solenemente proclamado o dogma da nova doutrina militar dos EUA: a expansão e a segurança do império não podem estar limitadas nem pela ética nem pelo direito.”

(Frei Bento Domingues, O.P., Público, 06.10.02)

“O Governo de Cavaco Silva, ao abrir a televisão a operadores privados, convenceu-se que o povo lhe devolveria o gosto das classes média-média e média-alta. Enganou-se. O Estoril seguiu a reboque da Amadora. A burguesia menos culta da Europa encontrou-se com a sua alma pimba.”

(Mário Mesquita, idem)

“Não passa pela cabeça de ninguém que [Paulo Portas] se tenha esquecido do problema Moderna quando escolheu a pasta da Justiça.”

(Saldanha Sanches, 24 Horas, 05.10.02)

“Ao escolher para ministra uma camarada de partido está a pô-la numa situação desagradável. É como se um juiz julgasse um seu familiar e mesmo que produzisse a mais sábia e justa das decisões não escaparia a insinuações.”

(Idem, ibidem)

“Guterres criticou o Estado “laranja” de Cavaco e eriu o Estado “rosa”. Durão criticou o Estado “rosa” e está a construir um novo Estado “laranja”, diferente do de Cavaco.”

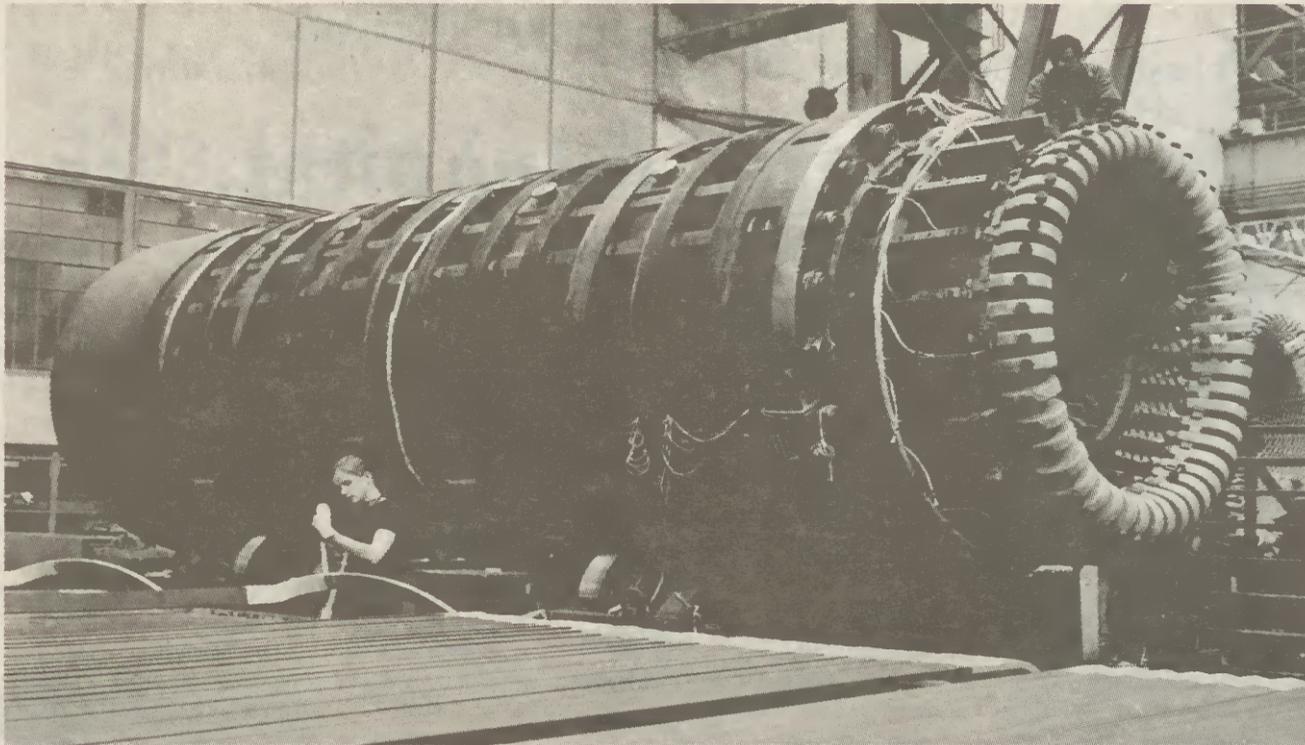
(José António Saraiva, Expresso, 05.10.02)

● **Gustavo Carneiro**

texto

● **Jorge Caria**

e arquivo
fotos



Comunistas decisivos para conquista e manutenção de direitos nas empresas

O motor de toda a luta

A acção e presença do Partido nos locais de trabalho é garantia de uma mais eficaz defesa dos direitos dos trabalhadores. Foi esta realidade que o *Avante!* testemunhou junto de comunistas de três grandes empresas industriais do distrito de Lisboa.

As células de empresa são o veículo privilegiado de contacto com a classe operária e os trabalhadores e o melhor meio de o Partido cumprir o seu papel de dinamizador da luta. A realidade mostra que nas empresas onde o PCP está solidamente implantado, os direitos dos trabalhadores são mais respeitados. Não por opção patronal, mas porque a força de que

«tem-se mantido uma certa unidade em torno de objectivos concretos e em defesa das regalias conquistadas». No princípio do ano, uma greve garantiu aos trabalhadores da empresa mais um dia de férias e quatro por cento de aumento. António Vasconcelos considera que a multinacional está a cumprir os objectivos em Portugal e que prefere evitar o con-

sável pela célula da *Tudor*, tem uma experiência semelhante e lembra que foi graças à luta dos trabalhadores que a empresa foi obrigada a conceder garantias mais favoráveis às estipuladas no contrato colectivo do sector. «Depois de uns anos sem grandes “guerras”, este ano fizemos, para além da greve do sector, uma paralisação de 24 horas», recorda. Esta luta trouxe como frutos o aumento de 4,2 por cento, contra os 2,5 que a empresa propunha. O aumento do subsídio de turno e a manutenção das carreiras foram também

As células são fundamentais para a defesa dos trabalhadores

tante, as lutas travadas anualmente em torno dos cadernos reivindicativos demonstram que o PCP toca em muita gente, que reconhece o seu importante papel. Por isso, garante, os comunistas têm tão grande peso na Comissão de Trabalhadores e na Comissão Sindical, eleitas democraticamente pelos trabalhadores. Apesar de já não disporem de membros a tempo inteiro, as organizações de trabalhadores usufruem da liberdade que conquistaram. «Nas horas a que temos direito ninguém toca», garante o comunista,

ções partidárias ressentiram-se.

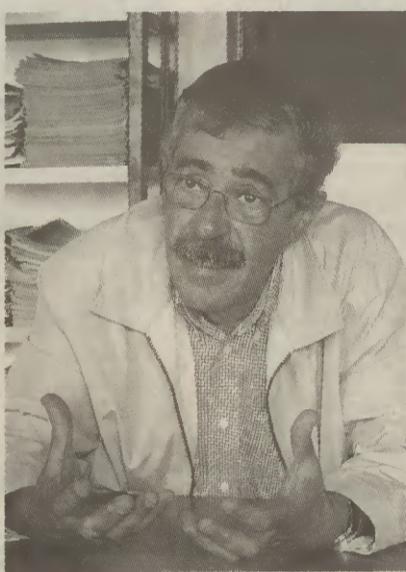
Manuel Tremçoço lembra-se do tempo em que a empresa, ainda *Sorefame*, contava com mais de 3 mil trabalhadores. Nessa altura, eram 400 os comunistas. Hoje, com cerca de 500 trabalhadores, a actual *Bombardier* conta com mais de 60 militantes do PCP no seu quadro. Com a política patronal de não alargamento do quadro de pessoal e de cedência de trabalho a empresas de aluguer de mão-de-obra, as estruturas partidárias e sindicais têm

igualmente com as alterações impostas à forma de produção. Com a adopção da laboração contínua, é difícil reunir todos os militantes ao mesmo tempo. Daí que seja necessária muita imaginação. Uma reunião imediatamente após a hora de saída de cada turno tem sido a solução. «O que é certo é que as tarefas têm sido cumpridas», afirma.

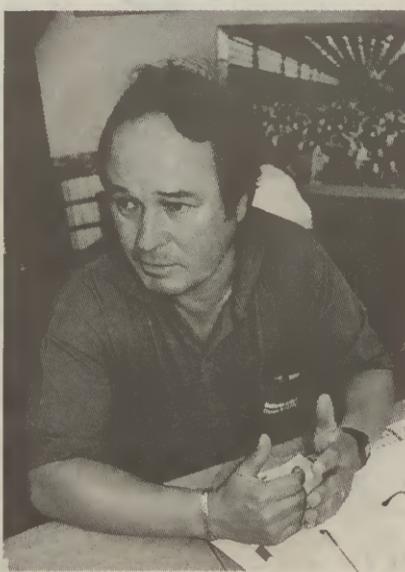
Na *Tudor*, a situação é semelhante à das outras duas. Redução significativa do número de trabalhadores, laboração contínua,



Ernesto Ferreira



António Vasconcelos



Manuel Tremçoço

o Partido aí dispõe a isso obriga. É o que acontece em três grandes empresas industriais do distrito de Lisboa, e históricos baluartes da presença e influência dos comunistas: a *Bombardier* (ex-*Sorefame*), a *Tudor* e a *Saint-Gobain* (ex-*Covina*).

António Vasconcelos, membro do secretariado da célula da *Saint-Gobain*, afirma que, na empresa,

fronto. «Sabe que responderemos aos seus ataques», afirma. Para este trabalhador comunista, estas vitórias devem-se, em grande parte, à acção dos militantes do PCP, quer organizados em torno da célula do Partido quer integrados, juntamente com outros, na Comissão de Trabalhadores ou Comissão Sindical.

Ernesto Ferreira, respon-

conquistadas com as paralisações. Para Ernesto Ferreira, a determinação demonstrada dá uma certeza: «eles aqui vão ter muitas dificuldades em alterar o que existe». Quanto ao Partido, é o «motor de toda a luta», conclui.

Também na *Bombardier* a «chama do Partido» está acesa. Quem o diz é Manuel Tremçoço, responsável pela célula. Para este mili-

que também pertence à Comissão Sindical.

Recuos e avanços

Mas nem tudo corre bem nestes «baluartes» comunistas. Com as alterações operadas ao longo dos anos nestas unidades fabris, muitos trabalhadores saíram destas – e doutras – empresas. E as organiza-

envelhecido, o que preocupa Manuel Tremçoço. Apesar desta tendência, o comunista lembra que se tem contactado muito com os trabalhadores temporários. Só este ano, já se fizeram algumas dezenas de sindicalizações. «O problema é que ficam cá pouco tempo.»

Na ex-*Covina*, o principal problema prende-se

grande dificuldade em reunir os militantes. Actualmente com 40 membros, a célula mantém uma actividade regular. Ernesto Ferreira destaca a venda especial do *Avante!*, na qual conseguiram triplicar o número de exemplares normalmente vendidos. «E arranjámos cinco novos leitores», acrescentou.

Sim é possível!
Um PCP mais forte
Sempre com os trabalhadores!

ENCONTRO NACIONAL

Sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho

PCP

19 e 20 Out 2002

Indústria nacional sem estratégia própria
está dependente dos cálculos milionários das multinacionais

À mercê do capital

Com a privatização da indústria nacional regressaram os monopólios e penetraram as multinacionais. E as grandes fábricas sofreram enormes alterações: foram segmentadas, deslocalizadas, reestruturadas, fundidas. Outras simplesmente destruídas.

Tudo em nome do lucro, que não cessou de aumentar. A perder, ficaram os mesmos de sempre, os produtores desses mesmos lucros. Que deles nada viram.

Em constante mutação, agora simplesmente ao sabor dos interesses das multina-

cionais, muitas grandes indústrias mantêm-se, e com elevados níveis de qualidade e competitividade. A *Bombardier*, a *Saint-Gobain* (SGSP) e a *Tudor* são disto bons exemplos.

A fábrica da Amadora da multinacional *Bombardier* –

que produz material circulante de caminho-de-ferro – nasce da aquisição por parte do grupo canadiano da antiga *Sorefame*. Pertencente durante anos ao fortíssimo sector industrial do Estado, nascido após a Revolução de Abril, a *Sorefame* foi vendida na década de 90 e adquirida,

anos depois, pela *Adtranz*, ligada ao grupo *Daimler Benz*.

Privatizada, a empresa assistiu à rápida redução do número de traba-

Em grande parte da indústria, apenas os trabalhadores são portugueses

lhadores, que serão actualmente pouco mais de 500, face aos 3 mil que já teve. Todo o trabalho suplementar necessário é realizado com recurso a mão-de-obra externa, por intermédio de empresas de trabalho temporário.

Actualmente com duas grandes encomendas – o metro e os subúrbios do Porto –, o pior virá depois, em 2004. Pelo caminho ficou o sonho, acalentado pelos trabalhadores, de a empresa ganhar o concurso

para o Metro Sul do Tejo. Isso não aconteceu e a obra será feita no estrangeiro.

Outro factor de preocupação prende-se com a localização da fábrica, que se encontra entre a estação ferroviária da Reboleira e a futura estação de Metro da Falagueira. A pressão imobiliária e a estratégia capitalista poderão encarregar-se do resto.

Tudor

Com um percurso ainda mais complexo que a *Bombardier* – mas com um futuro mais promissor –, a *Tudor* foi, também ela, adquirida por uma multinacional, a *Exide*, líder mundial no fabrico de baterias. Depois de ter mudado de grupo e de nome por diversas vezes, a *Tudor*, situada no concelho de Vila Franca de Xira, é hoje parte de uma multinacional norte-americana com dezenas de milhares de trabalhadores em diversos países do mundo. A sua posição de liderança não impediu o grupo de somar dívidas, provocadas – muitas de forma duvidosa – pela extrema agressividade das aquisições e fusões em que esteve envolvido à escala mundial.

Em Portugal, a *Tudor* passou ao lado da crise. Produzindo baterias para os ramos da construção, informática e telecomunicações, a *Tudor* não tem capacidade para fornecer os clientes, pois os pedidos são mais do que a fábrica pode produzir. Apesar disso, também aqui os trabalhadores efectivos foram progressivamente substituídos por temporários, chamados para responder aos picos de produção. Os trabalhadores são, actualmente, 539. Contando com os temporários, esse número aumenta para mais de seiscentos.

Apesar dos bons resultados que a fábrica portuguesa apresenta – superiores aos das espanholas –, os padrões da *Exide* mantêm precárias as condições de trabalho. Com a produção de uma nova bateria, aumentou o trabalho manual, pesado. Apareceram em força as tendinites.

Saint-Gobain

Nascida da autonomia do negócio da transformação de vidro, a *Saint-Gobain Sekurit Portugal* trabalha fundamentalmente para a indústria automóvel. Outro caminho seguiu a sua irmã gêmea, a *Saint-Gobain Glass*, com quem constituía a antiga *Covina*, que se ocupa de outro ramo na área do vidro.

Esta multinacional, de capitais franceses e espanhóis, já havia possuído a *Covina*, até esta ter sido nacionalizada no decurso do processo revolucionário. Com a delapidação do sector empresarial do Estado, o grupo – líder mundial em materiais de construção civil, com uma previsão de vendas da ordem dos 60 milhões de euros – voltou à posse da empresa. As con-

sequências foram imediatas.

Também aqui não se aumenta o quadro de pessoal – composto por 275 trabalhadores – e contrata-se trabalhadores a empresas de aluguer de mão-de-obra e recorre-se a contratos a prazo. O resultado é assustador: 28 por cento dos trabalhadores da empresa são precários. A somar a tudo isto, alguns trabalhos complementares são encomendados a outras empresas, o que prova que o quadro pode ser alargado. A trabalhar em exclusividade para a *AutoEuropa*, bem como para outras marcas líderes do mercado automóvel, a *Saint-Gobain* fechou fábricas em diversos países e intensificou a produção noutras. Com isto, aumentam os lucros e a exploração dos trabalhadores.



O processo de restauração capitalista ofereceu aos anteriores donos uma importante e rentável indústria nacional



Os momentos difíceis que vive, a ex-Sorefame deve-os às multinacionais e aos governos que as apoiaram



Os bons resultados obtidos pela Tudor portuguesa não revertem a favor de quem os produz – os trabalhadores

**Sim
é possível!
Um PCP
mais forte
Sempre com
os trabalhadores!**

ENCONTRO NACIONAL

Sobre a acção e organização do Partido
nas empresas e locais de trabalho

PCP

19 e 20 Out. 2002

**19 e 20 de Outubro
no
Complexo Municipal
dos Desportos
de Almada**

**Sábado, das 10.30 horas às 19.30 horas
Domingo, das 10 horas às 13.30 horas**

*Na próxima edição do Avante!
serão prestadas
todas as informações úteis
relativas ao funcionamento
e acessos ao Encontro.*

Pacote Laboral, Segurança Social, Administração Pública, Orçamento

Resposta total

A ofensiva do Governo exige dos trabalhadores resposta firme em defesa de direitos arduamente conquistados, da Segurança Social universal, dos serviços públicos ameaçados pela gula privada, de justiça social e equidade fiscal.

Neste quadro, reúne hoje o Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN. Na agenda estão o seráfico «Código do Trabalho», o ataque ao sistema público e universal da Segurança

Social, uma proposta de Orçamento de Estado para 2003 que penaliza sobretudo os trabalhadores, o prosseguimento da saga privatizadora em vários serviços públicos, as graves ameaças

a quem trabalha nas diferentes áreas do Estado e, mais recentemente, também a quem se pretende aposentar.

A reunião do órgão máximo da CGTP entre congresso foi precedida de intensa actividade sindical em empresas, sectores e regiões. E para dia 16, quarta-feira próxima, estão convocadas greves e uma manifestação de trabalhadores da Administração Pública, com partida do Terreiro do Paço, às 15 horas, rumo a São Bento.

Em plenários de empresas e serviços, em reuniões sindicais, em acções de esclarecimento e mobilização, tem sido salientada a necessidade de os trabalhadores responderem com firmeza e em toda a linha a uma ofensiva geral contra os seus legítimos direitos e interesses.

Esta movimentação desenvolve-se num quadro em que a generalidade das empresas desrespeita impunemente o quadro legal e as normas da contratação colectiva, dificultando ao extremo a acção colectiva dos trabalhadores. A cober-

tura política do Governo estimula o grande patronato a pôr já em prática o cenário terrorista previsto no anteprojecto do seu «Código do Trabalho».

É significativo que, mesmo num dos sectores onde a relação laboral está mais desequilibrada a favor do patrão, tenham ocorrido na mudança de mês uma série de lutas. Numa nota de imprensa, o Sindicato da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul deu

a conhecer a realização de greves numa obra na Quinta do Lago (duas dezenas de operários angolanos e cabo-verdianos protestaram contra o atraso no pagamento de salários), na desmatação da área do Alqueva e nas obras do sistema de rega (estes concentraram-se junto dos escritórios do consórcio, obtendo dos empreiteiros o cheque que o subempreiteiro não lhes entregou como retribuição do trabalho prestado).

A ofensiva geral do Governo e do patronato terá dos trabalhadores uma resposta total.

A Frente Comum da Administração Pública apela à greve na quarta-feira

CGTP
Interindustrial Nacional

CONTRA O PACOTE
Lutar! Lutar!

PACOTE LABORAL
O REGRESSO À LEI DA SELVA

As medidas contidas no pacote laboral do Governo PSD/PP — o Código do Trabalho —, se aprovadas, deixariam os trabalhadores indefesos perante o poder e os desmandos dos patrões.

Ele nega os princípios do Direito do Trabalho e é um regresso ao século XIX. É uma tentativa de ajuste de contas dos patrões e da Direita com o 25 de Abril e os direitos conquistados, como de forma clara, muitos patrões têm afirmado.

Só por delírio ou manifesta má-fé, podem os autores apresentá-lo como instrumento para o aumento da produtividade e competitividade da economia.

Sim é possível!
Um PCP mais forte
Sempre com os trabalhadores!

ENCONTRO NACIONAL

Sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho

PCP

19 e 20 Out. 2002

Sucesso da campanha «Andar para trás, não!»

Para os dias que faltam até ao encerramento da campanha de esclarecimento do PCP contra o pacote laboral e o ataque à Segurança Social estão previstas mais de 600 iniciativas, quer junto de empresas quer para a população em geral.

De acordo com o grupo de trabalho que coordena esta iniciativa, ela está a resultar num grande êxito, fruto do forte empenhamento das estruturas do Partido e da militância empenhada de muitos camaradas. As informações que vão sendo recolhidas confirmam que milhares de trabalhadores, em centenas de empresas de todo o País, receberam já a mensagem e a força do esclarecimento. Entre outros exemplos, surge a notícia de que foram vendidos 50 exemplares do *Avante!* numa empresa de Coimbra onde o PCP conta apenas com um militante. Na cidade de Évora, é realçada a muito boa aceitação que teve a jornada de esclarecimento ali promovida, com participação de Abílio Fernandes e José Alves, a par de outros dirigentes e autarcas comunistas, onde foram distribuídos mais de 2500 folhetos.

Das iniciativas previstas para os últimos dias, destacam-se:

— segunda-feira, às 7.30 horas, na **Fábrica Triunfo**, com Fernanda Mateus, da Comissão Política, e Odete Santos e Manuela Prates, do Comité Central do Partido;

— terça-feira, às 14.45, na **AutoEuropa**, com Carlos Carvalhas; no mesmo dia, às 16.30, na **Rotunda da Boavista**, no Porto;

— quarta-feira, às 16 horas, na **Lisnave/Gestnave**, em Setúbal, com Jorge Pires, da Comissão Política, e Vicente Merendas, do CC;

— quinta-feira, dia 17, às 17 horas, encerramento da campanha, com Carlos Carvalhas, na **baixa lisboeta** (concentração no Chiado).

De novo layoff na Rohde

A empresa alemã de calçado Rohde, tal como no ano passado e ao contrário das promessas então feitas, decidiu aplicar o regime de suspensão do contrato de trabalho a 989 trabalhadores (na maioria, mulheres) da sua unidade na Vila da Feira, procurando aliviar-se durante três semanas de mais de metade da sua força produtiva, alegando falta de encomendas, mas negando à Comissão Sindical informação que pudesse justificar a medida. «Exigimos à empresa elementos de apreciação, como volumes de vendas e comparação com períodos homólogos: tudo sem resposta», declarou Joaquim Almeida, coordenador da União de Sindicatos de Aveiro e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, ao *Avante!*.

Elsa, trabalhadora da Rohde e membro da sua Comissão Sindical, confirma que ao argumento de falta de encomendas se contrapõe, na prática, o aumento do ritmo de trabalho, sentido pela generalidade das trabalhadoras, durante todo o ano. Uma das que mais se têm distinguido nesta luta, Lúcia Pinho, afirma que «todos têm trabalho, existem artigos novos sempre a sair e os controladores exigem sempre mais e mais das operárias».

Numa pergunta de Ilda Figueiredo no Parlamento

Europeu, a este propósito, ficou patente a contradição entre a alegada falta de encomendas e «a manutenção de ritmos de trabalho muito elevados». Contradições desmascaradas ainda pela intervenção de Odete Santos na Assembleia da República, onde apontou estatísticas do INE e números recentes divulgados pela Associação dos Industriais do Calçado, que revelam que «a indústria de calçado portuguesa está em alta, com uma produção que tem vindo a aumentar»; no caso concreto das vendas para a Alemanha, «Portugal, no primeiro semestre do corrente ano, exportou 203 milhões de euros, mais 5,7% do que no período homólogo do ano anterior».

Ameaças e ilegalidades

Com um enorme sentimento de impunidade, proporcionado pela legislação e Governo actuais e pelo pacote laboral anunciado, a administração da Rohde procurou exercer sobre os trabalhadores uma pressão inadmissível: ameaçou com faltas injustificadas as trabalhadoras que participassem no plenário de 30 de Setembro; prometeu descontar no tempo de trabalho sindical as reuniões no intervalo de almoço. Aqui a administração sofreu a primeira grande derrota: nunca um plenário reunira tantas trabalhadoras e a luta dera tantos frutos de solidariedade entre todas.

Contudo a administração

apresentou o requerimento para suspensão dos contratos de trabalho e, sem base em qualquer averiguação junto dos trabalhadores e das suas estruturas acerca dos argumentos avançados, a Segurança Social deu provimento (e substancial financiamento) a uma decisão que deixa em condições gravíssimas quase um milhar de pessoas e as suas famílias, que vêem os seus já magros rendimentos ainda mais reduzidos.

Carla Neves alertou ainda para outro grave aspecto do comportamento da administração da Rohde: prometeu que o «layoff» seria alternativa aos despedimentos mas, na realidade, sucedem-se ambas as situações.

Recuar no tempo

No que diz respeito às alterações ao Pacote Laboral proposto pelo Governo em matéria de igualdade, as trabalhadoras são unânimes na reprovação. «O 25 de Abril aconteceu uma vez e mostrou que as mulheres querem e merecem a igualdade, o que o Governo propõe é andar para trás no tempo», acusa Lúcia Pinho, ao que acrescenta Carla Neves a retórica interrogação: «Uma mulher trabalha aqui muito, mais que a média, e ganha muito menos; a que se deve a discriminação salarial?»

Ilda Figueiredo, convidada a falar no plenário de trabalhadores, na passada sexta-feira, questionou o rumo da União Europeia e a política do Governo: «Que Europa social é esta em

que as trabalhadoras querem produzir e as não deixam; que País é este que precisa de produção nacional, de exportação, e prescinde das suas trabalhadoras?» A eurodeputada comunista garantiu «todo o esforço» do PCP «onde pudermos e onde for preciso», para apoiar as trabalhadoras da Rohde e as trabalhadoras portuguesas na luta pelos seus legítimos direitos.

Para esclarecimento dos trabalhadores e populações acerca do Pacote Laboral e das alterações à Segurança Social, o PCP efectuou também na Rohde uma acção que permitiu contactar e informar centenas de trabalhadoras e trabalhadores, conquistando mais apoios para a luta que se impõe desenvolver.

Quadros do PCP contestam privatização das águas

O Governo PSD/PP faz da água – bem como do saneamento básico e do tratamento de resíduos – o próximo alvo da política de delapidação do sector público.

Na linha da defesa deste património, realizou-se, no passado sábado, no CT Vitória, em Lisboa, uma reunião nacional de quadros do PCP, que contou com a participação de mais de cem camaradas vindos de todo o País (entre os quais estavam muitos autarcas).

Ao intervir no encontro, Francisco Lopes, da Comissão Política, salientou que a privatização da gestão pública da água põe em causa não apenas a qualidade de vida das populações como a própria soberania nacional, por ser um património incalculável.

A água é um sector que move milhões de contos, o que a torna alvo da ganância do capital privado. Em Portugal, foi Cavaco Silva que, em 1991, deu início a este processo, com a criação dos sistemas multimunicipais, retirando às autarquias a competência exclusiva para operar no sector. Foi criada a *sub-holding* IPE-Águas de Portugal, com maioria no capital social das empresas gestoras dos novos sistemas multimunicipais. Estes vieram tirar aos municípios património e autonomia, com tarifários incomportáveis para as autarquias. A Águas de Portugal SA passou a ter acesso prioritário aos fundos de coesão.

Guterres e o PS – que na oposição tinham sempre contestado esta opção – no Governo aceitaram a Águas de Portugal como facto consumado, fazendo depender da adesão aos novos sistemas multimunicipais a atribuição às autarquias das verbas do Quadro Comunitário de Apoio, com pressões e boicotes da parte do ministro Sócrates.

Agora, disse ainda Francisco Lopes, o recentemente aprovado Plano Nacional da Água aponta para a entrega da água ao domínio privado e para a sua empresarialização.

Com a privatização, ficam em causa não apenas interesses da população como os direitos, regalias e até postos de trabalho dos trabalhadores das autarquias. Segundo Jorge Fael, do grupo de trabalho do PCP contra a privatização das águas e saneamento, a cobiça dos grupos capitalistas deve-se ainda ao facto de a água ser um bem imprescindível, que escapa à lei da oferta e da procura. Por outro lado, a gestão da água com o intuito exclusivo do lucro ignora totalmente o uso óptimo dos recursos.

Para a água há sempre mercado, é um monopólio único e, como disse Luísa Tovar, da Comissão de Ambiente do PCP, «um bem que não requer grande investimento no trabalho». Notou que a privatização das águas no mundo é um processo relativamente recente que tem gerado controvérsia e recuos, lembrando o escândalo que levou à prisão o presidente da Câmara de Grenoble (França) e de um director executivo da empresa que se apoderou das águas sem qualquer concurso público. Após esta experiência, a água foi remunicipalizada e, em sondagens recentes, a população francesa prefere a opção da gestão pública.

Em Inglaterra, com a privatização o preço da água aumentou em flecha. Na Bolívia, este ano, a luta do povo fez o governo recuar no mesmo propósito.

Pública e racional

Por entender que a má gestão da água não se deve ao facto de ser uma gestão pública, mas sim à forma como os sucessivos governos PS e PSD têm gerido os serviços, no sentido de se caminhar para a sua privatização, o PCP defende uma gestão pública e racional das águas.

Foram lembradas as lutas dos trabalhadores das autarquias, em Portugal, em defesa da gestão pública das águas. Setúbal, Mafra, Covilhã, Braga e Manteigas são exemplos a ter em conta para prosseguir a luta contra os intuitos do Governo de Durão Barroso, sendo necessário mais apoio e acompanhamento do Partido às justas lutas dos trabalhadores das autarquias. Foi também estimulada a constituição de comissões de utentes.

O encontro concluiu que se deve continuar a aprofundar e analisar o problema, sendo desde já necessário esclarecer e mobilizar as populações.



Água um bem de todos

A mercantilização da água, agora anunciada para Portugal, constitui um «grave atentado» ao direito de acesso e usufruto deste bem essencial à vida, considera o Gabinete de Imprensa do PCP, em comunicado, emitido a 1 de Outubro, por ocasião do Dia Nacional da Água.

Chamando a atenção para a pretensão do Governo de alienar o abastecimento público da água, o PCP, diz «perceber-se o interesse» do grande capital e das multinacionais do sector pelo negócio da água: trata-se de uma «mercadoria» essencial e insubstituível, «passível de especulação» – os preços podem subir sem que o «mercado se reduza» e onde não há «créditos malparados».

É assim que o PSD anunciou já a

intenção de privatizar as Águas de Portugal, «abrindo caminho à entrega ao capital privado do controlo dos sistemas de captação, tratamento e transporte da água para cerca de 70% da população portuguesa e ainda a distribuição e cobrança domiciliária em vários concelhos, incluindo Lisboa», numa ofensiva que tende a intensificar-se, tendo em conta «a apetência do capital transnacional pelo domínio mais completo da água – os rios, os aquíferos, as margens, os terrenos adjacentes, as praias – e as pressões do Banco Mundial e da União Europeia».

O PCP não deixará, porém, de opor-se firmemente a esta ofensiva e apela à população para que participe em defesa do direito à água e da sua gestão pública.

Falta esclarecer a situação na Judiciária e as alterações à sua Lei Orgânica

Perigos na Justiça

O PCP considera que estão colocados «novos perigos ao sistema de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e exige que quaisquer alterações sejam amplamente discutidas e decididas em sede parlamentar».

O Partido «denunciará e dará combate a todas as tentativas da ministra da Justiça do CDS-PP e do Governo da

reafirma que «importa esclarecer os factos já ocorridos», mas igualmente devem ser clarifi-

Com as medidas do Governo fica mais difícil investigar os «crimes dos poderosos»

direita para subverter o modelo constitucional de investigação criminal», afirma-se numa nota divulgada dia 3 e na qual se adianta que, «com o objectivo de esclarecer cabalmente toda esta matéria e aprofundar o seu conhecimento e discussão, o PCP iniciou já diligências para um conjunto de encontros e iniciativas de carácter institucional».

cados «os objectivos das alterações que o Governo preconiza na Lei Orgânica da PJ». «É que não é possível escamotear que o programa eleitoral do PSD preconizava: «redefinir os limites da autonomia do Ministério Público» e «ampliar os poderes do Ministério da Jus-

telefónica e vigilância, da concentração hierárquica dos meios de investigação e do alargamento da recolha de informações de pré-inquérito pelas autoridades policiais», do que «resultará um controlo judicial diminuído e uma menor eficácia investigatória, colocando de novo – como durante o consulado de Cavaco Silva – a investigação criminal na dependência da arbitrariedade administrativa lhe atribuir ou não os meios necessários, abrindo caminho ao efectivo controlo pelo Governo do «quê, quando e como» investigar».

O PCP alerta ainda que, «ao mesmo tempo, o Governo avança com a alteração de normas do segredo de justiça que, a concretizar-se, pode tornar muito difícil a investi-

Factos e objectivos

Para o PCP, a audição da ministra da Justiça na 1.ª Comissão da Assembleia da República, a 24 de Setembro, «não permitiu esclarecer as circunstâncias da demissão dos dois directores nacionais adjuntos e as alegadas intromissões ilegítimas do Governo neste processo e no funcionamento da PJ, nem as notícias sobre hipotéticas escutas ilegais naquela polícia». Também «não houve uma explicação coerente da reestruturação em curso na investigação criminal ou das alterações que o Governo já decidiu introduzir na Lei Orgânica da PJ», o que levou à decisão de constituir uma comissão de inquérito na AR. A Comissão do PCP para a Área da Justiça, que subscre-



tiça na investigação criminal», ou seja, menos autonomia da investigação e menos independência dos tribunais e mais policialização e governamentalização da investigação criminal e da acção penal», recordam os comunistas.

Além do mais, «entre as alterações à Lei Orgânica da PJ já conhecidas, à mistura com aspectos porventura positivos, há indícios de uma acentuada hierarquização do controlo dos meios tecnológicos de escuta, interceptação

gação de casos como o da «Moderna» e outros ilícitos criminais de grande complexidade, do chamado «crime de colarinho branco», da grande criminalidade económica e fiscal, branqueamento de capitais e outros «crimes dos poderosos», o que sucede «num momento em que assumem relevância opiniões fundamentadas sobre a gravidade dos processos de penetração e entrosamento das actividades criminosas com a economia legal».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

José Eduardo Sousa Silva

Faleceu, no dia 1 de Setembro, com 64 anos de idade, o camarada José Eduardo Silva. Militante do Partido desde 1974, encontrava-se organizado na Organização Local do PIA/Raposo, freguesia da Caparica.

Luís Rosa Mendes

Após doença prolongada, faleceu, no dia 2 de Outubro, o camarada Luís Rosa Mendes, comerciante reformado, de 78 anos, natural da freguesia de Vila de Frades, Vidigueira. Membro do Partido desde 1977, foi presidente da Junta de Freguesia de Vila de Frades, entre 1980 e 1997, e presidente da Assembleia de Freguesia, de 1997 a 2001. Em 1973, participou no Congresso da Oposição Democrática, de que foi um dos organizadores. Pertenceu aos órgãos sociais da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho da Vidigueira e ao Conselho Fiscal da Federação Distrital das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos. A nível partidário, era membro da Comissão Concelhia da Vidigueira do PCP, desempenhando com abnegação as tarefas do Partido, sendo actualmente responsável pelos Fundos.

Máximo de Cintra Xavier

Faleceu recentemente em Portimão, vítima de doença prolongada, o camarada Máximo de

Cintra Xavier, tipógrafo e membro do Partido desde 1977. Eleito na Junta de Freguesia e Assembleia Municipal de Portimão, integrou, também, durante anos, a direcção do Centro de Apoio a Idosos, onde se notabilizou pela transformação que promoveu naquela unidade, hoje adequada aos fins que prossegue. Pertenceu à Comissão Concelhia de Portimão do PCP.

Ventura Lopes Soares de Almeida

Faleceu, no passado dia 24 de Setembro, o camarada Ventura Lopes Soares de Almeida, carpinteiro reformado. O camarada foi, durante cerca de 20 anos, um dos responsáveis pela venda do *Avante!* em Estarreja.

José Soares Pinto

Após doença prolongada, faleceu o camarada José Soares Pinto, analista químico, com 68 anos, natural de Sabrosa. Militante do Partido desde 1981, pertenceu à célula de Porto Salvo (Oeiras) e actualmente era membro da Comissão Concelhia do Seixal e da Comissão de Freguesia de Fernão Ferro.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do *Avante!* manifesta sentidas condolências.

VILA VERDE Contra taxas ilegais

Por proposta da CDU, a Assembleia Municipal de Vila Verde deliberou reclamar o fim das taxas ilegais cobradas pela Misericórdia de Vila Verde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde e aprovou moções exigindo a normalização da situação da Conservatória do Registo Predial e a revisão dos regulamentos dos Horários do Comércio, de forma a garantir o encerramento total em dias do ano com especial significado para os trabalhadores.

A informação é dada pela Comissão Concelhia de Vila Verde do PCP que vai solicitar aos deputados comunistas na Assembleia da República que procurem integrar, no próximo Orçamento do Estado, verbas para a abertura de um nó da Auto Estrada na Estrada Nacional 205; a continuação da variante à Estrada Nacional 101; a cobertura de pelo menos 5% da rede de saneamento do concelho; e a construção de um Pavilhão Multiusos.

MOITA CDU alerta trabalhadores

Também por iniciativa da CDU, a Assembleia Municipal da Moita aprovou uma moção de repúdio, no dia 27 de Setembro, pelo chamado Código de Trabalho, que, na opinião da Comissão Concelhia da Moita do PCP, constitui «o mais violento ataque verificado depois do 25 de Abril, contra os direitos fundamentais dos trabalhadores».

Aprovada com os votos contra do PSD, a moção - distribuída aos milhares de pessoas que participaram no cordão humano promovido pela CGTP, no dia 1 de Outubro -, prevenia não se estar perante uma questão que apenas diz respeito só ao mundo do trabalho, pois a situação sociolaboral resultante da ofensiva em curso, a concretizar-se, «conduziria a graves retrocessos e alterações no próprio regime democrático».

PORTO Manter pública a rede fixa

A intenção do Governo de vender à Portugal Telecom a rede fixa de telecomunicações do Estado, que lhe havia sido concessionada por 30 anos, merece a dura crítica da Organização do PCP nas Telecomunicações/Porto que lembra o facto de a rede fixa ter-se mantido propriedade do Estado, quando da privatização, em 1994, por razões que o Governo PSD de então disse serem de «soberania, de independência e de defesa nacional».

Passados oito anos, o actual Governo do PSD/PP «manda às malvas» estes conceitos, talvez porque o tempo seja «de apertar o cinto a quem trabalha» e «privatizar o que resta para tapar buracos na economia portuguesa», denuncia o PCP defendendo que o controlo das telecomunicações, designadamente da rede fixa, se mantenha nas mãos do Estado.

AÇORES Comunistas interpelam governo

O Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional dos Açores vai promover, entre 15 e 18 de Outubro, uma Interpelação ao Governo Regional sobre Política Agrícola. Com esta iniciativa, o PCP pretende contribuir para aprofundar o debate sobre a importância da agricultura e das indústrias derivadas na economia regional e, ainda, para a clarificação de algumas questões estratégicas, como a questão da quota do leite, o investimento público no sector, a importância da indústria de laticínios, a rede regional de abate, as culturas industriais e a diversificação agrícola.

É hora de tomar a iniciativa!

Como se já não bastassem as consequências da política de direita de muitos anos, assegurada pelo revezamento no Governo do PSD, do PS e do CDS/PP, que amplificou os impactos negativos da globalização capitalista e do rumo da integração europeia, os grupos económicos e financeiros, as multinacionais consideraram, com o Governo PSD/CDS-PP, ter chegado a ocasião para aprofundar a ofensiva de modo a garantir o máximo lucro, a máxima concentração da riqueza e a máxima centralização do poder.



Francisco
Lopes
Membro
da Comissão
Política

E assim está posta em marcha uma das mais violentas ofensivas de sempre contra os trabalhadores, o poder de compra da população, os interesses dos reformados, as perspectivas de vida da juventude, a actividade económica dos pequenos e médios empresários, o desenvolvimento do País, o próprio regime democrático. Uma acção abrangente em que sobressaem como peças de maior calibre o

pacote laboral, o assalto à Segurança Social, o ataque ao Serviço Nacional de Saúde, o OE para 2003 consagrando a redução do poder de compra e a retirada de direitos na reforma aos trabalhadores da Administração Pública, novas vagas privatizadoras e um vasto conjunto de medidas para o controlo e instrumentalização das estruturas de informação e investigação do Estado.

O que está em causa não é apenas

mais uma ofensiva, é todo um programa de comprometimento do desenvolvimento do País, de fragilização brutal das suas estruturas produtivas, de agravamento das condições de vida e das desigualdades sociais, que é inaceitável. Eles querem fazer o maior estrago possível no mais curto espaço de tempo.

Face à dimensão e profundidade da ofensiva, ao propósito de apresentar sucessivos factos consumados por parte do Governo PSD/CDS-PP, é preciso erguer um poderoso movimento de massas que leve à derrota da ofensiva em curso, desde logo e em primeiro lugar à derrota do pacote laboral.

Isso é possível. Mas, para que tal se verifique, se é útil evidenciar a necessidade da luta e a perspectiva arrojada da sua expressão futura, é acima de tudo necessária uma

intensa e profunda acção de esclarecimento que mostre as consequências concretas do pacote laboral, que demonstre o que significa o assalto à Segurança Social, que revele a injustiça das medidas do Governo no plano dos salários, da fiscalidade, do SNS, das privatizações, etc. Um esclarecimento que mostre que andar para trás nos direitos laborais, na Segurança Social, nos salários e condições de vida não pode ser. Um esclarecimento que ajude a despertar a força da opinião e da acção dos trabalhadores e do povo português e que assim torne possível derrotar esta ofensiva.

Uma questão central

Esta é uma questão central da actual situação. Quando o PS oscila entre a exibição de posições de oposição e o real compromisso com a política que realizou no Governo, quando outros medem a sua acção pela quantidade de bons ofícios que recebem dos maiores meios de comunicação social, quando outros ainda não perdem oportunidade para o atacar e denegrir, o PCP assume as suas responsabilidades e cumpre o seu papel.

Essa é a realidade que ressalta numa intensa actividade em que se destaca o êxito da «Festa do Avante!», a edição especial do *Avante!* (cinquenta mil exemplares) contra o pacote laboral vendida por centenas de equipas e que esgotou em muitos locais, a interpelação do Grupo Parlamentar do PCP ao Governo sobre a política laboral, a campanha «Pacote laboral. Segurança Social. Andar para trás não!» em curso por todo o País até 17 de Outubro, a preparação do Encontro Nacional do Partido sobre a acção e organização nas empresas e locais de trabalho que vai decorrer nos dias 19 e 20 de Outubro no Complexo Municipal dos Desportos de Almada, o empenhamento de milhares de militantes no esclarecimento e no desenvolvimento da luta, nas acções da CGTP-IN (que hoje realiza um importante Plenário Nacional), nas lutas dos trabalhadores dos mais diversos sectores designadamente da Administração Pública (que vão realizar uma grande jornada de luta no próximo dia 16), na luta da juventude e dos reformados.

O PCP respondeu com a ofensiva política e de massas à ofensiva do Governo PSD/CDS-PP. É necessário prosseguir. Com as forças e a militância do colectivo partidário, ligado aos trabalhadores e à população, ampliando forças na acção, ultrapassando ataques e campanhas, associando o esclarecimento, a mobilização e a luta, à intensificação da intervenção e iniciativa política, ao arranque do movimento geral de reforço da organização partidária «Sim, é possível! Um PCP mais forte», à realização do VII Congresso da JCP, ligando a resistência e luta de hoje ao objectivo de construir o Portugal mais desenvolvido e mais justo de amanhã, lutando sempre pelo projecto de uma sociedade nova, o PCP vai continuar a cumprir o seu papel.

Com determinação, confiança e persistência, é hora de tomar a iniciativa. E é isso que estamos a fazer.

/// O PCP respondeu
com a ofensiva
política e de massas
à ofensiva do
Governo PSD/CDS-
-PP. É necessário
prosseguir ///

**PACOTE LABORAL
SEGURANÇA SOCIAL**

*Andar para trás
Não!*



PCP

*o país só avança
com mais direitos
para quem trabalha*

www.pcp.pt
DEB/PCP - 2002

Organizações do PCP denunciam consequências da política do Governo nas regiões

Razões para lutar



A alienação do erário do Estado e a degradação dos serviços públicos andam lado a lado, numa política que assume a defesa dos interesses dos grupos mais poderosos

Ligação ao povo em foco na Mealhada

Os comunistas do concelho da Mealhada reuniram em Assembleia, na passada sexta-feira, na freguesia de Casal Comba, para analisar a situação política nacional e local, decidir sobre a actividade a desenvolver, e eleger a nova Comissão Concelhia.

O debate incidiu particularmente sobre o conteúdo do código laboral do Governo e a sua extrema gravidade no que respeita à retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de muitas gerações. Daí que tenham sido consideradas como tarefas principais, nos tempos imediatos, as iniciativas de contacto e esclarecimento da população, bem como a mobilização para as acções de luta que venham a ser desenvolvidas.

O contacto com todos os inscritos no PCP, o recrutamento de novos militantes e a criação de organismos ao nível de empresas e freguesias foram objecto de decisões orgânicas tomadas na Assembleia Concelhia, que deu ainda grande atenção à ligação com as populações e à intervenção no plano autárquico.

A Comissão Concelhia eleita é constituída por nove camaradas, entre os quais duas mulheres, sendo quatro operários, três empregados, um intelectual e um empresário do ramo industrial.

Ovar

Decorreu sexta-feira, no Centro de Trabalho de Ovar, um plenário de militantes da organização concelhia do PCP, destinado a preparar o Encontro Nacional de 19 e 20 de Outubro. Sob o lema «Sim, é possível! Um PCP mais forte sempre com os trabalhadores» e depois de uma intervenção inicial de António Salavessa, membro do Comité Central do Partido, no período de debate vários camaradas falaram sobre o Projecto de Resolução e da situação concreta vivida pelos trabalhadores do concelho. Sobressaiu a ideia de que o quadro actual confirma amplamente a necessidade e actualidade de um PCP forte, organizado e profundamente ligado ao mundo do trabalho. Não obs-

tante a crescente repressão que recai sobre a maioria dos trabalhadores e que mina cada vez mais a sua capacidade reivindicativa, a organização do PCP nos locais de trabalho representa um vector fundamental da sua acção e exige da parte de todos os comunistas novas e redobradas exigências.

A Comissão Concelhia de Ovar tinha já realizado, há dias, um colóquio sobre o pacote laboral, com a participação de Joaquim Almeida, membro do Comité Central e coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro, durante o qual foram enumeradas as principais e mais gravosas alterações que o Governo pretende fazer aprovar.

Entretanto e tal como tinha sido anunciado, a Organização Concelhia de Ovar do PCP tem vindo a prosseguir a sua acção de esclarecimento sobre as nefastas propostas de alteração da legislação laboral, com distribuição à porta das empresas de um folheto informativo desmontando toda a falácia do Governo PSD-PP à volta desta questão.

Em reuniões realizadas nos últimos dias, direcções regionais do PCP analisaram a situação política e social, apelando ao combate contra a política levada a cabo pelo Governo PSD/PP.

Em termos de conclusão, as organizações comunistas foram unânimes na condenação dessa política e na solidariedade com as acções dos trabalhadores no sentido de a combater, e na tomada de medidas e iniciativas várias com vista ao reforço do PCP nas suas regiões.

A Direcção da Organização Regional de Leiria, por exemplo, está particularmente preocupada com notícias que têm vindo a público relativas à intenção do Governo de proceder a cortes de investimento em projectos importantes para o desenvolvimento regional, como sejam, segundo tem sido referido: a redução do financiamento do IC36, o encerramento da Escola Superior de Tecnologia do Mar ou diminuições na concretização do Centro de Saúde de Pombal.

A DORLEI, analisando, também, o problema do abastecimento de água a Leiria e a situação ambiental, exige a publicitação regular das análises à água para consumo e reitera as acusações ao PSD de Leiria, que «irresponsavelmente deixou arrastar uma situação alternativa à actual captação de água no Lis» e «negligenciou o investimento em saneamento básico durante anos a fio». Por outro lado, os problemas de poluição suínica e de tratamento dos efluentes das suinicultura não foram capazmente resolvidos pela Administração Central, designadamente pelo Governo Cavaco Silva. Aliás, a frequência com que ultimamente estão a ocorrer crimes ambientais no distrito exige definir como prioridade a concretização de uma alternativa que

compatibilize a sobrevivência daquele sector com a defesa da saúde pública e dos recursos naturais.

Os comunistas da região de Leiria expressam, ainda, o seu desacordo com a eventual empresarialização do Hospital de Leiria e denunciam «o retrocesso de dezenas de anos» que representaria para os direitos dos trabalhadores a aprovação das alterações do Governo à legislação laboral e à Lei de Bases da Segurança Social.

Saúde em risco

A Direcção da Organização Regional do Porto, por sua vez, com vista ao reforço da organização e intervenção do Partido na região, tem já em preparação a sua 6.ª Assembleia de Organização, que se realizará a 8 de Dezembro, sendo que, este ano, realizar-se-ão, ainda, assembleias das maiores organizações do distrito do Porto, como Gondomar, o Sector Intelectual e a Cidade do Porto.

Entre outras medidas do Governo, a DORP denuncia, concretamente, a intenção de empresarialização de cinco unidades hospitalares - Hospital S. António, IPO, Hospital Pedro Hispano, Hospital Padre Américo-Vale do Sousa e Hospital de Amarante - e despedir cerca de 1000 trabalhadores. E, para já, apela à «resposta pronta e decidida» dos trabalhadores e da população à «violenta ofensiva» do Governo contra o sistema de saúde público e o «assalto do PSD/PP» à direcção do Centro Regional de Segurança Social e a deterioração do funcionamento dos serviços.

Os problemas do Hospital Padre Américo e da Saúde estiveram em destaque na visita que o deputado Honório Novo e uma delegação da Direcção Sub-regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega fizeram no sábado àquela unidade, em Penafiel. Além de condenarem firmemente a anunciada privatização de hospitais, os comunistas anunciaram ainda que vão exigir a demissão do coordenador da Sub-região de Saúde do Porto. Este responsável emitiu um ofício aos directores de Centros de Saúde do distrito, apelando à sua participação e de «demais colaboradores» nas «Jornadas de Saúde» promovida pelo PSD e o PP.

A concelhia de Baião, reagindo segunda-feira à resposta do Ministério da Saúde a uma pergunta de Honório Novo, reafirma a sua firme condenação do pretendido encerramento do serviço de Internamento da Unidade de Saúde de Baião, para entregar à iniciativa privada «um serviço prestado há décadas aos baionenses». Os comunistas consideram «altamente comprometedor o silêncio da Câmara e da Assembleia Municipal relativamente a esta questão».

A Direcção da Organização Regional de Portalegre, da avaliação que fez à política do Governo, destaca o regresso dos salários em atraso e o aumento do desemprego no distrito, particularmente nas camadas jovens, e dentre as diversas acções de protesto em curso - que tem apoiado - refere a vigília realizada pelos trabalhadores do Centro de Reeducação de Vila Fernando, exigindo os meios humanos necessários às actividades do Centro.

Entretanto, a DORPOR decidiu realizar a 15 de Dezembro a sua 7.ª Assembleia de Organização, tendo já aprovado o regulamento da sua preparação, que consubstancia o calendário de discussão da resolução política e a eleição de delegados.

PCP condena fecho do consulado de Osnabruck

A organização do PCP na Alemanha «apoia a justa luta da comunidade portuguesa contra o encerramento deste consulado que a concretizar-se atingiria gravemente a qualidade dos serviços e do apoio social à comunidade portuguesa em toda a região norte da Alemanha, tendo em conta que os 15 mil inscritos neste consulado seriam distribuídos pelos consulados de Hamburgo e Dusseldorf».

O problema foi discutido a 5 de Outubro, pelo organismo de direcção nacional dos comunistas portugueses emigrados na Alemanha.

No comunicado distribuído anteontem, refere-se que, «a exemplo do que já aconteceu com o encerramento das delegações da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares no Norte

de Portugal, o Governo planeia a drástica redução do número de consulados portugueses», estando em perigo, na Alemanha, o consulado de Osnabruck.

Como consequências da política de emigração do actual Governo, os comunistas emigrados na Alemanha apontam ainda «a drástica redução do número de professores» e «os atrasos no início de muitos cursos». «A gravidade da ofensiva do Governo PSD/PP contra os direitos dos trabalhadores em Portugal repercute-se igualmente na sua política de emigração», afirma-se no comunicado, acusando aqueles partidos de «descaradamente» esquecerem as promessas feitas quando se encontravam na oposição.

Os comunistas apelam à comunidade portuguesa na Alemanha para «solidarizar-se com as acções de resistência dos trabalhadores portugueses em Portugal e a juntarem-se à crescente onda de protestos» e para expressar o seu protesto contra um governo cujo primeiro-ministro vai «a Washington prestar vassalagem a Bush e dar o aval de Portugal a mais uma aventura militar que contém a ameaça de novos perigos para a paz mundial».

«Prosseguir o trabalho de aprofundamento da sua actividade e de reforço da sua organização» é a determinação dos militantes do PCP na Alemanha, que preparam a sua participação no encontro de quadros do PCP na Europa, marcado para os dias 23 e 24 de Novembro.



Acção à porta da Yazaki Saltano, em Ovar, com distribuição do folheto do PCP sobre o Pacote Laboral

Pacote laboral sob o fogo da crítica em interpelação do PCP

Cortar o passo à ofensiva de direita

As propostas em matéria de legislação do trabalho e segurança social foram ontem alvo das mais duras críticas. O tema esteve no centro do debate parlamentar, por iniciativa do PCP, sob a forma de interpelação ao Governo.

Dando corpo aos apelos, à denúncia e às fundadas preocupações de centenas de milhares de trabalhadores e suas organizações, com este debate, inserido na vigorosa acção de esclarecimento

Governo quer eliminar direitos e intensificar a exploração

visando a liquidação de direitos que foram conquistadas pela luta de gerações de trabalhadores e que o 25 de Abril consagrou. Propostas que, a não serem travadas, representariam uma profunda regressão social e mesmo um retrocesso civilizacional.

Foi isto que os deputados comunistas voltaram a pôr em evidência. Demonstrando, por exemplo, que a motivação da Executivo PSD/PP, no plano da segurança social, é regressar à filosofia da «caridadezinha», com uma

segurança pública para os «pobrezinhos» e entregar simultaneamente milhões às seguradoras privadas.

E que em relação à legislação do trabalho, o objectivo central é o de retirar direitos, desvalorizar a força do trabalho, manietar os sindicatos, intensificar a exploração. «Numa palavra, fazer de cada trabalhador uma mera peça da engrenagem do lucro e sempre descartável», como sublinhou em declarações ao Avante!, na véspera do debate, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Esta era, aliás, uma das acusações com que o dirigente comunista, na abertura da interpelação, pensava confrontar o Governo, segundo nos revelou.

Antecipando ao nosso jornal algumas das linhas



Da rua para o Parlamento: depois das manifestações, é a vez do Governo ser contestado pelo PCP na AR

essenciais da sua intervenção, Carvalhas adiantou ser igualmente objectivo da bancada comunista levantar a questão da responsabilidade do Executivo do PSD/CDS-PP pela «alteração e radicalização de sectores mais retrógrados da sociedade que se sentem impunes e intocáveis na violação dos direitos dos trabalhadores em centenas de empresas».

Exemplificando, citou o desrespeito pela contratação colectiva e os acordos estabelecidos, o ressurgimento dos salários em atraso, a aplicação do «lay-off de forma cirúrgica como arma de chantagem», o incremento do «exercício do medo no prolongamento e banalização da jornada de trabalho sem a devida retri-

buição», a sujeição ainda maior dos «trabalhadores com vínculos precários ao arbítrio perante uma inspecção de trabalho que, mesmo que quisesse, fica com este Orçamento sem meios, sem operacionalidade, sem capacidade de responder e actuar face a tantas e diversas situações».

Tema que não terá escapado às críticas do PCP foi também o da actuação do Ministério tutelado por Celeste Cardona. «Só por incompetência ou por opção (ou opor ambas) é que o Ministério da Justiça ainda não teve uma palavra para desafogar os Tribunais de Trabalho, tanto em relação aos processos correntes como no escândalo dos créditos em atraso que são devidos aos trabalhadores em

resultado da falência de empresas», adiantou o líder comunista, antes de observar serem outras as prioridades do Governo. «A de dar satisfação aos grandes interesses, a de colocar os respectivos boys nos lugares estratégicos, a de criar a psicologia da crise e do mesmo do desemprego para liquidar conquistas, apertar o cinto aos do costume e prosseguir a política de concentração de riqueza», referiu.

Já sobre a lei de Bases da Segurança Social, para Carlos Carvalhas, o «ânimo e a pressa» do Governo, sustentou, explicam-se não pela perspectiva de defender os interesses dos trabalhadores e dos reformados mas pela necessidade de satisfazer os «interesses, as exigências e o lucro do capital financeiro».



Trabalhadores da Rhode souberam resistir à chantagem da administração e rejeitaram num grande plenário (na foto) o regime do layoff

Exemplo de resistência

É um caso de grosseira ameaça aos direitos dos trabalhadores. Mas é também um caso exemplar de resistência e luta. E de unidade e firmeza e de como estes factores, articulados, podem vencer a prepotência e a chantagem patronais. O testemunho foi levado ao plenário, faz hoje oito dias, pela voz da deputada comunista Odete Santos. Refere-se à multinacional alemã da indústria do calçado Rhode, no distrito de Aveiro, e conta-se em breves palavras.

Pela segunda vez, no espaço de um ano, a administração recorre ao regime do layoff, argumentando com a falta de encomendas. Razão absolutamente falsa, pois, como revelam todos os indicadores, a indústria portuguesa do calçado está em alta, com um claro aumento das exportações, ao contrário do que acontece na União Europeia.

Os trabalhadores, por saberem que assim é e por considerarem a decisão da empresa injustificada e ilegal, preparam uma reunião plenária para o dia 30 de Setembro, no sentido de aprovarem formas de luta, respondendo à convocatória do seu sindicato.

A administração não perde tempo e aumenta a chantagem e a pressão sobre os cerca de mil trabalhadores. Na própria manhã que antecedeu o plenário, fez saber que injustificaria as faltas

dadas pelos trabalhadores presentes na iniciativa sindical, sem que estivesse esgotado o crédito de horas previsto no contrato colectivo de trabalho.

De nada valeram as ameaças. Os trabalhadores não só compareceram em número significativo (visto em si mesmo como uma primeira derrota da administração) como rejeitaram categoricamente em moção o regime do layoff.

Repudiando simultaneamente o pacote laboral e, com isso, afirmando, como sublinhou Odete Santos, que a suspensão dos contratos de trabalho que a multinacional alemã pretende impor com a benção do Ministério do Trabalho «mais não é do que uma forma grosseira de chantagem para tentar que os trabalhadores desistam de lutar pelos seus direitos».

Este é sobretudo um caso revelador de como o layoff foi usado como «arma política contra direitos» e para tentar «enfraquecer resistência e lutas contra o pacote laboral», como assinalou a deputada do PCP.

«Mas a avaliar pela disposição dos trabalhadores da Rhode – observou – pela sua capacidade de resistência e luta, a política antilaboral não poderá passar sobre a dor infinita de quem trabalha».

Nova lei de gestão de telecomunicações

Brigar com o interesse nacional

PSD, CDS-PP e PS aprovaram, na generalidade, a proposta do Governo que estabelece um novo quadro legal de gestão, exploração e prestação de serviços nas redes de telecomunicações. A proposta de lei do executivo contou com a oposição do PCP, do BE e do Partido Ecologista «Os Verdes».

Em causa está a alienação para o sector privado da rede fixa de telecomunicações, o que, só por si,

«briga com o interesse nacional», como observou o deputado Lino de Carvalho.

Que criticou o Governo por, na base desta medida, ter em mente a arrecadação de algumas dezenas de milhões de contos de receitas extraordinárias, tudo em nome do cumprimento do deficit proposto de 2,8 por cento para 2002.

Em evidência pelo parlamentar comunista foi posta ainda a contradição de

posições do PSD, uma vez que em 1994 era este mesmo partido a reconhecer também serem as telecomunicações uma infra-estrutura estratégica de interesse nacional.

«O que mudou desde então?», questionou, para logo responder: «Acentuou-se a óptica neoliberal e privatizadora; a PT deixou de ser pública e agravou-se a dependência do País face aos irracionais compromissos com Bruxelas.»

Capitulação aos EUA

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou, «no mais curto prazo possível», a realização de uma reunião da comissão de assuntos europeus e política externa para esclarecer a posição do governo português relativamente à atitude norte-americana face ao Tribunal Penal Internacional.

Reunião onde deverá estar presente o ministro dos Negócios Estrangeiros,

Martins da Cruz, segundo o pedido formulado em carta dirigida ao presidente daquela comissão parlamentar pela bancada comunista, que quer ver esclarecido em concreto o posicionamento do Executivo de Durão Barroso, no âmbito da União Europeia, a propósito da imunidade de militares e diplomatas dos EUA perante a jurisdição do TPI.

De assinalar o facto de a

posição da União Europeia ter sido já encarada por alguns sectores como uma capitulação aos Estados Unidos. As críticas não tem escapado igualmente a posição do governo português, considerada insensata e eivada de um enorme cinismo, num momento em que os «falcões» nos EUA e no Reino Unido preparam de novo a guerra contra o Iraque.

Autoridade da Concorrência

O PCP criticou as principais medidas preconizadas pelo Governo no diploma que cria a Autoridade da Concorrência. Com esta decisão, fundidas são, num único organismo, as competências actuais do Conselho da Concorrência com as competências sectoriais hoje atribuídas aos serviços da Direcção-Geral do Comércio e Concorrência. Na proposta de lei, aprovada com os votos da maioria, criticado pelo deputado Honório Novo foi sobretudo o facto de a nova estrutura não prever na sua composição, ainda que a nível consultivo, elementos representativos dos sectores económicos e de representantes dos consumidores. Receios, no modelo proposto, foram igualmente manifestados quanto à independência e à desgovernamentalização daquele entidade, já que todos os seus membros, sem excepção, são nomeados pelo Governo, que tutela também todo o seu funcionamento quotidiano. Salientada pela bancada comunista foi ainda a ausência na proposta de uma vontade clara de dotar a Autoridade da Concorrência de «meios capazes» a um efectivo e eficiente desempenho de «fiscalização e de punição de actos anticoncorrenciais».

Debate do Orçamento

A discussão do Orçamento de Estado de 2003, segundo a alteração aprovada em conferência de líderes parlamentares, decorrerá, na generalidade, entre 22 e 24 de Outubro, estando previsto o debate final global para 13 e 14 de Novembro. Esta ligeira alteração de calendário (a discussão foi antecipada um dia) ficou a dever-se à participação do primeiro-ministro numa cimeira europeia em Bruxelas.

Desenvolvimento comprometido

A deputada Isabel de Castro, do Partido Ecologista «Os Verdes», expressou na passada semana o seu receio de que o Orçamento de Estado para 2003 coloque em causa o desenvolvimento sustentado do país por falta de investimento. Segundo Isabel de Castro, o Orçamento do próximo ano «prova que o futuro do país não é risonho», salientando o quadro de contenção financeira. «O tempo dirá quais as consequências deste Orçamento, mas é quase seguro que estão prejudicadas as políticas de desenvolvimento sustentado e equilibrado do país», declarou a deputada.

Inércia, erros e indefinições fazem aumentar preocupação pelo futuro do Alqueva

Falta uma visão integrada

É com fundadas preocupações que os comunistas encaram o futuro do Alqueva. Para lá das indefinições e de algumas decisões erradas, sublinham, persiste «a ausência de uma visão integrada do projecto».

O alvo directo é o ministro das Cidades, Isaltino Morais, a quem acusam de «gritante deficit de sensibilidade para a importância estratégica do empreendimento» e, por isso mesmo, tal como ao responsável pela pasta da agricultura, os deputados comunistas querem ver ambos no Parlamento para um debate de urgência.

O anúncio desta decisão foi feito por Lino de Carvalho, em declaração política proferida numa das sessões plenárias da passada semana, durante a qual teceu duras críticas à política que está a ser seguida pelo Governo no que respeita ao Alqueva. Entregue nesse mesmo dia foi um projecto de lei propondo a adopção de medidas de reestruturação fundiária na área beneficiada pelo Alqueva e de um projecto de resolução visando definir a posição da Assembleia da República sobre todas as restantes matérias que envolvem este projecto de importância estratégica para o desenvolvimento do Alentejo.

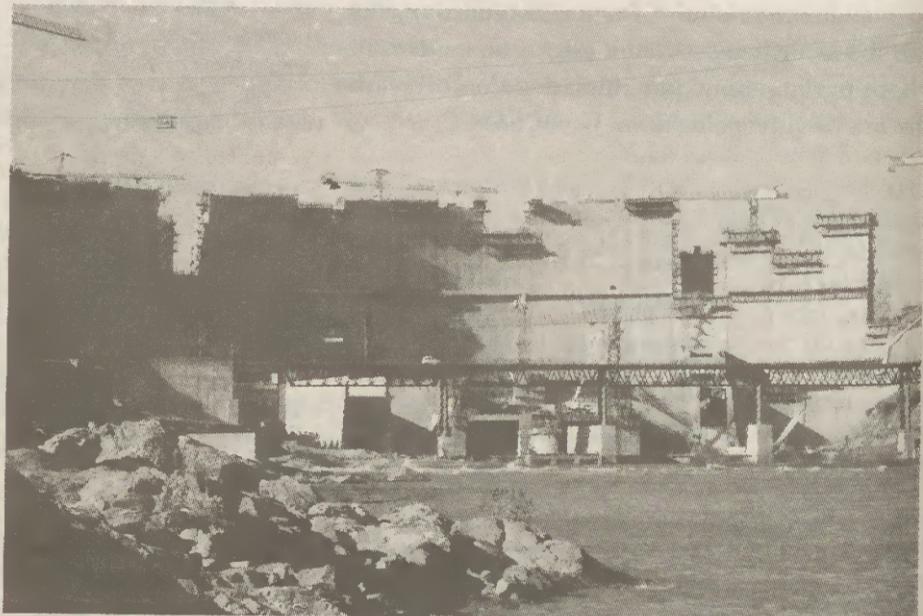
As questões fundiária e agrícola estão praticamente paralisadas

A inexistência de qualquer referência directa ao Alqueva nas Grandes Opções do Plano em paralelo com a redução em quase 30 por cento do investimento previsto no OE de 2003 para a construção da rede de rega foram apontados como exemplos da reduzida importância conferida pelo Executivo ao empreendimento.

«As questões fundiária e agrícola estão praticamente paralisadas», criticou, noutro plano, o deputado comunista, sublinhando que «continua a não estar definida nenhuma estratégia de alteração dos sistemas agrícolas, nem de mobilização e formação dos agricultores».

Como não são conhecidas quaisquer negociações com a União Europeia com vista a serem ultrapassados os estrangulamentos colocados pelas quotas de produção atribuídas a Portugal, o que «pode inviabilizar muitas das produções vocacionadas para o Alqueva».

Um quadro, pois, com largas consequências, algumas



A decisão de interromper a desmatagem à quota 139 é irresponsável, ambientalmente desastrosa e compromete o Alqueva como reserva estratégica de água

delas ganhando já contornos claros, como advertiu Lino de Carvalho, quer ao nível do desinteresse dos agricultores nacionais quer no aparecimento de uma dinâmica de transferência de terras para fins não agrícolas.

«As compensações devidas e acordadas aos municípios e populações afectadas não estão a ser cumpridas», acusou ainda Lino de Carvalho, antes de lembrar, entre outros exemplos, que a construção de uma unidade produtiva substitutiva da Portucel «não passou de uma promessa».

Lino de Carvalho exigiu ainda esclarecimentos do

Governo sobre os contornos do modelo de administração do empreendimento que será adoptado, bem como sobre a gestão do seu domínio hídrico. «Propõe-se o Governo privatizar a Edia ou alargar a sua estratégia das águas ao domínio público hídrico de Alqueva?», questionou o deputado, para quem o comportamento do Executivo não se pautou apenas pela inércia ou pelas indefinições.

É que quando e onde houve decisão, tudo leva a crer, esta foi errada. Foi o caso da medida que levou à interrupção da desmatagem e limpeza do arvoredo à quota 139. «Irresponsável, técnica-

mente impossível, ambientalmente desastrosa e sem nenhuma base científica», assim a classificou o deputado do PCP. E que a manter-se tal decisão, alertou, representaria uma redução da área de rega em 54 por cento e uma diminuição do volume de armazenagem da água em metade, para além de comprometer o aproveitamento do potencial energético e de pôr em causa a capacidade de regularização de água do Guadiana e Alqueva como reserva estratégica de água. «O Alqueva passaria a Alquevinha e perdia-se a sua função de alavanca de desenvolvimento», concluiu.

Banco de terras

A ideia de criar um banco de terras para futuro arrendamento e venda a rendeiros, proposta em projecto de lei do PS, foi chumbada pela maioria parlamentar, com o PCP e o BE a optarem pela abstenção.

A defesa do diploma coube ao deputado Capoulas Santos, ex-ministro da Agricultura, que justificou a criação do banco de terras com a necessidade de impedir que os terrenos fossem adquiridos, para fins especulativos, por cidadãos estrangeiros.

Tal «banco», segundo o parlamentar do PS, seria constituído pelos prédios rústicos e mistos que actualmen-

te estão sob a gestão do Ministério da Agricultura.

O que o ex-responsável pela pasta da Agricultura não disse é que esta iniciativa, embora tardia e limitada, mais não é do que uma resposta do PS ao projecto de reestruturação fundiária apresentado pelo PCP na Legislação passada, visando, designadamente, resolver este problema na área de Alqueva. Um projecto que, como lembrou Lino de Carvalho, teve em vista «democratizar o acesso à terra, promover a mobilização dos agricultores e a criação de empresas agrícolas racionais capazes de explorar e gerir o regadio».

Ora este objectivo está totalmente arredado do banco de terras agora proposto pelo PS. E embora possa ser visto como um passo, ainda que limitado, no plano nacional, a verdade é que continua a ignorar por completo a «magna questão do Alqueva», como tratou de chamar a atenção Lino de Carvalho.

Justificando a sua oposição ao diploma, o PSD, por sua vez, alegou que a criação do banco de terras contraria aquela que é a política do Governo em matéria económica, ou seja, o incentivo à iniciativa privada e a redução do peso do Estado na economia.

Governo asfixia

A igualdade de oportunidades e os direitos das mulheres constituem uma temática que continua a ser votada ao ostracismo pelo actual Governo. Praticamente meio ano após a sua tomada de posse, quase se pode dizer, instalou-se o vazio nesta área. Por outras palavras, nenhuma iniciativa política relativa à temática da igualdade de oportunidades foi adoptada.

Exemplo disto mesmo é o facto de nada se saber quanto às opções do Executivo relativamente ao Plano Global para a Igualdade, quanto ao Plano Nacional Contra a Violência Doméstica ou ainda no que respeita ao anunciado processo de reestruturação da Comissão para a Igualdade dos Direitos da Mulher (CIDM).

O que levou já Bernardino Soares, líder parlamentar comunista, a inquirir o Governo sobre as medidas que pensa adoptar com vista à concretização daquele objectivo, bem como sobre as razões que impediram até agora a habitual transferência para o conselho consultivo da CIDM de verbas do Orçamento do Estado de 2002, destinadas a satisfazer a normal prossecução das suas actividades.

Liga dos Bombeiros Portugueses

Direita impede reforço de direitos

PSD e CDS/PP inviabilizaram (o PS absteve-se), faz hoje oito dias, um projecto de lei do PCP visando o reforço dos poderes da Liga dos Bombeiros Portugueses. Perdida foi assim uma oportunidade de a Assembleia da República conferir àquela estrutura, que agrega 484 associações e corpos de bombeiros, num total de

cerca de 40 mil homens e mulheres, o direito de ser reconhecida como parceiro, atribuindo-lhe, nessa medida, entre outras competências, algumas delas já consagradas, o «direito de ser ouvida na elaboração dos planos e programas em que seja parte interessada».

Esse era exactamente um dos objectivos preconizados

no diploma comunista, como referiu o deputado Rodeia Machado, que lembrou que o reconhecimento jurídico formal dessa qualidade de parceiro social garantiria à Liga dos Bombeiros o direito a consultas prévias por parte dos órgãos de soberania em todas as iniciativas legislativas respeitantes a matérias do seu interesse.

Como permitiria, simultaneamente, o direito a tempo de antena na rádio e na televisão, nos mesmos termos das associações profissionais, e com isso dar um valioso contributo para o esclarecimento da actividade dos bombeiros, sobretudo nas áreas em que esta mais se faz sentir que é a da protecção civil e do socorismo.

A estes argumentos não foram sensíveis nem a bancada do PS – considerou o diploma «redundante», afirmando que muitos dos direitos requeridos já se encontram contemplados – nem as do PSD e CDS-PP que argumentaram ser «há muito tempo» a Liga «ouvida sobre tudo aquilo que lhe interesse directamente».

PCP anuncia voto contra o Orçamento de Estado para 2003 por penalizar trabalhadores e pensionistas

Sacrificar sempre os mesmos

Regressão social, aprofundamento das desigualdades e penalização dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos. Eis algumas das linhas estruturantes, com a marca de direita, presentes no Orçamento de Estado para 2003.

Confirmadas estão assim, numa primeira análise ao documento, as linhas de tendência expressas nos últimos meses por vários responsáveis quanto às opções do Governo. Que vinham suscitando fundadas preocupações ao PCP, que, perante este quadro, divulgou já o seu inequívoco voto contra o Orçamento.

Quem o anunciou foi Bernardino Soares, líder parlamentar comunista, em conferência de imprensa onde não poupou críticas à proposta do Executivo que, sublinhou, vai contribuir fortemente para agravar o «clima de retração da economia» e afectar negativamente os rendimentos dos trabalhadores e pensionistas.

A acentuação das desigualdades sociais e a penalização dos grupos sociais «mais frágeis e desfavorecidos» constitui outro factor contraproducente deste Orçamento, no entender do PCP, para quem, «num quadro de forte abrandamento da economia», ao

contrário do que o Governo aponta, se impunha «uma política anticíclica» que, privilegiando o investimento e a capacidade de compra dos portugueses, contribuiu para estimular a economia.

Há uma quebra brutal do rendimento dos trabalhadores

A diminuição das despesas de investimento, o agravamento da

carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, aumentos salariais «próximos do congelamento», a quebra nos aumentos da pensões de reforma, o ataque aos pensionistas da Função Pública e os benefícios aos rendimentos de capital são as principais razões que levam o PCP a votar, «inquestionavelmente», como foi sublinhado, contra a proposta do Governo.

Salientado por Bernardino Soares, que estava acompanhado pelos deputados Lino de Carvalho e Honório Novo, foi ainda o facto de o Orçamento atingir, uma vez mais, os sacrificados de sempre, realidade que está a milhas «das promessas



Os trabalhadores e os grupos sociais mais frágeis, incluindo os pensionistas, são os mais atingidos pelas opções do Governo

eleitorais do PSD e do Primeiro-Ministro».

Apontando uma quebra do investimento de 436,6 milhões de euros, o PCP criticou «as possibilidades de endividamento zero» das autarquias, com «o sério risco de interrupção de projectos em curso», por exemplo na área da habitação social.

Quanto à política salarial, o deputado disse que os valores disponíveis rondam 1,5

por cento, o que «significa uma quebra brutal do rendimento dos trabalhadores».

O PCP criticou ainda as verbas para aumentos de pensões, que «descontado o efeito de volume e o valor progressivamente maior das pensões de quem chega à reforma, não são suficientes para dar corpo à promessa de indexação ao salário mínimo nacional».

Para o PCP, a proposta orçamental «aumenta os benefícios para os rendimentos do capital», «acabando com o que restava da reforma fiscal, voltando a isentar de IRC as mais-valias» realizadas com a alienação de capital.

«No conjunto os benefícios fiscais crescem em 3,2 por cento sendo que, e ao contrário do que o Governo afirmou, o valor dos benefícios do off-shore da Madeira ascendem a 600 milhões de euros», afirmou o presidente da formação comunista.

Verberada pelo PCP é ainda o que considera ser a falta de transparência da proposta de Orçamento, situação esta agravada relativamente a anos anteriores.

O deputado Lino de Carva-

lho, a este propósito, argumentou que «há aspectos que não estão claros», apontando, como exemplo, «200 milhões de euros destinados ao Ministério das Finanças que não estão distribuídos».

O parlamentar comunista disse ainda que o Governo não deixou claro quais são os

valores que pretende afectar aos aumentos líquidos das pensões de reforma.

Apesar do voto contra a generalidade, Bernardino Soares afirmou a intenção da sua bancada de apresentar propostas que «procurarão diminuir os impactos mais negativos» do Orçamento.

Um ataque em toda a linha

Várias são as razões que fundamentam o voto de rejeição da bancada comunista ao Orçamento de Estado para 2003. Uma delas prende-se com o agravamento da carga fiscal sobre os rendimentos de trabalho. Conforme sublinhou Bernardino Soares, a actualização dos escalões do IRS em 2% (contra uma taxa média de inflação prevista pelo Governo de 2,5% que, aliás, já sofre de um enorme deficit de credibilidade) significa um agravamento directo da carga fiscal para todos os trabalhadores e pensionistas.

Outro motivo igualmente forte, para o PCP, reside no que classifica de «ataque» aos pensionistas da Função Pública. Por si criticada é a alteração dos critérios de cálculo dos trabalhadores da Administração Pública, que penaliza particularmente as pensões de reforma antecipadas em 4,5% ao ano. Uma medida que, assinala, ocorre exactamente no momento em que o próprio Governo ameaça os trabalhadores com redução do emprego, com a sua colocação no novo quadro de «disponíveis» e com a redução do vencimento, tudo em ordem à sua desvinculação da vida activa.



O Governo tenta bloquear os processos para reduzir o valor das reformas dos trabalhadores

Trabalhadores da Função Pública Não ao corte nas reformas

O PCP exigiu que a ministra das Finanças confirme se tenciona reter os processos de reforma dos funcionários públicos até à entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2003. A questão foi colocada, no final da passada semana, em requerimento assinado pelo deputado comunista Lino de Carvalho, no qual se afirma ter chegado ao conhecimento do PCP essa instrução do Governo transmitida à Caixa Geral de Aposentações.

Insistindo em saber quais as razões que estão na base de tal decisão, a bancada comunista lembra que se trata de uma

medida «irregular e penalizadora dos direitos dos trabalhadores».

«A proposta de Orçamento de Estado para 2003 apresenta uma nova fórmula de cálculo para as pensões de reforma antecipada», refere o texto, no qual se critica a «penalização de 4,5 por cento ao ano por cada ano de antecipação».

Esta fórmula «põe em causa direitos adquiridos», afirma Lino de Carvalho, argumentando que «é o próprio Governo que tem incentivado os trabalhadores a encontrarem formas de desvinculação da sua vida activa na Função Pública».

Mercantilismo na Saúde

O Governo admitiu no final da passada semana que, sem o novo regime de parcerias com os privados, os dez novos hospitais que afirma querer concluir até 2010 nunca poderiam ser construídos por falta de verbas. O secretário de Estado Adjunto do ministro da Saúde, Adão e Silva, falava aos deputados na apreciação parlamentar (ratificação) solicitada pelo PCP ao diploma que define o regime jurídico das parcerias da saúde com gestão e financiamento privados.

Um decreto-lei publicado já em Diário da República, a 20 de Agosto, mas que os comunistas quiseram ver debatido na Assembleia da República.

Aquele membro do Executivo invocou não serem os privados nenhum «papão» e que o diploma adopta «um enorme e quase obsessivo conjunto de artigos que fiscalizam o contrato com a entidade gestora».

Argumento que não convenceu o deputado comunis-

ta Bernardino Soares, para quem o que está em causa é a filosofia do diploma. «Aqui temos uma versão mercantilista da saúde», acusou, sustentando que a falta de dinheiro não justifica esta obsessão dos social-democratas pelos privados, tanto mais que o valor pago pelo Estado às empresas que vão construir e explorar estes novos hospitais dava para os mesmos permanecerem geridos pelo sector público.

GONDOMAR Subsídios escandalosos para futebol

A CDU de Gondomar repudiou, na semana passada, a atribuição de subsídios extraordinários da Câmara Municipal ao Gondomar Sport Clube, ao Futebol Clube do Porto e ao Boavista Futebol Clube, respectivamente com montantes de 180 mil euros, 120 mil euros e 50 mil euros.

Para a coligação trata-se de «um verdadeiro escândalo». «Num município onde são gritantes as carências no campo social e no domínio das infra-estruturas básicas, o poder instalado na Câmara dá-se ao luxo de esbanjar dinheiros públicos para resolver problemas financeiros de clubes desportivos, decorrentes do pagamento de elevados salários de atletas que têm o estatuto de «amadores», cujos principais cargos directivos são ocupados pelos dirigentes do PSD de Gondomar ou dos seus familiares», sustenta a CDU, num comunicado.

FUNDÃO CDU quer transparência no município

A CDU do Fundão faz uma avaliação negativa do desempenho da Câmara Municipal e defende que «é necessário introduzir mudanças profundas». Nesse sentido, anunciou, em conferência de imprensa realizada na segunda-feira, um conjunto de iniciativas em que se inclui a apresentação de medidas que reforcem a transparência do funcionamento dos órgãos autárquicos, proposta de criação de um sistema de transportes públicos e a realização de um debate público sobre a habitação. Para a coligação, a presidência do PSD no município tem tido como preocupação fundamental «a denúncia aparatosa dos erros e omissões da gestão anterior». São «escassas as acções que materializam mudança» e o presidente da Câmara mantém uma «postura dúbia» em relação às gravosas decisões do poder central para o concelho do Fundão, como as portagens, os cortes orçamentais e a gestão hospitalar.

«Foi seu compromisso eleitoral «ouvir e dar voz ao Fundão», mas agora recusa autoritariamente que qualquer alteração às suas propostas seja, em sede própria da Assembleia Municipal, legitimamente apresentada, discutida e votada.»

JORNADAS PARLAMENTARES «Verdes» discutem mobilidade sustentada

A mobilidade sustentada foi o tema das jornadas parlamentares do Partido Ecologista «Os Verdes», que se realizou na segunda-feira, no Porto. No decorrer da iniciativa, foram consultadas diversas entidades com o objectivo de conhecer projectos em curso, propostas e problemas no planeamento das cidades, nos transportes e nas barreiras arquitectónicas.

Na semana passada, uma delegação de «Os Verdes» visitou ao Colégio Luso-Internacional do Porto para averiguar a instalação de duas antenas de telemóveis junto à instituição e avaliar o respeito pelo «Código de conduta e boas práticas para a instalação de equipamentos que criam campos electromagnéticos», aprovado em Julho pela Assembleia da República.

RESISTENTES ANTIFASCISTAS ALERTAM Situação social grave

«Falar do passado só tem interesse para alertar todos e particularmente a juventude para os deveres acrescidos que neste momento têm de ser desenvolvidos para enfrentar a luta e impedir o retrocesso social. É neste mundo tão profundamente desigual que a luta deve prosseguir sem tréguas, em prol da paz e da justiça, na convergência dos interesses colectivos. Devemos agir», defendeu Sílvia Maldonado, dirigente do grupo de Setúbal da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, no sábado, durante a jornada de homenagem aos resistentes deste concelho. Após uma romagem ao cemitério daquela cidade, junto das campas dos antifascistas sadinos, realizou-se um almoço-convívio, onde aquela dirigente da URAP recordou a adesão da população setubalense ao regime republicano implantado com o 5 de Outubro, sem desistir de lutar contra as injustiças sociais e económicas que entretanto se mantiveram. «Ansiavam por uma imediata nova aurora com paz, pão, habitação e saúde. Como não floresceu de imediato, Setúbal foi palco de lutas sindicais», lembrou, referindo a prisão de diversos anarquistas, socialistas e democratas.

Durante a ditadura fascista, a resistência intensificou-se, bem como a repressão. Muitos foram os que anonimamente disponibilizaram as suas casas e os seus haveres, procurando ajudar quem mais activamente lutava contra o regime, colaborando na vida local e mantendo-se atento às carências populares. Outros tinham uma acção mais visível tanto nas colectividades como em pequenas tertúlias, como o cantor Zeca Afonso, o médico Pereira de Almeida e o advogado Manuel Antunes.

«As vitórias alcançadas com a Revolução dos Cravos deveram-se à ampla base de apoio popular e à enorme capacidade de convergir esforços. Setúbal também nesta fase foi um baluarte de primordial importância», afirmou a dirigente da URAP.

Eleitos e activistas da CDU pedem alteração da Lei de Finanças Locais e justa distribuição do dinheiro do Estado

Orçamento de Estado prejudica concelho de Beja

Os eleitos e activistas da CDU do concelho de Beja estão preocupados com a proposta do Orçamento de Estado para 2003. Se for aprovada, põe em causa a concretização de projectos importantes para a região.

Reunidos no sábado num encontro que teve lugar na Casa da Cultura de Beja, os eleitos e activistas da coligação afirmam que os projectos com forte impacto no desenvolvimento local foram contemplados com verbas pouco significativas, como acontece com o aeroporto de Beja. Existem casos em que as obras são referidas sucessivamente ao longo dos anos, mas que não têm qualquer execução prática. O protelamento para além de 2003 de investimentos no Hospital José Joaquim Fernandes é exemplo disso.

«Preocupante é também a disposição que cativa 15 por cento das verbas do Piddac, mais cinco por cento do que no ano anterior, o que pode levar a compadrios na definição dos projectos que efectivamente vierem a ser concretizados», alertam os participantes no encontro, numa nota à imprensa, referindo ainda a ausência a obras

necessárias, como a variante a Beringel e o quartel da GNR em Albernoa.

Lei de Finanças Locais desajustada

A política de estrangulamento financeiros dos municípios foi outra questão

discutida, com os participantes a afirmar que este problema se agravou com o actual Governo.

«O crescimento em apenas 2,5 por cento das verbas do OE para as autarquias vem pôr na ordem do dia a necessidade de uma distribuição mais justa dos meios financeiros do Estado, tornando-se urgente uma alteração da actual Lei de Finanças Locais», defendem.

Nesse sentido, exigem que seja permitido o acesso ao crédito por parte das

autarquias com vista à continuação da construção de equipamentos. «Repudiamos que a descentralização anunciada pelo Governo se fique pelas intenções e

A descentralização é um presente envenenado para as autarquias

seja um presente envenenado para as autarquias, que não se vêem compensadas dos respectivos encargos financeiros.»



Só com a redução da carga fiscal, nomeadamente do IVA, será possível cumprir o Programa Polis, garante a CDU

Amadora

CDU pode atender munícipes na rua

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Amadora poderão vir a fazer o atendimento aos munícipes em plena rua, se o presidente daquele órgão mantiver a decisão, tomada unilateralmente, de alterar o horário de atendimento.

Desde 15 de Maio, os vereadores recebem os munícipes

no período pós-laboral, entre as 18 e as 19 horas. A 18 de Setembro, o presidente da Assembleia Municipal mudou o atendimento para um horário entre as 16h30 e as 17h30, sem fazer qualquer aviso prévio.

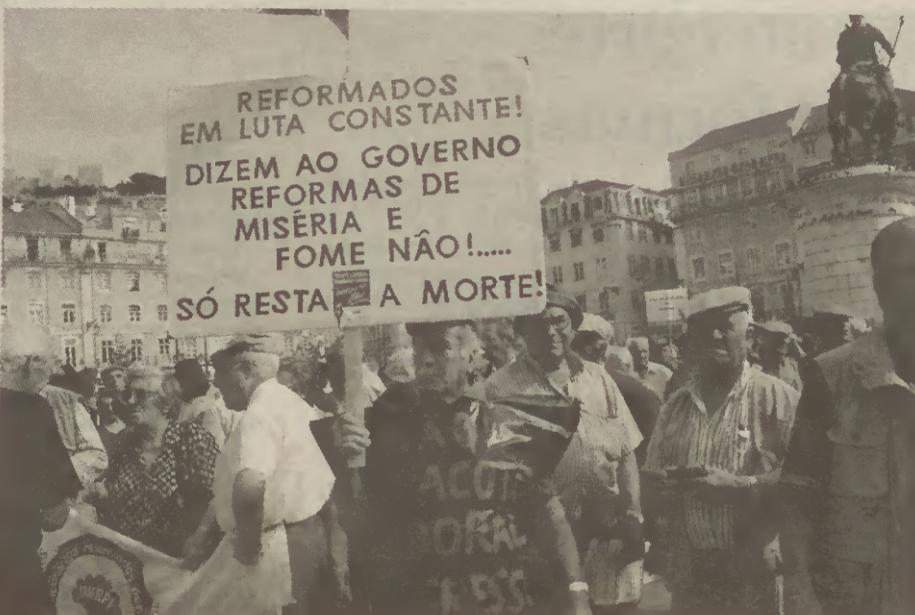
Esta situação é classificada pela CDU como «uma afronta e simultaneamente uma res-

trição ao direito e liberdade dos eleitos na sua aproximação aos eleitores». Por isso, enviaram uma carta pedido a reapreciação da decisão, reafirmando que não abdicam do atendimento em período pós-laboral.

Entretanto, os vereadores da coligação estão a dedicar o mês de Outubro ao desporto e

ao movimento associativo, tendo solicitado encontros com diversas associações e colectividades do concelho. O objectivo é conhecer melhor a realidade, avaliar as diferentes perspectivas e projectos e perceber como é possível aos órgãos municipais contribuírem para o desenvolvimento associativo.

Reformados protestam



A baixa lisboeta foi palco, na tarde de sábado, de um desfile organizado pela Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), em protesto contra o aumento dos preços e as propostas de leis da segurança social, da saúde e do Código do Trabalho. Na iniciativa, os participantes reclamaram o aumento das pensões e reformas e a sua aproximação ao salário mínimo nacional, um serviço nacional de saúde universal e gratuito e o reconhecimento do MURPI como parceiro social.

O PCP manifestou a sua solidariedade com as reivindicações dos idosos.



6.º Encontro Regional de Évora da JCP reúne dezenas de jovens

Conjuntura nacional é muito perigosa

O 6.º Encontro Regional de Évora da JCP debateu a situação política e social do País e do mundo, apontou linhas de trabalho e elegeu a nova Comissão Regional. Foi no sábado, em Montemor-o-Novo.

Os militantes da JCP da região de Évora reuniram-se em Montemor-o-Novo, no sábado, no seu 6.º Encontro, numa iniciativa que contou com a participação de Carlos Carvalhas.

Espaço de discussão e reflexão sobre o novo quadro político saído das últimas eleições legislativas, os participantes no encontro concluíram que a actual conjuntura nacional é extremamente perigosa para toda a juventude.

Na resolução política aprovada na iniciativa, os militantes comunistas apresentam propostas pela defesa dos direitos, das aspirações e dos interesses dos jovens portugueses.

«O caminho é a luta por uma sociedade mais justa, sem exploradores nem explorados, sem opressores nem oprimidos, pelo socialismo, rumo ao comunismo», lê-se no documento.

A nova Comissão Regional de Évora da JCP foi eleita por unanimidade

Durante o encontro foi eleita por unanimidade a nova Comissão Regional de Évora da JCP e aprovadas quatro moções manifestando solidariedade com o povo da Palestina, lamentando o fracasso da Cimeira de Joanesburgo e sublinhando a importância de paz no mundo, protestando contra o fim do crédito bonificado na habitação jovem e apelando à luta dos trabalhadores contra o Código do Trabalho proposto pelo Governo.

burguês e sublinhando a importância de paz no mundo, protestando contra o fim do crédito bonificado na habitação jovem e apelando à luta dos trabalhadores contra o Código do Trabalho proposto pelo Governo.

Encontro Regional de Castelo Branco no sábado

O 8.º Encontro Regional de Castelo Branco da JCP realiza-se no próximo sábado, no Pavilhão do Oriental de São Martinho, na Covilhã. Sob o lema «Transformar é Possível» (que também dá mote ao 7.º Congresso da JCP, que terá lugar a 2 e 3 de Novembro), esta iniciativa fará um balanço da actividade da JCP no distrito e apontará as dificuldades que afectam os jovens da região.

Os problemas da educação serão um dos temas do encontro. Em debate estarão questões como o novo Estatuto do Aluno do Ensino Não Superior, o Processo de Bolonha, os cortes orçamentais, o Diploma de Autonomia e Gestão Escolar, a falta de condições materiais e humanas, as propinas e a insuficiência da acção social escolar.

Outras questões estarão em cima da mesa. É o caso dos problemas do emprego, o trabalho precário e o Pacote Laboral.

«A Máquina do Tempo»

No mesmo dia a JCP de Santarém organiza uma acção de rua sobre o novo Pacote Laboral no centro histórico da cidade.

Tendo como título «A Máquina do Tempo», esta iniciativa visa sensibilizar e esclarecer a população sobre esta questão, demonstrando que, ao ser aprovada esta legislação, assistiremos a um retrocesso social.



Carlos Carvalhas

Jovens são vítimas da política de direita

No final do encontro, Carlos Carvalhas abordou a situação da juventude portuguesa, sublinhando que os estudantes e os jovens trabalhadores são um dos principais visados pelas medidas do executivo de Durão Barroso.

«Através de uma política de ensino elitista e de desvalorização da escola pública e de intoleráveis retrocessos em matéria de direitos laborais e da segurança social, o Governo pretende que as novas gerações de trabalhadores fiquem privadas de importantes conquistas sociais, obtidas com grandes lutas e sacrifícios e consagrados com o 25 de Abril», denunciou.

«No domínio da educação, são particularmente preocupantes as orientações governamentais que colidem com a necessidade de uma escola a tempo inteiro no quadro de um ensino gratuito e de qualidade, com a dignificação dos primeiros anos de escolaridade e a valorização da escola pública e do ensino superior público», afirmou o líder comunista.

No domínio laboral, Carlos Carvalhas sublinhou a importância dos jovens saberem que o Governo os quer reduzir a uma simples mercadoria ao entrarem no mercado de trabalho, a «trabalhadores sem direitos e sempre descartáveis», eternizando os contratos a prazo.

«É necessário dar combate a este retrocesso, a este regresso das relações de trabalho ao século XIX. A juventude e a JCP em particular, estará na primeira linha da frente de combate a esta proposta reaccionária», declarou.

Muitos «casos»...

A segurança social está a ser ameaçada pelo executivo, penalizando de forma particular a juventude. «O raciocínio que fazem é o seguinte: vamos alterar a lei, sobretudo para as futuras gerações de trabalhadores, pois estas, nesta altura da vida, não pensam em reformas, nem em doenças e portanto não protestarão. E, como as gerações mais velhas são menos tocadas,

será mais difícil uma luta conjunta das várias gerações», afirmou Carlos Carvalhas.

O secretário-geral do PCP abordou outras questões como a tentativa do PSD e do CDS/PP de limitar a independência do poder judicial e instrumentalizar estruturas de investigação, designadamente em relação à criminalidade organizada e aos crimes de «colarinho branco».

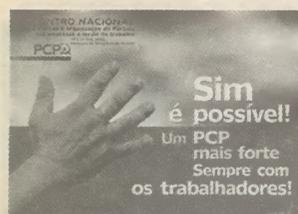
«Neste quadro assumem especial gravidade os desenvolvimentos do «Caso Moderna» e a teia de compromissos e interesses a vários níveis do poder político, económico e financeiro», referiu Carvalhas, classificando como vergonhosa esta situação.

«O PSD sabe dos compromissos e das responsabilidades do ministro da Defesa e do seu envolvimento. Sabe que Marcelo Rebelo de Sousa desfez a AD porque aquele estava enterrado no caso e, sabe também que, no plano ético e político é a manutenção do ministro da Defesa e indefensável. Só o aguenta porque tem receio que com a sua demissão a coligação se desfaça. Já não há ética da governação, nem ética da responsabilidade?», questionou, acrescentando que «todos estes comportamentos minam as instituições, a democracia e a credibilidade da política».

Pela paz

A situação internacional, um dos temas debatidos durante o encontro, foi igualmente abordada por Carlos Carvalhas na sua intervenção. «Vivemos tempos de graves perigos para a paz, a liberdade e a independência dos povos decorrentes da política imperial de Bush e da sua arrogante pretensão de moldar o mundo à medida dos seus interesses», afirmou o secretário-geral comunista, condenando a «cínica e hipócrita política» dos EUA em relação à Palestina e em relação ao Iraque e a «posição servil do Governo PSD/PP, assumida pelo primeiro-ministro, no beija-mão a Bush e na cedência da Base das Lajes».





PCP prepara Encontro Nacional Conhecer a realidade que transformamos

A análise da realidade social é fundamental para o conhecimento das condições em que os comunistas actuam e para a eficácia da acção partidária. Aprofundar o conhecimento das dinâmicas sociais em Portugal é um dos objectivos do Partido na preparação do Encontro Nacional sobre acção e intervenção nas empresas e locais de trabalho. Para esse aprofundamento, é necessário recorrer a análises estatísticas e proceder à sua compreensão. Mesmo com a consciência de que esses dados são alcançados por abordagens que em nada se assemelham às dos comunistas. Mas são os únicos disponíveis. E são reveladores.

Conhecer a estrutura de emprego e as dinâmicas sociais em Portugal, mesmo que de uma forma meramente estatística, é de fundamental importância para a acção dos comunistas. Com os dados relativos aos Censos 2001 em fase de publicação – e com a consciência de que os resultados das estatísticas dependem dos critérios utilizados e são, portanto, discutíveis –, várias são as fontes que permitem conhecer as grandes tendências da sociedade portuguesa nos últimos anos. Um dos principais temas do debate social na actualidade prende-se com o papel do assalariamento na estrutura económica nacional. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o trabalho assalariado aumentou nos últimos anos, representando em 2001 cerca de 73 por cento do total do emprego contra os 71 por cento que representava em 1998. Assim, e com 3,6 milhões de pessoas nestas condições, os assalariados constituem a principal categoria na estrutura social portuguesa.

Patrões e independentes

O INE apresenta igualmente as

restantes categorias sociais, nomeadamente patrões e trabalhadores por conta própria. Neste último caso, existem três categorias fundamentais: os camponeses, os pequenos comerciantes, lojistas e proprietários que não recorrem a trabalho assalariado e o emprego industrial independente. Os camponeses encontram-se em rápido declínio, tendo o seu peso caído de mais de metade do trabalho independente em 1981 para cerca de 38 por cento dez anos depois. Entretanto, dez anos passaram e a tendência ter-se-á acentuado. A segunda categoria aumentou, entre 1981 e 1991, de 20 para 24 por cento. O desenvolvimento de centros comerciais e do turismo são alguns factores que justificarão o seu crescimento. O emprego industrial independente está igualmente em crescimento e representava em 1991, data do último recenseamento com a totalidade dos dados publicados, 20 por cento do total deste tipo de emprego, sobretudo no sector da construção. É também neste sector que se encontrará a maior percentagem de falso trabalho independente, composto por assalariados que são considerados

independentes e desta forma desprovidos de quaisquer direitos. O trabalho independente – mesmo incluindo o trabalho que sendo assalariado é apresentado como independente – sofreu uma redução quantitativa nos últimos anos, estando o seu peso longe de confirmar as teses em voga sobre a tendência para o desenvolvimento do trabalho autónomo e para a transformação do trabalho assalariado em independente. Os patrões, por seu lado, viram o seu número aumentar. Para o Grupo de Estudos do PCP sobre os Trabalhadores e a Realidade Social, este factor não traduz uma inversão da tendência para a concentração capitalista. Pelo contrário, esta nunca foi tão forte. O que esta evolução representa são as alterações verificadas na organização capitalista da produção, tendo-se desenvolvido a subcontratação, a autonomização e especialização de serviços e o crescimento das actividades em *franchising*, isto é, de empresas – teoricamente autónomas – que comercializam grandes marcas. Esta evolução conduziu ao aumento de pequenas e médias empresas e, portanto, do número de patrões.

Duas realidades portuguesas Envelhecimento e imigração

Segundo dados já avançados pelos Censos 2001, a evolução demográfica confirma tendências de décadas passadas, nomeadamente ao nível do envelhecimento da população portuguesa, o que sucede rapidamente: se em 1960 a população com mais de 65 anos representava apenas 8 por cento do total, em 2001 esse número era duas vezes superior, acima dos 16 por cento. Pela primeira vez, este grupo etário é superior, ainda que ligeiramente, ao que abarca a população com menos de 14 anos. Mas o grande aumento dos reformados,

que são actualmente cerca de 2,5 milhões, não se deve exclusivamente ao envelhecimento da população, sendo também resultado das reformas antecipadas, que cresceram em número nos últimos anos. Pela sua dimensão e importância, e sobretudo pelas condições em que vive, este grupo tem condições de desenvolver um importante papel na luta social. Do total dos pensionistas, 54 por cento auferem pensões mínimas e 34 por cento pensões consideradas médias e baixas, cabendo apenas a 12 por cento dos pensionistas uma pensão alta.

Imigração

De País de emigrantes, Portugal passou a País de imigrantes, embora os primeiros não tenham deixado de existir. Observando a longo prazo, distinguem-se quatro fluxos migratórios: a emigração, o retorno das ex-colónias, o regresso de emigrantes e a imigração. Entre 1970 e 2000, o número de imigrantes com residência legalizada – excluindo portanto os imigrantes clandestinos – passa de 23 mil para 208 mil, ou seja, passa a representar 2 por cento da população. É possível diferenciar quatro tipos principais de imigração. Uma primeira, a que representa a maior fatia da imigração, é essencialmente laboral/operária, proveniente dos

PALOP e dos países da Europa Central e de Leste. Caracteriza-se por abranger uma população jovem, com elevada taxa de assalariamento e uma concentração em actividades económicas específicas – o padrão essencial é a construção civil para os homens e a limpeza para as mulheres. Uma segunda imigração assenta em trabalhadores de serviços e profissionais liberais, dos quais se destacam os provenientes do Brasil. A imigração de quadros, relacionada com a instalação no País de empresas multinacionais, fundamentalmente proveniente da Europa e América do Norte, constitui o terceiro agrupamento. O quarto tipo de imigração é baseado em actividades de comércio por conta própria, na qual se destacam oriundos da China e Índia.

Aumenta a participação feminina

Em crescente afirmação social têm estado, desde os últimos anos, as mulheres, que operaram um fulgurante aumento da sua presença no chamado «mercado de trabalho» – não esquecendo as brutais discriminações que ainda se verificam no acesso ao emprego. Se em 1974, e segundo o conceito de «presença da mulher no trabalho», estavam empregadas 34 por cento das mulheres, essa taxa é hoje de 45,6 por cento. Relativamente ao ensino, é a população

juvenil feminina – que nos anos 60 representava apenas 30 por cento do total – que constitui a maioria dos estudantes. A taxa de escolarização das mulheres é também, e desde o início da década de 80, superior à dos homens. A par disto, verifica-se uma queda acentuada da população doméstica, quase exclusivamente composta por mulheres. Abrangendo, no início da década de oitenta, 1,4 milhão de pessoas, não passará hoje das 660 mil.

Classe operária Uma força com papel central

Globalmente considerada como o conjunto dos trabalhadores assalariados que desenvolvem actividade directamente produtiva, na esfera da produção material, a classe operária está longe de ser uma «espécie em vias de extinção». Bem pelo contrário.

A par da quebra acentuada no sector primário e do grande crescimento verificado no terciário, o emprego industrial cresceu em termos absolutos, embora a um ritmo inferior ao crescimento global. Este sector abrange acima de 1,7 milhão de trabalhadores, na sua grande maioria assalariados, que são cerca de 86 por cento.

Os restantes 14 por cento são constituídos por trabalhadores independentes, incluindo os falsos trabalhadores independentes, que mais não são que assalariados

sem qualquer tipo de vínculo laboral. Dentro do emprego industrial, a tendência observada aponta no sentido da redução nas indústrias transformadoras e de um forte crescimento na construção e obras públicas. Apesar do peso significativo que a classe operária tem actualmente em Portugal, o PCP assume, no projecto de resolução política do Encontro Nacional, que as classes sociais não são categorias estatísticas. O peso da classe operária deve ser avaliado sob outros aspectos, nomeadamente pela sua participação na luta social bem como pelo papel que garante na produção de riqueza.

Ao nível da dimensão das empresas, dentro do emprego industrial, a tendência observada aponta no sentido da redução nas indústrias transformadoras e de um forte crescimento na construção e obras públicas. Apesar do peso significativo que a classe operária tem actualmente em Portugal, o PCP assume, no projecto de resolução política do Encontro Nacional, que as classes sociais não são categorias estatísticas. O peso da classe operária deve ser avaliado sob outros aspectos, nomeadamente pela sua participação na luta social bem como pelo papel que garante na produção de riqueza.

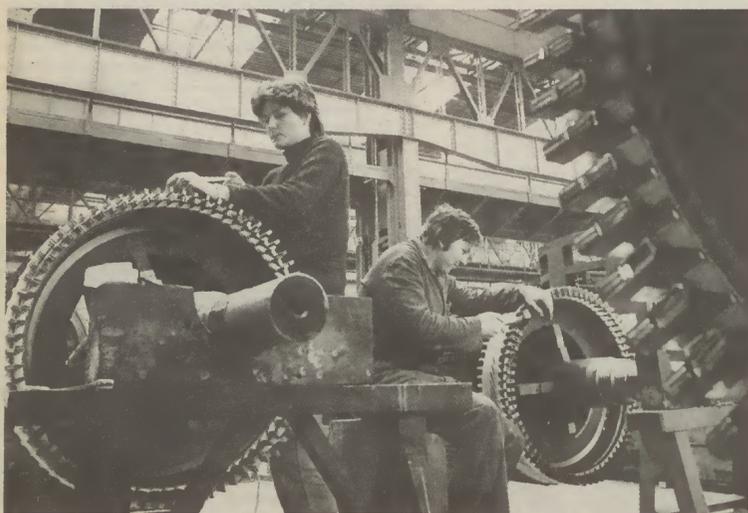
Os últimos anos viram também crescer uma grande camada de trabalhadores que, não cabendo na clássica designação de «operário», se aproximam daquilo que são as condições de trabalho e de vida da classe operária: os trabalhadores das grandes superfícies de comércio a retalho. Segundo estudos do INE, de 1998, trabalhavam nas 88 grandes superfícies existentes na altura – actualmente há mais – cerca de 19 mil trabalhadores, quase um terço dos quais contratados a prazo. Esta aproximação deve-se quer aos baixos salários e às precárias condições quer ao tipo de funções desempenhadas, muitas vezes similares ao trabalho industrial em cadeia.

É ainda chamada a atenção para a existência de muitos operários que trabalham hoje, por exemplo, nas autarquias serem erradamente considerados nas estatísticas como pertencendo ao sector terciário, ou seja, trabalhadores dos serviços.

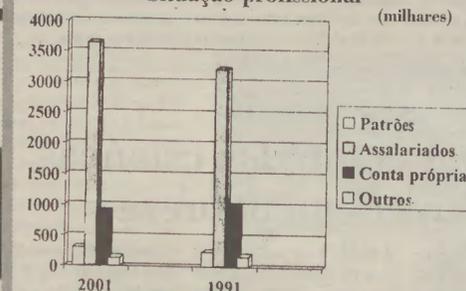
Geração sem direitos

Ao longo dos anos, a composição do assalariamento sofreu alterações, fruto das mudanças estratégicas do capitalismo e, também, dos avanços e recuos da luta dos trabalhadores. Para além das alterações do emprego nos vários sectores e do reforço do papel da mulher no trabalho (ver textos nestas páginas), acentuou-se a degradação das condições de trabalho.

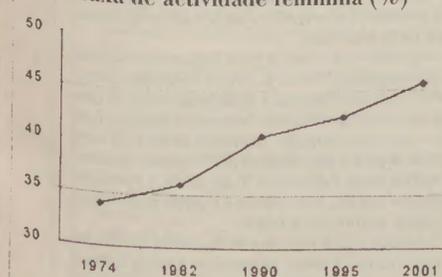
Aumentaram os contratos não permanentes – que são hoje 20 por cento do total –, bem como os trabalhadores em regime de subcontratação e de trabalho temporário. Outra alteração ocorrida nos últimos anos prende-se com os crescentes desajustamentos entre as habilitações e o nível de qualificação das profissões exercidas. Os jovens trabalhadores, mais habilitados e por essa razão com entrada mais tardia no mundo do trabalho, concentram-se maioritariamente em actividades de baixos salários, como o comércio a retalho, as indústrias têxteis, de vestuário e calçado e também, com muito menor relevo, na construção. Outra das características destes trabalhadores é a tendência para auferirem salários inferiores à média nacional nos respectivos sectores.



Situação profissional (milhares)



Taxa de actividade feminina (%)



Fonte: INE.

Lula o candidato mais votado de sempre

Luiz Inácio Lula da Silva não chegou à presidência do Brasil na primeira volta das eleições de domingo, mas quase. Ganhou o primeiro escrutínio com cerca de 39,5 milhões de votos, praticamente o dobro do alcançado pelo candidato do poder, José Serra.

Esta vitória de Lula não pode deixar de impressionar: o candidato da oposição foi o mais votado em todas as capitais de Estado e no Distrito Federal, e ganhou em todos os Estados da União, com excepção do Rio de Janeiro e do Ceará (bastiões de Anthony Garotinho e Ciro Gomes), e de Alagoas, o único Estado onde José Serra levou a melhor sobre Lula, mas apenas por escassos nove mil votos.

Estes resultados, como se sublinha num artigo do «Vermelho», jornal do PCdoB, não têm comparação com os conseguidos nas três eleições presidenciais que Lula disputou, nem sequer com «qualquer outro desempenho eleitoral das esquerdas no Brasil». Desde domingo, Lula é ainda «o brasileiro mais bem votado de todos os tempos, vencendo as performances de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998».

Para a segunda volta, no próximo dia 27, não se esperam grandes alterações no sentido de voto, não obstante o candidato José Serra afirmar que se trata de «um novo jogo». Vale a pena registar que três em cada quatro eleitores votaram nos candidatos da oposição, e que dois em cada quatro votaram em Lula. No curto tempo que medeia até ao novo escrutínio, as atenções estão voltadas para o alargamento das alianças com o objectivo de unificar a oposição. Uma preocupação para o candidato do governo, que tanto quanto se sabe não poderá contar com o apoio de nenhum dos candidatos da primeira volta.

Embora, como bem recorda o «Vermelho», ninguém possa «dizer que já ganhou», é difícil não reconhecer que «a mensagem do 6 de Outubro é a da vitória de Lula, por uma margem ainda maior, no próximo dia 27», para o que contribuirá certamente «a militância, força insubstituível que Serra não tem e Lula sim, capaz de prodígios de mobilização e convencimento».

Entretanto, o PCdoB está de parabéns. De acordo com os dados disponíveis, o Partido Comunista do Brasil deve eleger 17 deputados estaduais, mais sete do que elegeram em 1998.

Prova de força dos sindicatos obriga Aznar a deixar «cair» principais medidas do «decretazo» contra os trabalhadores

Megamanifestação em Madrid já deu frutos

Centenas de milhar de trabalhadores manifestaram-se em Madrid, no sábado, em defesa dos seus direitos. Dois dias depois, governo e sindicatos chegaram a acordo.

O ministro do Trabalho espanhol, Eduardo Zaplana, e as centrais sindicais chegaram a acordo na segunda-feira sobre o pacote laboral do governo, retirando do «decretazo» as principais medidas rejeitadas pelos trabalhadores, excepto a supressão do subsídio agrário.

Para o primeiro-ministro, José Maria Aznar, não se trata de um recuo, mas antes uma «situação diferente» tornada possível por os sindicatos terem abandonado as suas posições «maximalistas». Segundo Aznar, as negociações permitiram chegar a uma «conclusão razoável e positiva».

O que Aznar não disse foi que o pacote laboral que se propunha implementar, liberalizando os despedimentos

reduzindo drasticamente a protecção social dos desempregados, baptizado de «decretazo» (decreto), conseguiu juntar na capital espanhola o protesto unânime das Comisiones Obreras (CCOO) e da UGT, e representantes de todos os povos de Espanha.

Todos contra o «decretazo» de Aznar para liberalizar despedimentos

A luta não acaba aqui

Cerca de 500 000 pessoas, segundo as centrais sindicais (105 000, segundo a polícia), gritaram nas ruas o seu repúdio contra as medidas do «decretazo» - que já estiveram na base da greve geral de 20 de Junho -, através do qual se pretendia obrigar os trabalhadores a pagar a pesada factura da recessão económica. Considerada por mui-



tos como um verdadeiro regresso à escravatura, a reforma laboral apregoava, entre outras coisas, as «vantagens» de renunciar às conquistas sociais para se chegar ao pleno emprego, advogava a baixa de salários para cativar o investimento estrangeiro, reduzia os subsídios de desemprego e pretendia retirar aos trabalhadores o recurso aos tribunais no caso de despedimento sem justa causa.

Na megamanifestação de sábado, tanto as CCOO como a UGT denunciaram a política de Aznar de investir contra os direitos sociais e de conceder benefícios fiscais «aos ricos», assegurando que, caso a reforma não fosse profundamente revista, utilizariam toda a sua «demonstrada capacidade de pressão para o conseguir».

Sublinhando a importância da «unidade na acção» que torna as duas centrais mais eficazes na defesa dos traba-

lhadores, os dirigentes das CCOO e da UGT garantiram que «as terão sempre pela frente os que pretendem reduzir os direitos das pessoas e fragmentar o mercado de trabalho».

Tanto José Maria Fidalgo, dirigente das CCOO, como Cândido Méndez, da UGT, deixaram claro nas suas intervenções que a luta «não acaba aqui», porque «nunca se esgotará a vontade de justiça» dos trabalha-

Barcelona

Contra o fascismo

No próximo sábado, dia 12 de Outubro, a Praça Urquinaona, em Barcelona, vai ser palco de uma manifestação antifascista, em protesto contra o já tradicional acto público que nesse dia leva os símbolos fascistas às ruas e praças da cidade.

Em documento divulgado a propósito, um movimento de antifascistas recorda que há 19 anos os democratas sofrem a afronta de ver nas ruas, com o «consentimento e a cumplicidade» das autoridades, como «grupos nazis e similares (muitos deles de antigos imigrantes) fazem manifestações conjuntas contra a mestiçagem e a

inter-relação étnico-cultural, que são, ou deviam ser, os pilares para construir toda a sociedade».

Todas as iniciativas desenvolvidas nas últimas duas décadas para «evitar um acto que atenta contra todos os valores de solidariedade e justiça social» esbarraram com a prepotência oficial, denunciaram.

«Através da desinformação sistemática, a prepotência institucional, as mentiras repetidas até à saciedade pelos meios de comunicação social com o objectivo de convertê-las em verdades absolutas, tenta-se criar um modelo de pensamento

único que, com um discurso sumamente demagógico, criminaliza e reprime toda a dissidência e as vozes críticas e induz a formar comportamentos sociais que tendem cada vez mais a mostrar atitudes racistas, xenófobas, sexistas, paternalistas e militaristas inerentes ao fascismo», acusa o documento.

Apelando à «mobilização e à desobediência civil contra o fascismo social e institucional», o documento convida todos os democratas a saírem à rua numa resposta firme à «agressão» que a «insultuosa e aberrante» celebração fascista representa.

Argentina

75 por cento das crianças vivem na pobreza

Um estudo recentemente divulgado pelo jornal «Página 12» revela que cerca de 7,5 milhões de crianças argentinas (75 por cento dos menores do país) vivem na pobreza, sendo que dessas quase três milhões vivem abaixo da linha da indigência.

Dos 5 713 380 menores de 14 anos que vivem nos principais centros urbanos da Argentina, 4 248 840 são pobres, enquanto cerca de

1 670 679 são indigentes. A maioria destas crianças, afirma o jornal, vive em localidades próximas da capital argentina, mas onde proporcionalmente se concentra mais pobreza infantil é na província de Formosa, com 92,6 por cento dos menores nesta dramática situação.

O estudo foi realizado com base num trabalho da consultora Equis, feito a partir de dados oficiais, actualizados com os valores da inflação do

corrente mês. Segundo Artemio López, director da Equis, na Argentina são consideradas indigentes as famílias que não dispõem de rendimentos suficientes para adquirir o cabaz de compras de produtos alimentares básico, e pobres aquelas cujas rendimentos são insuficientes para garantir, além do cabaz de compras, alguns bens e serviços como despesas de habitação, transporte e vestuário.

Médio Oriente Carnificina em Gaza

Pelo menos 13 mortos e mais de 130 feridos, 20 dos quais em estado grave, é o resultado da matança levada a cabo pelo Exército israelita, na madrugada de domingo, na cidade autónoma de Jan Yunes, na Faixa de Gaza. Entre os mortos contam-se uma mulher e cinco crianças.

Os habitantes do bairro Al Amal dormiam quando uma coluna de 40 tanques e várias escavadoras, apoiados por helicópteros, entraram no local que Israel descreve como uma «fortaleza impenetrável» do Hamas, e que para os palestinianos era uma «zona tranquila, sem resistência armada».

Os tanques usaram os seus canhões; os helicópteros «Apache» lançaram mísseis sobre os prédios. O ataque mais mortífero ocorreu no entanto mais de duas horas depois (4.30h da manhã) de ter começado a carnificina, quando os tanques já se haviam retirado e os palestinianos começaram a sair dos refúgios. Um «Apache» não hesitou em lançar mais um míssil sobre a população indefesa.

Para Israel, tratou-se de «uma importante operação que demonstrou mais uma vez que não há baluarte terrorista seguro contra as nossas forças», nas palavras do comandante do Regimento de Gaza, coronel Israel Ziv.

«O objectivo desta operação foi atacar pessoas procuradas pelos organismos de segurança», disse Ziv, para quem as vítimas são «palestinos armados». Na sua lógica de executor sumário, «os civis não andam de madrugada nas ruas nem vão às mesquitas».

O novo massacre antecedeu uma visita de Javier Solana, representante da Política Externa e Segurança Comum (PESC) da União Europeia, à região, e na véspera do périplo do ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Jack Straw, pelo Médio Oriente. O primeiro foi em mais «uma missão de paz», tendo encontros previstos com o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, e o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon; o segundo procura apoios para a guerra contra o Iraque.

Enquanto isso, o Conselho de Segurança das Nações Unidas continua a aceitar placidamente a recusa de Israel em aceitar o envio de observadores internacionais para os territórios ocupados. O extermínio pode continuar.



Manifesto contra a guerra e o imperialismo

Mais de uma centena de intelectuais europeus, entre os quais o escritor português José Saramago, prêmio Nobel de Literatura, lançaram, domingo, em Madrid, um Manifesto contra a guerra e o imperialismo.

A iniciativa, inspirada no histórico Congresso de Intelectuais Antifascistas de 1936 que apelava, entre outras coisas, ao entendimento dos dirigentes europeus para evitar a guerra, marca a constituição da Aliança de Intelectuais Anti-imperialistas. O objectivo do movimento é o de «enfrentar de forma colectiva a gravíssima situação mundial criada a partir de 11 de Setembro de 2001 e, em última instância, contribuir desde a cultura para deter a máquina de guerra e repressão posta em marcha pelo governo dos Estados Unidos e pelos seus aliados».

De acordo com o Manifesto dos Intelectuais Anti-imperialistas, a iminente invasão do Iraque «não passa de uma nova e desmedida agressão imperialista cujo objectivo é consolidar a qualquer preço a hegemonia norte-americana, fortalecendo Israel e debilitando os países árabes e islâmicos que possam representar uma ameaça para o sionismo».

«O imperialismo - afirma o documento - pretende substituir a livre circulação de ideias por um «pensamento único» administrado a partir do poder, a fim de mascarar a profunda injustiça dos seus propósitos e a implacável brutalidade dos seus métodos».

A guerra não é inevitável

A Aliança de Intelectuais sublinha, no seu Manifesto, que «a guerra não é inevitável, como pretendem fazer crer os seus promotores e beneficiários», representando antes o «fracasso da política e da razão, a derrota de todos os povos que se vêem envolvidos nela».

A guerra, faz notar o documento, «só beneficia as grandes multinacionais a soldo e os organismos ao seu serviço, como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que sacrificam o bem-estar, a saúde, a liberdade e a vida de milhões de pessoas aos interesses dos ricos».

O movimento propõe-se mostrar que existe uma alternativa à guerra. «Temos que contra-atacar com nossos instrumentos de trabalho - as ideias, as palavras e as imagens», refere o documento, alertando para que o silêncio é a cobardia dos intelectuais e pode converter-se numa traição à cultura e à humanidade. «O nosso inimigo tem a segunda arma mais poderosa: o dinheiro. Mas nós temos a primeira: a razão».

A Aliança de Intelectuais Anti-imperialistas manifesta-se solidária com o grupo norte-americano «NION» (Not In Our Name, não em nosso nome, cujo manifesto o *Avante!* divulgou a semana passada), que recusa que o governo dos EUA leve a cabo em seu nome «os seus planos de espoliação e extermínio». «Também nos negamos a que os governos da União Europeia apoiem em nosso nome a sangrenta «cruzada» do imperialismo norte-americano», afirmam.

Entre os subscritores do Manifesto contam-se, entre outros, os directores de cinema Juan Antonio Bardem e Montxo Armendáriz; as actrizes Pilar Bardem e Berta Riaza, o académico e catedrático José Luis Sampedro; o filósofo Javier Sádaba; os políticos Angeles Maestro e Julio Anguita; actriz e directora Iciar Bollain; os escritores Juan Madrid e Javier Maqua; o ex-embaixador no Vaticano Gonzalo Puente Ojea, e a escritora Rosa Regás.

Bush quer todos a falar a «uma só voz» Inspector da ONU cede às pressões de Washington

Colin Powell convenceu o chefe dos inspectores de armamento da ONU, Hans Blix, da «necessidade» de uma nova resolução do Conselho de Segurança sobre o Iraque.

Uma entrevista com o secretário de Estado da Defesa norte-americano, Colin Powell, sexta-feira passada, em Washington - em que participaram a assessora de Bush em assuntos de segurança, Condoleezza Rice, e o

número dois do Pentágono, Paul Wolfowitz -, bastou para Hans Blix se render às teses da Casa Branca quanto à necessidade de uma nova resolução sobre o Iraque. Na véspera, após ter informado o Conselho de Segurança dos resultados, francamente positivos, das conversações com os representantes iraquianos em Viena, o responsável da Comissão da ONU para a Verificação, Inspeção e Vigilância (Unmovic) afirmou esperar obter o apoio dos 15 membros para o envio dos seus inspectores para o Iraque. Agora, Blix pede «um mandato claro» e «uma rápida resolução que nos permita voltar quanto antes» à região.

Neste jogo de sombras em que se transformou a diplomacia internacional, a questão de uma nova resolução já quase não se questiona, apesar das ligeiras divergências que parecem ainda subsistir. Anteontem, o vice-ministro russo, Iouri Fedotov, não descartou essa possibilidade «se a maioria dos membros do Conselho de Segurança»

assim o entender, embora manifestando reservas quanto à posição dos EUA.

**Jack Straw
admite que
venham a ser
aprovadas duas
resoluções**

«Se a maioria dos membros do Conselho de Segurança da ONU decidir que o essencial se prende com uma nova resolução para reforçar o mandato dos inspectores em desarmamento, tal resolução não pode compreender novas exigências impossíveis de executar», deve «basear-se em todas as resoluções precedentes sobre o Iraque e não deve mencionar um recurso automático à força», disse Fedotov.

Entretanto, na segunda-feira, o responsável da diplomacia britânica, Jack Straw, admitiu que venham a ser aprovadas duas resoluções, como defende a França: uma sobre o envio dos inspectores a Bagdad, e outra prevendo o

recurso à força caso as exigências da ONU não sejam respeitadas pelo regime de Sadam Hussein.

Na prática, o que está a suceder é o atraso das inspecções, como Washington pretende, enquanto continuam as pressões para a aceitação das suas teses.

Discurso à nação

É sintomático que Bush tenha escolhido o primeiro aniversário do início dos bombardeamentos contra o Afeganistão para, num discurso proferido em Cincinnati, tentar uma vez mais convencer a opinião pública norte-americana e mundial da «necessidade» de uma guerra contra o Iraque.

«Sadam Hussein deve desarmar-se a si próprio», disse Bush na segunda-feira, mas se tal não suceder, «para termos a paz», os EUA estão prontos a «liderar uma coligação para o desarmar».

Num apelo ao Senado para

que o autorize a usar a força das armas, o presidente norte-americano fez questão de sublinhar que isso «não significa que a acção militar seja iminente ou inevitável». O importante, segundo Bush «é mostrar com a resolução que os Estados Unidos usam «uma só voz»».

Os debates no Senado, que começaram no final da semana passada, prometem ser animados. Logo no início, o democrata da Virgínia Oriental, Robert Byrd, de 84 anos, empunhando a Constituição dos EUA, abriu as hostilidades: «Que vergonha que alguns políticos caiam a este ponto e queiram permitir um ataque preventivo! E agora, senhor presidente, o senhor quer que votemos sobre uma guerra no Iraque sem que sequer perguntemos porquê.»

Apesar das vozes dissonantes, não se esperam novidades. A resolução que autoriza Bush a recorrer à força, mesmo sem o apoio do Conselho de Segurança, foi negociada entre republicanos e democratas.

Americanos divididos

Os «recados» de Bush em Cincinnati visaram não apenas o Conselho de Segurança e o Senado mas a própria opinião pública interna, que segundo uma sondagem do instituto Gallup divulgada pela CNN e pelo jornal «USA Today» começa a questionar-se sobre a política belicista da Casa Branca.

Segundo o Gallup, 53 por cento dos entrevistados aprovam uma invasão do Iraque pelos EUA para derrubar Sadam Hussein, enquanto 40 por cento se opõem. Em Novembro passado, os apoiantes de uma acção militar ascen-

diam a 74 por cento, e em Junho, a 61 por cento.

Noutra sondagem divulgada segunda-feira, da ABC News, 53 por cento dos entrevistados consideram que os EUA conseguem travar simultaneamente a guerra contra o terrorismo e a guerra contra o Iraque. Outros 40 por cento respondem negativamente à pergunta. É sintomático que as margens de apoio diminuam significativamente quando as perguntas falam na eventualidade da morte de soldados norte-americanos ou de civis iraquianos. A margem de erro das duas sondagens é de 2 pontos percentuais.

Itália marcha pela paz

Milhares de italianos participaram, domingo, em manifestações em todo o país, pela paz e contra um novo ataque dos EUA ao Iraque.

Desde o centro financeiro do país, Milão, até à ponta da «bota» italiana, participaram no protesto pelo menos cem cidades, num sinal claro de que os italianos não se revêem na política do primeiro-ministro Silvio Berlusconi, que recentemente defendeu no Parlamento que o governo tinha obrigação de apoiar os esforços diplomáticos e militares dos EUA para desarmar o Iraque, e que não se esquivaria do conflito se esse fosse o único meio de desarmar Bagdad.

Milhares de pessoas percorreram os centros de Milão, Florença, Bolonha, Catânia e Bérnago durante a manhã, e outras tantas desfilaram pelas ruas de Roma à tarde.

Os estudantes marcaram forte presença em Milão, afirmando-se «Contra a guerra sem «ses» ou «mas»». «Esse protesto passa uma mensa-

gem clara sem deixar qualquer dúvida de que somos contra essa guerra e contra guerras em geral», como afirmou Luca Corradini, um dirigente estudantil citado pela Reuters.

Em Roma, foi um grupo de mulheres que, algemadas umas às outras, liderou a maciça marcha para a histórica Piazza Venezia.

Os protestos na Sicília e em Nápoles mobilizaram sin-

dicalistas, políticos de esquerda e grupos antiglobalização, enquanto outros manifestantes queimaram bandeiras e monges tocaram os sinos em Florença para mostrar seu apoio aos pacifistas.

A embaixada dos EUA na capital italiana divulgou um comunicado aconselhando os cidadãos norte-americanos a evitar multidões, temendo que os manifestantes pudessem ficar «incontroláveis», mas as manifestações foram pacíficas. O único incidente registado pela Reuters ocorreu em Veneza, onde um grupo ocupou por momentos o consulado britânico para protestar contra o apoio de Londres ao presidente norte-americano, George W. Bush.

Os protestos contra a guerra estão também a subir de tom nos próprios EUA. Em Nova Iorque, cerca de 25 000 pessoas saíram à rua no domingo, em defesa da paz, e para o próximo dia 26 está marcada uma manifestação nacional em Washington DC.



Agricultores e pescadores portugueses recebem Comissário Fischler com manifestações de protesto

Reformas sim, mas só para melhor

Franz Fischler não esquecerá tão depressa a sua passagem por Lisboa, quinta-feira da passada semana, para tentar convencer os governos da bondade das suas propostas de reformas na agricultura e nas pescas.

Recebido na rua com manifestações de protesto de agricultores e pescadores, o comissário europeu não teve sequer a vida facilitada na Assembleia da República, onde ouviu veementes críticas às suas propostas vindas de todas as bancadas parlamentares à excepção da dos deputados socialistas.

As propostas da Comissão constituem uma ameaça séria ao futuro da agricultura e das pescas

Na véspera, em conferência de imprensa, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, notava que «as teses reformistas» do comissário alemão não só têm sido contestadas na generalidade dos países-membros e candidatos à adesão como sofreram no seu próprio país uma «rejeição total» por parte de agricultores e pescadores.

E motivos não faltam. Para o PCP, que «há muito defende a reforma dessas duas políticas comuns da União Europeia», a aprovação das actuais propostas da Comissão Europeia «constituiria uma nova e forte machadada (senão a machadada final!) nestas actividades produtivas, com graves consequências para os interesses dos agricultores e pescadores portugueses, mas também um rude golpe na segurança e soberania alimentares do País».

Fraude política

Qualificando de «fraude política» as propostas da Comissão, com quais o Partido Socialista lamentavelmente concorda, Agostinho Lopes identificou «dois elementos com que se pretende embu-

lhar o veneno mortal a servir às pescas e à agricultura portuguesas e, fundamentalmente, para liquidar a actividade produtiva realizada pela pesca artesanal e pela agricultura familiar: o ambiente e a defesa dos interesses dos países menos desenvolvidos».

Como «a demagogia não tem limites», a Comissão promete o reforço dos meios para o desenvolvimento rural e não hesita em recorrer à mentira como fez Fischler, na Áustria, garantindo que aos agricultores que com as reformas «receberiam mais dinheiro do que anteriormente».

Para Agostinho Lopes, tudo isto não passa de «cortinas de fumo e muros de propaganda para ocultar os interesses económicos e financeiros de algumas poucas transnacionais e de algumas grandes potências da União Europeia».

Ou seja, explicou este dirigente do PCP, o que a Comissão pretende é «dar livre curso às teses do capitalismo neoliberal de total liberalização do comércio de bens alimentares no planeta, filosofia que, como é sabido, preside à dinâmica da intervenção da Organização Mundial do Comércio (OMC) e está patente em todas as cimeiras do G7/G8 e fóruns semelhantes».

Os próprios argumentos que utiliza não são novos: «Surgiram para suportar a reforma da PAC em 1992 (a reforma do então Comissário MacSharry, levada a cabo pela Presidência Portuguesa da União Europeia de Cavaco

Silva e pelo ministro da Agricultura Arlindo Cunha), como é fácil verificar por simples consulta à imprensa da época. Argumentos que se repetem aquando das negociações e conclusões da Agenda 2000», lembrou Agostinho Lopes.

Consequências desastrosas

Recordando os efeitos negativos das reformas então efectuadas, Agostinho Lopes referiu-se em particular às graves consequências na segurança e qualidade alimentares, no desenvolvimento rural e no ambiente.

«Em matéria de segurança e qualidade alimentares, basta lembrarmos-nos da BSE/vacas loucas, das dioxinas e, mais recentemente, do escândalo da MPA (acetato medroxy progesterona), uma hormona de crescimento.

«Em matéria de desenvolvimento rural, do crescer dos desequilíbrios territoriais e da desertificação social e económica, com perdas de rendimento dos pequenos e médios agricultores, com o contínuo esvaziamento do mundo rural, e a sobrelotação de algumas zonas urbanas (processos traduzidos em Portugal com a crescente litoralização e problemas de acumulação populacional nas áreas suburbanas de Lisboa e Porto).

«Em matéria de ambiente, os crescentes problemas com a poluição das bacias hidrográficas e lençóis freáticos, com as perdas da biodiversidade e o desenvolvimento de desequilíbrios ambientais, graças à crescente «intensificação» da actividade agropecuária, inevitável quando se coloca a «competitividade» entre agriculturas e países como «pré-requisitos para a estabilidade dos rendimentos», como afirmou recentemente o Comissário».



Lá dentro, na AR, o comissário Fischler tentava convencer os deputados da bondade das suas reformas. Cá fora, os agricultores manifestavam seu repúdio à Política Agrícola Comum

O descrédito de uma política

Agostinho Lopes questionou-se ainda: «É crível que se fale em “segurança e qualidade” dos alimentos, e em defesa ambiental, como objectivos da reforma, quando a União Europeia continua a permitir as mixórdias “legais” do vinho e do azeite? Que se continue a tergiversar, no plano comunitário, na abordagem dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM)? Quando não se diz uma palavra sobre a “pecuária industrial”? Será que defender a poupança de energia e o ambiente é aceitar

o comércio e o transporte de leite e laticínios da Nova Zelândia para as zonas produtoras da Europa, dando meia volta ao globo?»

Por outro lado, afirmou, «são incontestáveis as responsabilidades da ideologia neoliberal [da PAC], no agravamento do fosso entre ricos e pobres, na manutenção das tragédias alimentares, na fome e falta de água a flagelar milhões de pessoas, entre as quais elevada percentagem de crianças!

«Só por ingenuidade ou ignorância do actual comércio mundial de produtos agro-pecuários se pode pen-

sar que a ensejada reforma da PAC, e a correspondente liberalização do mercado agrícola mundial, será vantajosa para os países menos avançados. Que produtos agrícolas desses países concorrem com a produção comunitária? O café? O cacau? As frutas tropicais e outras? O tratamento comunitário do açúcar e da banana são problemas desses países, ou são das multinacionais que comandam esse comércio (British Sugar, para o açúcar; Nestlé, Procter & Gamble, Philip Morris, Sara Lee, para o café; Chiquita e Dole Food, para a banana)?»

Os objectivos da Comissão

Fazendo questão de salientar que «a oposição às reformas da Comissão» não deve ser «confundida com a defesa do status quo», Agostinho Lopes afirmou que «a Política Agrícola Comum e a Política Comum das Pescas precisam de profundas reformas. Mas não no sentido apontado».

Em particular no sector das pescas, este dirigente do PCP rejeitou a continuação da política de abates, recordando que «desde 1986 Portugal foi o País que, no cumprimento dos programas comunitários, mais reduziu a sua capacidade pesqueira», com a agravante de a produtividade e o esforço de pesca ser incomparavelmente inferior ao dos outros países.

Por isso, considerou que não é justo que o problema dos recursos e da falta de stocks seja resolvido através de medidas iguais para todos os países.

«É possível falar de remédios iguais para toda a pesca da União Europeia quando a Dinamarca, com menos de metade do número de barcos, pesca sete vezes mais que Portugal, ou que a Holanda, com menos de um décimo dos barcos, pesca mais do dobro do pescado português?», perguntou.

Para o PCP, nos actuais processos de reforma, a Comissão visa no essencial dar resposta a três aspectos:

– Como fazer o alargamento da União Europeia e encaixar as agriculturas dos países candidatos sem gastar mais um euro e, se possível, fazendo inclusive algumas poupanças! Isto é, sem alterar as actuais relações financeiras dos diversos países membros com o orçamento comunitário, e sem corrigir as existentes desigualdades na distribuição dos dinheiros da PAC entre produções agropecuárias, entre agricultores e entre países membros.

– Como dar um novo impulso à liberalização total do comércio agrícola no âmbito da OMC, para maior glória dos lucros das transnacionais da agro-alimentar, da agro-química e da grande distribuição, e conforme com as exigências de principais países produtores, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Canadá.

– Como subordinar ainda mais a Política Comum das Pescas aos interesses das principais potências pesqueiras da União Europeia, com medidas tendentes à concentração da propriedade dos meios de produção e dos recursos à comunitarização da frota e de estruturas, acompanhada da ameaça de liberalização e privatização dos mares e dos recursos, através da promoção das QIT (Quotas Individuais Transferíveis), onde se evidencia, como questão de gravidade extrema, a possível tentativa de pôr fim à exclusividade da pesca nacional até às 12 milhas (derrogação que termina em Dezembro de 2002)!



Os agricultores portugueses querem produzir mais para abastecer o mercado português onde abundam os produtos estrangeiros. Por isso contestam as propostas da Comissão Europeia

Fiat entra em colapso

O grupo automóvel Fiat registou, na terça-feira, a maior descida do seu valor em bolsa dos últimos 16 anos, num momento em que se preparava para anunciar a intenção de reduzir entre 5 e 10 mil empregos.

A crise que o maior grupo italiano atravessa levou a que dirigentes políticos de partidos dos vários quadrantes e dos sindicatos a solicitarem um decidida intervenção do governo. Uns solicitam a simples injeção de capital do Estado, outros, como é o caso da Refundação Comunista, defendem a nacionalização da empresa. Face às enormes dívidas da Fiat, aumentam os rumores sobre a eventual compra pelo colosso norte-americano General Motors, com o qual estabeleceu uma aliança estratégica com intercâmbio de capital de 20 por cento e que previa já a possibilidade de uma futura aquisição.

Deutsche Telekom despede 55 mil

O grupo de telecomunicações Deutsche Telekom irá eliminar 55 mil postos de trabalho até 2005, 40 mil dos quais na Alemanha. Os restantes cortes verificar-se-ão sobretudo na rede de telefones fixos que o grupo detém na Europa de Leste. Com esta medida drástica, o consórcio pretende poupar 400 milhões de euros e fazer face à gigantestea dívida de 67 mil milhões de euros. Os títulos da operadora perderam desde 2000 qualquer coisa como 90 por cento do seu valor, cotando-se actualmente nos 8,5 euros.

Volkswagen de Navarra flexibiliza

A Volkswagen de Navarra chegou a acordo com os sindicatos quanto à aplicação de fórmulas alternativas à eliminação de 500 postos de trabalho pretendida pela empresa. O acordo passa pelo encerramento da fábrica durante cinco dias por forma a reduzir a produção do modelo Polo, cujas vendas têm caído. Para além desta medida, a empresa flexibilizou a jornada laboral prossegue um plano de redução dos postos de trabalho através da reforma antecipada de 377 trabalhadores com idade igual ou superior a sessenta anos. A fábrica prevê produzir 244 mil unidades, em 2003, ou seja menos 13 mil automóveis que os inicialmente previstos.

Bruxelas impõe cláusulas de adesão Alargamento condicional

A Comissão Europeia preparava-se para anunciar ontem, quarta-feira, a decisão de admitir em 2004 dez novos países na União, mas pretende incluir nos tratados de adesão novas cláusulas de salvaguarda.

Bruxelas reconhece assim que alguns dos dez países, que a partir de 1 Janeiro de 2004 passam a integrar a União Europeia, não estão preparados para o embate com as economias dos Quinze, e receia sobretudo que este facto possa ter reflexos negativos para os actuais países membros. Por isso propõe coloca como novas condições à adesão que a suspensão de determinados capítulos fundamentais da política comunitária, em particular os referentes ao mercado interno.

Essas cláusulas manter-se-iam vigentes durante um período de dois a cinco anos após o alargamento, prazo muito superior ao previsto em tratados anteriores, nos quais já existia a possibilidade de suspender no primeiro ano algum capítulo comunitário no caso de se verificarem graves efeitos imprevistos, designadamente no campo económico.

A recomendação para que os Quinze terminem as negociações com dez países ao final do ano (de fora ficam a Romé-

nia e a Bulgária), tem ainda como moeda de troca a fixação de um período de monitorização (supervisão) a partir de 1 de Janeiro de 2003 até à integração dos novos membros, durante o qual a Comissão irá fiscalizar o cumprimento dos requisitos impostos.

É que apesar de concluídas as negociações e assinados os tratados, os Quinze podem interromper o processo de adesão em qualquer momento, bastando que um Estado adie a sua ratificação.

Exame sofrível

Segundo o exame feito pela Comissão à situação dos 10 países eleitos, no plano político todos cumprem as «normas» já que os descreve como democracias equiparáveis às dos actuais membros. De igual modo, cumprem os parâmetros exigidos a uma economia de mercado, embora se adivinhem grandes dificuldades para as administrações de alguns países quando chegar a

altura de cumprir integralmente o direito comunitário.

Concretamente, Bruxelas refere que a Polónia e a Estónia terão graves problemas para cumprir os requisitos da união aduaneira. A isto acrescenta que o primeiro país, com 39 milhões de habitantes, o maior do grupo de candidatos, sentirá sérias dificuldades quando tiver que aplicar a política agrícola comum, não parecendo estar à altura de poder aplicar os fundos de desenvolvimento regional. Só o Chipre, Eslovénia e Hungria merecem a confiança sem reservas da Comissão.



A agricultura polaca será um dos sectores que mais sofrerá o impacto da integração em 2004

Pacote fiscal marca passo

Está cada vez mais longe a concretização do chamado pacote fiscal que prevê uma harmonização fiscal na União Europeia, em particular no que respeita à tributação dos rendimentos. Os quinze fazem depender a sua aplicação de acordos com países terceiros, designadamente com a Suíça, Estados Unidos, Liechtenstein, Mónaco, Andorra e San Marino e já admitem tomar medidas para pressionar sobretudo a Suíça, país que tem recusado aderir a um acordo receando pôr em causa o segredo bancário.

Ora, sem a Confederação Helvética, a União Europeia teme que um controlo mais apertado da fiscalidade provocasse um fuga de capitais para países com normas menos transparentes. O conselho de ministros da Economia, reunido na terça-feira no Luxemburgo, constatou ainda grandes diferenças de opinião no que toca à harmonização dos impostos sobre a energia. Segundo referiu o comissário Frits Bolkestein, alguns estados-membros exigem períodos de transição muito longos com os quais a Comissão não está de acordo.

Mercado único para Pensões

Uma decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia abre caminho à criação de um mercado único de pensões, ao reconhecer o direito dos cidadãos europeus de deduzirem nos impostos as contribuições realizadas para planos de reforma geridos num outro estado-membro.

A sentença responde ao recurso de um cidadão finlandês pelo que não fará jurisprudência, mas representa um importante precedente do Tribunal da UE. O caso em análise refere-se a um médico que depois de ter regressado ao seu país decidiu manter os dois planos de reforma que tinha subscrito na Alemanha onde residiu durante um ano. O problema é que a legislação finlandesa permitia a sua dedução na declaração de rendimentos.

A opinião do Tribunal vai pois ao encontro da proposta de directiva da Comissão Europeia que visa eliminar todos os obstáculos à comercialização a comercialização e gestão de fundos no mercado europeu, objectivo sobre o qual os Quinze deverão tomar uma decisão final até final deste ano. As grandes seguradoras já devem estar a esfregar as mãos de contentes.

Portugal liberaliza mercado eléctrico

O mercado eléctrico português vai ser totalmente liberalizado em Junho de 2004, afirmou na terça-feira o ministro da Economia, Carlos Tavares.

A data resulta da do calendário definido na cimeira ibérica, na semana passada em Valência, que prevê a liberalização do mercado espanhol já a partir de um de Janeiro de 2003.

No nosso país, antes dos consumidores domésticos, as empresas poderão optar a

partir de Janeiro de 2004 entre fornecedores nacionais ou espanhóis. A concretização deste mercado ibérico da electricidade, explicou o ministro, será feita em várias fases que terão início no primeiro semestre do próximo ano até 2006, altura em que se prevê a conclusão dos projectos de interconexões.

Uma das novidades é a criação de uma bolsa de electricidade que entrará em funcionamento no primeiro semestre do próximo ano, período

durante o qual será «eliminado um número significativo de contratos de aquisição de energia a longo prazo», explicou o ministro.

Em simultâneo, a Rede Eléctrica Nacional e a congénere Rede Eléctrica Espanhola deverão articular os dois sistemas eléctricos. O ministro afirmou que o mercado ibérico proporcionará preços «mais atractivos» para os consumidores, garantindo que os custos de transição para as condições de concor-

rência (decorrentes da rescisão de contratos de aquisição a longo prazo) não se reflectirão nas tarifas.

Carlos Tavares explicou ainda que a expectativa de redução de preços se deve ao facto de as companhias espanholas serem das mais eficientes, o que deixa prever que a EDP terá de se esforçar para manter a sua posição no mercado.

Impacto do alargamento

O Governo português vai encomendar um estudo a uma entidade internacional sobre o impacto na economia nacional do alargamento da União Europeia a países de Leste.

Segundo o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Carlos Costa Neves, o documento permitirá reivindicar junto das instituições europeias soluções destinadas a minorar um potencial efeito negativo do alargamento para Portugal.

O governante referiu que documentos internacionais recentes apontam Portugal como um dos estados-membros que menos beneficiará com a abertura da Europa a outros países, facto que deverá levar Portugal a procurar alianças em certas áreas com os novos estados-membros.

Parlamento Basco recusa aplicar ordem de Garzon

O parlamento basco remeteu na segunda-feira ao 5.º Tribunal de Instrução da Audiência Nacional a sua decisão de não aplicar nesta câmara a ordem de suspensão de actividades do Batasuna.

A deliberação da mesa do parlamento, aprovada com os votos contra dos socialistas e populares, foi enviada ao juiz Baltasar Garzon juntamente com um relatório dos serviços jurídicos em que os deputados se basearam.

A maioria parlamentar considera que a decisão tomada decorre do «exercício soberano e livre de uma competência própria», não colin-

dando com o disposto na Constituição sobre a obrigatoriedade do cumprimento das decisões judiciais.

Em contrapartida, a ordem contra o Batasuna despreza a autonomia organizativa e de funcionamento do parlamento e «ultrapassa claramente o âmbito próprio da sua jurisdição», considera o documento, sublinhando que o regimento não contempla a possibilidade de suspensão de um grupo parlamentar e que a possibilidade de introduzir uma nova norma não reuniria o apoio da maioria que constituiu a Mesa.

Entretanto, na terça-feira, a Audiência Nacional confir-

mou a suspensão do Batasuna, considerando que este partido não é um mero colaborador da ETA mas que está integrado numa organização armada terrorista.

Aquela instância recusou o recurso apresentado pelo Batasuna e fundamenta a sua resolução «numa pluralidade de documentos e relatórios técnicos», apresentados pelo juiz Garzon, dos quais «se depreende não apenas a sinergia e a mútua instrumentalidade entre ETA-militar e Batasuna, como também que a primeira dirige a segunda no campo das actividades do Batasuna».

De novo o referendo na Irlanda

● Pedro Guerreiro

Pela segunda vez, realiza-se na Irlanda, no próximo dia 19 de Outubro, o referendo ao Tratado de Nice. Pela «segunda vez» porque a 7 de Junho de 2001 o povo irlandês votou contra a ratificação daquele Tratado, negociado no Conselho Europeu, que se realizou na cidade do Sul de França com o mesmo nome, em Dezembro de 2000. Pela primeira vez, o «Não» ganhou numa consulta sobre a integração europeia, com 53,9 por cento dos votos. Sendo de salientar que a Irlanda foi o único país da União Europeia que, por imposição constitucional, referendou este tratado.

Os resultados dos cinco referendos sobre a CEE/UE realizados até ao momento na Irlanda (adesão à CEE em 1972, Acto Único Europeu em 1987, Tratado de Maastricht em 1992, Tratado de Amesterdão em 1998 e Tratado de Nice em 2001), mostram que ao longo do tempo se registou um aumento da abstenção ao mesmo tempo que diminuía em percentagem o voto a «favor», com a consequente subida do voto «contra».

O «Não» irlandês ao Tratado de Nice apanhou de surpresa as forças políticas que dirigem a actual «integração europeia». Poderá dizer-se que não seria caso para menos..., tendo em conta que a campanha a favor deste Tratado contou com o suporte do governo e da generalidade das forças políticas representadas no parlamento irlandês, das organizações patronais, das direcções sindicais e da hierarquia da Igreja Católica deste país.

Pressões e ingerências

Em vez de interpretar o significado e vontade política de tal resultado, a Comissão Europeia e o Conselho Europeu, demonstrando não querer aceitar o «Não» e desrespeitando a vontade soberana e democraticamente expressa pelo povo irlandês, procuraram desde logo encontrar forma de ultrapassar tal «contrariedade», decidindo no Conselho Europeu de 15 e 16 de Junho de 2001, realizado na Suécia, que o processo de ratificação do Tratado continuaria para que, uma vez finalizado, se colocasse sob pressão o povo irlandês, como aliás veio a verificar-se. Desde então as pressões internas e as ingerências externas têm sido recorrentes. Pois não há notícia de que qualquer governo irlandês tenha proposto e avançado com a repetição de qualquer dos anteriores referendos sobre a CEE/UE, sendo naturalmente legítimo afirmar que este se repete apenas porque, desta vez, o resultado não agradou às forças políticas e aos interesses económicos que dominam a actual «integração europeia». Aliás,

quando se verifica a repetição de referendos na Irlanda, o que já ocorreu para outros temas, estes sempre foram mediados de um largo espaço de tempo, nunca se repetindo exactamente a mesma questão. Como são plenas de significado as declarações proferidas por membros de governo ou responsáveis em instituições da UE. Por exemplo, as de Gerhard Schröder, primeiro-ministro alemão, que afirmou a 15 de Junho de 2001, nove dias após a realização do referendo, que «o povo irlandês terá que decidir num novo referendo», ou uma mais recente declaração do presidente do Parlamento Europeu (o irlandês Pat Cox) que, a 6 de Setembro de 2002, em Washington (!), pediu expressamente ao patronato irlandês que se empenhe pela ratificação do Tratado de Nice no próximo referendo. Ou ainda daqueles que consideram que a Irlanda deveria mudar a sua Constituição por forma a não ter que referendar alterações aos Tratados da UE.

Pela soberania nacional e a neutralidade

Em Junho de 2001, como agora, batem-se pelo «Não» uma heterogeneidade de forças políticas, movimentos e organizações, de que são exemplo a «Plataforma Nacional», o Sinn Fein, os Verdes, entre outras forças políticas, o movimento pela paz e organizações de agricultores. Contando reduzidos meios para a sua campanha, então, como agora, apontam como principais razões para a rejeição do Tratado de Nice a defesa da soberania nacional e a não diminuição do poder da Irlanda no processo de tomada de decisão na UE. Isto porque o tratado preconiza a ampliação da tomada de decisões por maioria qualificada com a consequente eliminação do direito de veto, o reforço do peso dos grandes países na tomada de decisão, nomeadamente pela reponderação dos votos no Conselho e, a prazo, para uma constituição restrita da Comissão Europeia, onde a Irlanda ou outro país pode deixar de estar representado. Como é apontada a defesa do estatuto de neutralidade da Irlanda, em perigo pelo actual processo de militarização da UE. Ou ainda a exigência de um debate honesto sobre os custos financeiros e as consequências do actual alargamento da UE. E, pelo facto de o referendo se realizar pela «segunda vez», é ainda colocada a necessidade de defender a democracia. Ou seja, de fazer respeitar a decisão soberana e a vontade democraticamente expressa pelo povo irlandês no referendo realizado a 6 de Junho de 2001 e o direito do povo irlandês de dizer «Não» ao Tratado de Nice.

França recusa reduzir déficit público no próximo ano

Eurogrupo dividido

A reunião dos ministros das Finanças da zona euro, realizada na segunda-feira no Luxemburgo, terminou sem unanimidade quanto às etapas a cumprir para atingir o equilíbrio das contas públicas.

O plano apresentada pelo Comissário Pedro Solbes previa o adiamento do objectivo de déficit zero de 2004 para 2006, medida que agrada a países como Alemanha, França, Itália e Portugal mas que é criticada por outro grupo de países, com Espanha à cabeça, que estão já hoje próximos do equilíbrio orçamental.

Solbes pretendia contrabalançar o adiamento proposto com o compromisso oficial por parte dos doze de que, já partir de 2003, reduziriam os

seus défices anualmente pelo menos em 0,5 por cento, sendo que nenhum ultrapassaria o limite fixado no Pacto de Estabilidade de três por cento.

Desta forma, Solbes pretendia assegurar que a nova data seria respeitada e que

não haveria mais adiamentos.

Porém, a oposição da França impediu o acordo, colocando em causa o plano: «É difícil agora dizer quando os grandes estados alcançarão uma situação próxima do equilíbrio», reconheceu o comissário.

A nova data de 2006 para o déficit zero poderá não ser cumprida

Sampaio critica política europeia

O Presidente da República, Jorge Sampaio, admitiu a necessidade da revisão do Pacto de Estabilidade e criticou a cedência europeia aos Estados Unidos na questão da imunidade que estes reclamam em relação ao Tribunal Penal Internacional.

Num discurso feito sexta-feira, na Universidade de Florença, em Itália, Sampaio questionou-se «se não terá chegado o momento de analisar e ponderar a possibilidade de um novo Pacto», considerando que, «sem se abandonar o compromisso comum da disciplina orçamental, é necessária uma maior flexibilidade, que tenha em conta as necessidades diferenciadas de cada Estado, alargando a possibilidade de escolha e de acção dos seus governos».

Além das razões económicas, Sampaio apontou razões de natureza política «que justificariam a eventual substituição do actual Pacto de Estabilidade e Crescimento». «Antes de mais porque os cidadãos e as empresas não compreendem para que ser-

vem os governos se, quando precisam deles para os ajudar a resolver os seus problemas económicos e sociais, os governantes lhes respondem que não o podem fazer porque estão limitados pelas exigências de um Pacto de Estabilidade e Crescimento.»

Por outro lado, Sampaio disse que «as exigências e imposições do actual Pacto de Estabilidade podem ser vistas como uma manifestação de desconfiança por parte das instituições europeias nos órgãos eleitos pelos estados-membros relativamente à sua capacidade» para gerirem «de forma coordenada as políticas orçamentais nacionais». Por consequência, conclui, «o que está em causa é por um lado a base da legitimidade da governação europeia e por outro o funcionamento das nossas democracias representativas».

Num outro ponto do seu discurso, o Presidente da República criticou a decisão tomada pelos Quinze de permitir que cada estado-membro possa estabelecer acordos

De facto, a recusa da França de restringir o orçamento do próximo ano, em que mantém um déficit de 2,6 por cento, torna praticamente impossível que este país elimine o déficit até 2006, a não ser que comece fazer reduções drásticas a partir de 2004, o que não parece estar dentro da filosofia do governo francês que ainda recentemente baixou os impostos e fez importantes investimentos nas forças armadas e na área da Justiça.

Recorde-se que para além do déficit da França (2,6%), a Alemanha acabará este ano com 2,9 por cento, a Itália 2,2 por cento, sendo que Portugal registou 4,1 por cento em 2001. Neste momento, segundo dados transmitidos pelos estados, a zona euro prevê um déficit global de dois por cento.

bilaterais com os EUA de modo a conceder-lhe imunidade no Tribunal Penal Internacional.

«Não me parece que a aceitação de isenções à jurisdição do TPI contribua para que o Tribunal possa exercer plenamente o seu papel na protecção da humanidade e no reforço da paz e da justiça. Muito pelo contrário, tais isenções minarão a sua desejada eficácia», declarou Sampaio.

Referindo-se à «importância ímpar» das relações da União Europeia com os Estados Unidos sublinhou que tal «não significa coincidência necessária de todos os pontos de vista, nem partilha total de interesses e valores».

«Nada de mais natural que a Europa e os Estados Unidos nem sempre coincidam (...) o importante, a meu ver, é que tudo se passe no quadro do respeito escrupuloso pelos princípios da legalidade internacional, na base do diálogo e da concertação», declarou Jorge Sampaio.

França

«Juntos pelo serviço público»

Várias dezenas de milhares de pessoas, na maioria trabalhadores das empresas públicas EDF e GDF, manifestaram-se em Paris contra os planos de privatização do governo e em defesa do estatuto de serviço público.

O desfile realizou-se na quinta-feira da passada semana, tendo participado entre 50 e 60 mil pessoas, segundo os sindicatos, cujo apelo à luta visou unir trabalhadores e utentes. A faixa que encabeçava a manifestação era explícita:

«estatuto, serviço público, reformas, os nossos direitos são os vossos direitos».

Sob o lema «juntos pelo serviço público», estiveram presentes dirigentes de vários partidos políticos, designadamente do PCF, da LCR e do PS.

Durante a manhã, o ministro da Economia, Francis Mer, e a ministra da Indústria, Nicole Fontaine, receberam delegações dos sindicatos das empresas públicas, a quem garantiram que a abertura do capital não afectará o

estatuto particular dos seus trabalhadores.

A jornada juntaram-se sindicatos dos ferroviários, transportes públicos da zona de Paris, France Telecom, correios e outras empresas públicas.

Os trabalhadores da Air France, que cumpriam igualmente uma greve de 24 horas, também se manifestaram contra a privatização do capital da companhia aérea, onde o Estado pretende reduzir para metade a participação de 54 por cento que detém na empresa.

• Miguel Urbano Rodrigues

O folhetim e a tríade Bush-Uribe-Castaño da extradição

O pedido de extradição dos comandantes das FARC, apresentado por George Bush a Álvaro Uribe durante a visita aos EUA do presidente da Colômbia, surpreendeu os aliados mais dóceis de Washington. O espanto é legítimo. Mais do que iniciativa política, parece episódio de uma farsa.

Um chefe de Estado estrangeiro pedir a um colega a extradição, para serem submetidos à justiça do seu país, dos comandantes da mais legendária guerrilha da América Latina é atitude sem precedentes. Não menos surpreendente foi a prontidão da resposta. O sim foi imediato. Veio do presidente visitante, do seu superministro Londoño, das Forças Armadas Colombianas. O poder judicial, no momento em que escrevo, ainda não se tinha pronunciado. O que não tem a menor importância.

Faltou somente o agradecimento de Uribe a Bush.

As facetas sensacionalistas desta estória ocultam mal os entendimentos que precederam a esdrúxula iniciativa bushiana. Na realidade, tudo fora discutido em pormenor entre as partes, com muita antecedência e em atmosfera de fraternidade. Aliás, Bush pediu aquilo que Uribe lhe implorara que pedisse...

A escalada fascizante

Voltemos um pouco atrás.

Uribe teve um início de mandato muito ruidoso. No momento em que tomava posse do cargo, em Agosto, quando cingia a faixa, rodeado de chefes de Estado e primeiro-ministros, protegido por um dispositivo de segurança de 20 000 homens, o palácio presidencial foi bombardeado assim como outros edifícios públicos de Bogotá.

As suas primeiras medidas esburacaram mais a desconjuntada fachada institucional do Estado colombiano. Na prática o país vive desde então sob estado de sítio (o nome é outro) e os decretos fascizantes, atentatórios das liberdades e direitos constitucionais, sucederam-se.

Um corpo especial de bufos passou a colaborar com as Forças Armadas e a polícia política. São centenas de milhares de informadores remunerados e armados pelo governo. Nem na Alemanha de Hitler a delação foi organizada e financiada com tamanha minúcia e amplitude.

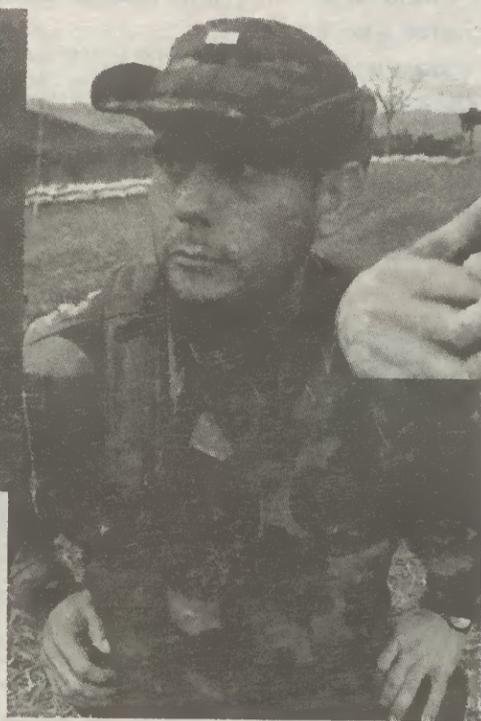
O discurso oficial que prometia rápidas e decisivas vitórias contra a insurgência, esse, não foi, porém, confirmado pelos factos.

O Exército - o mais numeroso e bem armado da América Latina - não conseguiu alcançar os êxitos anunciados pelos novos generais nomeados por Uribe. Os comunicados oficiais citam todas as semanas grandes vitórias. Mas o próprio «El Tiempo», o grande diário da oligarquia, mostra-se céptico quanto a esses triunfos imaginários. As FARC-EP estão activíssimas na maioria das 70 frentes de combate que em três Blocos agrupam aproximadamente 18 000 guerrilheiros.

Uribe deu continuidade a uma iniciativa de Pastrana. A cabeça dos principais comandantes guerrilheiros, posta a prêmio, vale agora mais dinheiro. No conjunto são muitos milhões de dólares. Por Manuel Marulanda,



Fundador de bandos paramilitares, Castaño assume-se como um aliado de Bush e Uribe na escalada contra as FARC



«el Tiro Fijo» - um herói da América Latina - o governo pagaria uma fortuna.

O resultado prático dessa iniciativa e do trabalho dos «sapos» (bufos) foi nulo: nem um só dirigente das FARC caiu nas mãos de Uribe.

Enquanto a ofensiva militar contra as guerrilhas prosseguia com muito estrondo e nenhum proveito, uma manobra ambiciosa desenvolvia-se paralelamente nos bastidores.

O protagonista foi, inicialmente, Carlos Castaño, o fundador das Autodefesas Unidas da Colômbia, eufemismo pelo qual se designam os bandos paramilitares, responsáveis pelo assassinio de dezenas de milhares de pessoas, sobretudo camponeses. No âmbito da disputa do poder dentro do paramilitarismo, Castaño, cuja carreira se fez no bojo do narcotráfico, voltara às manchetes por acusar publicamente alguns dos seus compinchas de envolvimento em negócios da droga.

Quando esse estranho processo de purificação começou a desencadear manifestações de solidariedade vindas das grandes famílias, o Procurador-Geral da Justiça dos EUA, John Ashcroft, dirigiu-se ao governo de Bogotá.

Produziu-se então o golpe de teatro. Castaño, longe de expressar indignação, declarou-se disponível para se entregar à Justiça dos EUA e responder ali às acusações que o visam.

Uribe aplaudiu. Significativamente, nem o Procurador da República nem o Supremo Tribunal levantaram objecções, ao contrário do que acontecera em oportunidades similares quando exigiram que narcotraficantes cujas extradições haviam sido solicitadas fossem julgados, primeiro, pela Justiça colombiana.

Castaño, aliás, nunca foi incomodado pelo Exército. Aparecia em público com frequência, viajava para o Panamá, recebia elogios de deputados e senadores, e um ex-candidato à Presidência da República, o general Bedoya, expressou o seu apreço pessoal por ele.

Essa atitude é compreensível. O chefe do paramilitarismo foi, em determinado momento, segundo Juan Escobar, a Agência de Notícias Nova Colômbia, «a invenção perfeita do Estado Colombiano, que o construiu e apresentou como um símbolo da luta contra-insurreccional».

O paramilitarismo nasceu nos quartéis. É um filho espúrio do Exército e parte da política de Estado colombiana.

O segundo acto desta farsa dramática principiou quando Castaño, em declarações a uma grande cadeia de televisão, a RCN, apresentou três condições para se entregar à Justiça dos EUA. Uma delas, a única relevante, surpreendeu um povo habituado a receber com serenidade as atitudes mais absurdas: o criador das AUC exigiu que Washington solicitasse oficialmente a extradição dos comandantes das Forças armadas revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo, FARC-EP.

Caso contrário, nada feito. Sem a contrapartida por ele exigida, considerar-se-ia «vendido». Assim falou. E a sugestão foi apoiada pelo Governo.

A cena seguinte foi dominada pela voz poderosa de Bush. O presidente norte-americano, lépido, deu instruções ao Procurador Ashcroft, que logo reclamou de Bogotá a extradição dos comandantes das FARC-EP.

A esse nível desceu o exercício da Presidência na Casa por onde passaram Jefferson e Lincoln.

O jogo de Castaño

Segundo a ANNCOL, o próximo capítulo seria de previsão fácil: «o Sr Castaño viajará, apresentar-se-á directamente perante um tribunal norte-americano se bem que nenhuma autoridade colombiana o verá sair de qualquer aeroporto do país, fará uma «negociação» supremamente rápida com as autoridades gringas, delatando certamente alguns dos seus sócios no narcotráfico para dar melhor apresentação à coisa. Obviamente não será obrigado a pagar nem um só dia de cárcere naquele país e ficará livre, gozando, além disso, ele e a sua família da protecção do FBI, desfrutando a sua volumosa fortuna».

O acordo prévio entre os actores que montaram todo este espectáculo é tão transparente e chocante que até o conspícuo «El Tiempo», instituição centenária da oligarquia, achou indispensável dedicar ao assunto um labiríntico editorial (25 de Set.pp) do qual transcrevo algumas perguntas:

«Por que decidem os EUA pedir a extradição da cúpula paramilitar e por que escolheram a viagem de Uribe para anunciar o pedido? O facto de o ministro de Estado, Fer-

nando Londoño, ter sido o primeiro a comunicar a decisão de Washington indicaria acordo prévio entre ambos os governos? Pretende o chefe paramilitar salvar a pele delatando os capos dos novos cartéis, ou é parte de uma jogada de alta política a três bandas, que combina a narcotizada visão estadunidense do problema colombiano com os motivos que possa ter o governo de Uribe para se couraçar contra as acusações que lhe fizeram - até agora sem provas - das suas relações com o paramilitarismo?»

Aconteceu em El Charco

Enquanto Castaño, contra o qual foram emitidos 23 mandados de captura, se dirigia, tranquilo, pela televisão, a 44 milhões de colombianos, o povo de El Charco, no Departamento de Nariño, pegou em armas (machados, revólveres e caçadeiras) e expulsou da pequena cidade um bando de 200 paramilitares que, ante a passividade do Governo, ali se mantinha há mais de um ano aterrorizando os moradores. O alcaide, para salvar a cabeça, teve de fugir.

Que faziam ali?

Segundo um morador, «entravam e saíam do município quando queriam. Não pagavam a renda das casas onde se alojavam, comiam o que queriam e onde queriam e abusavam sexualmente das moças da cidade».

Consumada a expulsão dos paramilitares, o general comandante da Região, informado dos acontecimentos, decidiu enviar para El Charco um pelotão de fuzileiros navais para «restabelecer a ordem na zona».

Assim corre a vida nos «pueblos» onde os paramilitares de Castaño irrompem para «defender as populações» das guerrilhas.

Uribe, o bom homem...

Ocupando-se desse e de outros temas, Álvaro Uribe pediu em Washington mais umas centenas de milhões de dólares ao seu colega dos EUA, mais armamento e, sobretudo, a extradição dos comandantes das FARC.

Bush fez promessas, muitas, e em comentário amplamente divulgado sintetizou em poucas palavras a magnífica impressão que lhe deixara o visitante:

«É necessário ajudar este bom homem.»

Os grandes jornais norte-americanos chamaram a atenção para um pormenor que não ficou claro: como se concretizará a extradição dos comandantes das FARC-EP? Eles encontram-se nas montanhas e selvas da Colômbia lutando pela liberdade e pela independência do seu povo. Aquilo que pelas armas não conseguiram em 37 anos os governantes de Bogotá com a ajuda de Washington não é obviamente concretizável através de um mandato judicial norte-americano. Ousará o presidente Bush levar a guerra também à Colômbia?



Comandante Manuel Marulanda

• Eugénio Rosa

Perguntas

sobre a política de saúde do Governo PSD/PP (II)

e respostas

O Sistema Nacional de Saúde tem deficiências importantes que é necessário resolver para que os portugueses tenham cuidados de saúde de qualidade e de acesso fácil, e para que também os dinheiros públicos destinados à saúde, que são muito elevados e que têm como origem os impostos, sejam aplicados de uma forma eficiente e eficaz.

crescimento desmesurado das listas de espera.

Para se poder ficar com uma ideia das quantias que estão em jogo, e dos poderosos interesses que actuam neste sector, e da dimensão do negócio da saúde em Portugal, apresenta-se no Quadro 1 as despesas suportadas pelo SNS só naquelas três rubricas em 1998 e 1999.

Os valores em causa explicam em parte as poderosas resistências que se

ausência de remunerações ajustadas aos resultados obtidos por cada profissional, falta de incentivos e compensações para acréscimos de produtividade associada à qualidade; equipamentos mal aproveitados; serviços que não têm qualquer articulação entre si, directores e chefes que não dirigem, etc.); tudo isto determina custos acrescidos para o SNS, ineficiência de muitos serviços existentes, deficiente atendimento, e críticas dos utentes, muitas vezes silenciosas, que são aproveitadas por aqueles que querem destruir o SNS para o atacar.

De acordo com Manuel Antunes, «calcula-se que o desperdício resultante da não utilização, da utilização indevida e da utilização abusiva dos consumíveis atinge, pelo menos, 25%. É uma percentagem muito alta tendo em conta os montantes que estão em jogo.

A forma como são elaborados os orçamentos de cada hospital gera inevitavelmente o desperdício e a subutilização de meios. E isto porque 70% do orçamento é atribuído com base no histórico (no valor atribuído em anos anteriores); e apenas 30% é atribuído com base nos GDH (Grupos de Diagnóstico Homogéneo) que tem em conta a produção efectivamente realizada. Portanto, 70% do orçamento não está directamente associado à produção do hospital. Assim, se a actividade for pequena ou grande, têm sempre certos aqueles 70%. Por essa razão, as direcções hospitalares não estão muito interessadas em aumentar a produção, porque isso determinaria um aumento dos custos variáveis que dependem da actividade realizada, e consequentemente problemas financeiros, a juntar aos que já têm de enfrentar. É a cultura de manter e não aumentar a actividade do hospital porque isso não é valorizado pela tutela.

Tudo isto contribui para desacreditar o SNS aos olhos da população, facilitando os ataques da direita e dos interesses privados ao SNS, criando assim as condições para que mais facilmente possa ser levada a cabo a privatização do SNS, ou melhor, dos seus serviços e equipamentos mais rentáveis.

Para finalizar este ponto interessa referir algumas informações divulgadas recentemente pela comunicação social que mostram como os inimigos do SNS aproveitam as deficiências existentes na área da gestão para o atacar.

O próprio Ministro da Saúde para justificar a nova lei de gestão hospitalar que o governo PSD/PP pretende impor afirmou o seguinte: «Nos hospitais públicos, cada cirurgião faz, em média, uma cirurgia geral apenas de 3 em 3 dias úteis. A utilização dos blocos operatórios é também preocupante, pois em cada sala são feitas apenas entre 2,3 a 2,5 operações por dia útil. O número de pequenas e médias cirurgias é apenas de 0,4 por cirurgião e por dia útil. A nível de cirurgia geral, a mais frequente, cada cirurgião faz entre 0,2 e 0,6 operações por dia útil. Em alguns hospitais atingem-se tempos de espera (em listas de espera) inaceitáveis de 7 anos. Isto apesar de em apenas dois anos os 40 maiores hospitais do país (com orçamentos superiores a 5 milhões de contos) terem aumentado a

sua despesa em 25%, ou seja, em mais 108 milhões de contos».

Dívidas elevadas a pagar e a receber

Normalmente fala-se das elevadas dívidas do SNS a privados, mas não se fala dos elevados montantes em dívida ao SNS.

Entre 1998 e 1999, últimos anos em foram tornados públicos dados sobre a dívida, as dívidas ao SNS aumentaram de 67,4 milhões para 97,4 milhões de contos, portanto cresceram num único ano 44,5%. Só as dívidas das companhias de seguros ao SNS atingiram, em 1999, 14,2 milhões de contos.

Em 1999, as dívidas do SNS a privados somava 295,8 milhões de contos, sendo 178,4 milhões de subcontratos com privados (os interesses instalados no SNS que tratamos num ponto anterior).

Em resumo, os dados revelam, por um lado, elevadas dívidas do SNS, mas, por outro lado, elevados montantes por cobrar, de que se aproveitam até as empresas seguradoras. É mais um indicador da deficiente gestão, para não falar mesmo, da má gestão dos hospitais.

Crescimento rápido dos gastos com medicamentos

As vendas de medicamentos em Portugal atingiram no ano 2000 cerca de 485 milhões de contos, e estão a aumentar cerca de 40 milhões de contos por ano. No ano 2002 estima-se que atinjam os 550 milhões de contos.

Por outro lado, e de acordo com dados publicados no jornal «Público» de 14 de Setembro de 2002, os gastos do SNS com medicamentos só no chamado «ambulatório» têm tido a seguinte evolução: 1996 - 139,8 milhões de contos; 1997 - 156 milhões de contos; 1998 - 170 milhões de contos; 1999 - 189,2 milhões de contos; 2000 - 208,2 milhões de contos; 2001 - 216,5 milhões de contos.

Daqueles 208,2 milhões de contos gastos pelo SNS em 2000, por exemplo, 133 milhões foram medicamentos receitados através dos Centros de Saúde, 38,2 milhões de contos por médicos privados, e 27,7 milhões de contos pelos Hospitais.

Assim, o gasto médio por português com medicamentos foi de 48,5 contos em 2000, sendo 20,8 contos pagos pelo SNS, e 27,7 contos directamente por cada português. Em 2002, o gasto médio em medicamentos por cada português deverá rondar os 55 contos, sendo 23,6 contos pagos pelo SNS e 31,4 contos por cada português.

É evidente que os custos actuais com medicamentos representam uma pesada factura tanto para o SNS (estima-se que a despesa com medicamentos atinja em 2002 cerca de 226 milhões de contos) como a paga directamente por cada português (324 milhões em 2002) e está a crescer a um ritmo elevado (entre 1999 e 2002, estima-se que tenha aumentado 65 milhões de contos).

De acordo com o presidente da API-FARMA, que é entidade oficial que controla a venda de medicamentos em Portugal, «o preço do medicamento é estipulado pela Direcção-Geral do Comércio e Concorrência, correspondendo 68,5% à margem da indústria farmacêutica, sendo 31,5% para a distribuição» (Fórum Empresarial, 28.01.2002). Destes 31,5%,



Entre esses problemas, e para além dos que já foram referidos na anterior edição do *Avante!*, destacam-se os que a seguir se apresentam e se analisam embora muito resumidamente.

Um sistema ainda dominado por grandes interesses privados e corporativos

Uma das despesas mais elevadas suportadas pelo SNS é os pagamentos referentes às rubricas «meios complementares de diagnóstico», «meios complementares terapêuticos» e «produtos vendidos pelas farmácias».

Os elevados custos suportados pelo SNS naquelas rubricas resultam fundamentalmente de pagamentos feitos a consultórios, laboratórios e empresas privadas de saúde, a que estão ligados, de uma forma directa ou indirecta muitos profissionais que trabalham também no SNS, o que determina uma certa promiscuidade e o descrédito aos olhos da população, uma subutilização dos meios existentes no SNS para assim existirem clientes disponíveis para os serviços de saúde privados, provocando tudo isto elevados custos e desperdícios ao SNS, com consequências extremamente graves para a população, de que serve de exemplo o

manifestam a quaisquer medidas que visam melhorar o funcionamento do SNS, mas também evidenciam a urgências dessas medidas para melhorar o funcionamento do SNS e torná-lo ainda mais credível aos olhos das populações.

Uma gestão ainda não orientada por critérios de qualidade, eficiência e eficácia

Um dos mais graves problemas que enfrenta o SNS, que importa rapidamente resolver, é a ausência de uma gestão orientada por critérios de eficiência e eficácia, que seja efectivamente responsável e transparente, com objectivos claros e com controlo real dos desvios verificados.

É isto porque este tipo de gestão existente gera o desperdício e a subutilização dos recursos existentes no SNS, de que os utentes se apercebem todos os dias (médicos que chegam tarde e não cumprem horários, e outros que cumprindo não são aproveitados plenamente por falta de equipamentos ou instalações; serviços e blocos operatórios subutilizados por falta de profissionais ou por deficiente articulação entre eles; listas de espera que não param de crescer, mas hospitais com excesso de médicos;

Quadro 1

RUBRICAS	Milhões de contos	
	1998	1999
Meios complementares de diagnóstico	50,9	57,4
Meios complementares terapêuticos	25,0	31,4
Produtos vendidos pelas farmácias	170,2	189,6
TOTAL	246,1	278,4



20% vão para as farmácias. Tomando como base o valor estimado das vendas para 2002 - cerca de 550 milhões de contos - a repartição seria a seguinte: Indústria farmacêutica, 376 milhões de contos; armazenistas, 63,2 milhões de contos; farmácias, 110 milhões de contos. Um rico negócio para todos.

O crónico subfinanciamento do Sistema Nacional de Saúde

É evidente que uma gestão como a que se caracterizou de uma forma concreta até aqui, em que os critérios de eficiência e de eficácia estão ausentes, em que a falta de rigor, de responsabilidade, de controlo não dominam, também contribui para o défice financeiro permanente em que vive o Serviço Nacional de Saúde. Repetimos que estamos a falar da gestão e não da competência técnica dos profissionais de saúde nas suas especialidades, competência essa que não estamos a avaliar até porque não temos competência para isso, mas sim da gestão propriamente dita dos hospitais que não tem nada a ver com a competência no campo da prestação de cuidados de saúde.

É evidente que uma gestão com estas características não explica nem é a causa única do subfinanciamento do SNS, já que são visíveis muitas carências a nível do SNS. Mas é preciso assumir com toda a clareza que a gestão existente, cuja maior responsabilidade cabe aos sucessivos governos já que pactuaram ou mesmo a promoveram, contribui também para aquele subfinanciamento, e facilita os ataques da direita, já que contribui também para o descrédito aos olhos da população.

Em resumo, o Serviço Nacional de Saúde parece enfrentar um importante problema de gestão que é urgente resolver. Isto até porque tem-se verificado quase todos os anos um défice avaliado em 100 milhões de contos por ano (106,2 em 1998, e 103,1 milhões de contos em 1999), e normalmente as verbas inicialmente atribuídas todos os anos pelo Orçamento do Estado ao SNS acabam por ser reforçadas.

IV - Quem é o actual ministro da Saúde?

Tal como sucedeu em relação à Segurança Social que, para compreender mais facilmente quais eram os verdadeiros objectivos da política do actual Governo e dos interesses que defendia, foi necessário conhecer para quem trabalhava e que interesses naturalmente defendia o ministro Bagão Félix antes de entrar para o Governo, também em relação à saúde é igualmente importante, para perceber o que está a suceder e quais são os verdadeiros objectivos dos ataques que o Serviço Nacional de Saúde está a sofrer por parte do Governo PSD/PP, conhecer para quem trabalhava e que interesses naturalmente defendia o ministro Luís Filipe Pereira antes de entrar para o governo.

Conforme se pode ler no «site» do grupo José de Mello (ver www.josedemello.pt/gjm_seach_00.asp), o ministro Luís Filipe Pereira foi até Março de 2002 o presidente da comissão executiva do conselho de administração da empresa ADP- Adubos de Portugal que pertence ao grupo José de Mello. Esta empresa controla 70% do mercado português de adubos. Portanto, Luís Filipe Pereira era um quadro de confiança e naturalmente muito bem pago pelo grupo Mellos, e nem tinha experiência dos problemas de saúde.

Por outro lado, e de acordo também com dados que estão disponíveis na Internet - <http://www.josedemello.pt/> - a holding deste grupo na área da saúde que se chama «José de Mello Saúde», já controla as seguintes unidades de saúde: (1) Sociedade Gestora Hospital Amadora-Sintra; (2) Hospital CUF; (3) Hospital CUF Descobertas; (4) Clínica Santa Maria de Belém; (5) SAGIES (uma empresa especializada na promoção, concepção, implementação e gestão de projectos de unidades de saúde); (6) Companhia das Águas Medicinais de Felgueira.

E a sua estratégia para o futuro é alargar ainda mais os seus negócios em áreas novas como a saúde. É isso o que precisamente o que se pode ler na página WEB do grupo disponível na Internet:

«UM NOVO CICLO EMPRESARIAL: Mais de 100 anos depois da sua fundação, o Grupo José de Mello entra num novo ciclo empresarial, em que para além da consolidação dos negócios actuais, através do reforço da competitividade comercial das empresas e da concretização de parcerias estratégicas e da alienação de activos não estratégicos, irá potenciar negócios de futuro, aproveitando novas oportunidades proporcionadas por novas necessidades de mercado. Sectores como a saúde, a terceira idade, o ambiente, as infra-estruturas rodoviárias, bem como as novas tecnologias, serão domínios que vão marcar um novo ciclo empresarial. É esta diversificação que faz do Grupo José de Mello um projecto único no nosso país. Mas Alfredo da Silva certamente diria... estamos apenas no princípio.»

E vamos ver como é que o ex-presidente da comissão executiva de uma importante empresa do grupo Mellos, e actual ministro da Saúde, procura criar as condições adequadas para potenciar o êxito de estratégias deste tipo à custa de dinheiros e bens públicos.

V - Como tem crescido o sector privado da saúde em Portugal e quais são os objectivos do ministro que veio do grupo José de Mello?

O sector privado da saúde, que tem como objectivo fundamental o lucro, tem crescido bastante nos últimos anos. Alguns dados que comprovam a afirmação anterior e dão uma ideia do ritmo de crescimento.

Entre 1995 e 1999, o número de hospitais oficiais aumentou de 119 para 123 (mais 3,4%), enquanto o número de hospitais privados cresceu de 81 para 92 (mais 13,6%). Entre 1990 e 1998, o número de médicos nos hospitais oficiais aumentou 13,5% (passou de 13.837 para 15.704), enquanto nos privados cresceu 70,9% (passou de 1.891 para 3.231). Entre 1990 e 1998, o número de camas nos hospitais oficiais diminuiu (passou de 35.245 para 34.116), enquanto o número de camas nos hospitais privado aumentou (passou de 8.928 para 8.983).

Por outro lado, entre 1990 e 1998, o número de grandes cirurgias cresceram 25,2% nos hospitais oficiais (passou de 280.376 para 351.018), enquanto nos hospitais privados o aumento foi de 43,9% (passou de 69.442 para 99.940); o número de pequenas cirurgias diminuiu 1,5% nos hospitais oficiais (passou de 147.666 para 145.392), enquanto nos hospitais privados cresceu 30,2% (passou de 30.322 para 39.471).

Se se analisar a evolução dos actos de diagnósticos nos hospitais, o crescimento é muito mais rápido nos hospitais privados do que nos hospitais oficiais, embora a sua importância em percentagem do total ainda não seja muito grande. Por exemplo, entre 1990 e 1998, o número de exames radiológicos aumentou 27,4% nos hospitais oficiais (passou de 3.539.250 para 4.424.501) e 59,8% nos privados (passou de 423.916 para 676.663); o número de exames radiológicos computadorizados cresceu 136,8% nos hospitais oficiais (passou de 111.252 para 263.391), enquanto nos hospitais privados aumentou 369,8% (passou de 15.720 para 73.852); etc., etc.

Em resumo, o sector de privado de saúde em Portugal tem crescido de uma forma contínua e rápida, mas continua a

ter uma importância reduzida. Para se poder transformar num grande negócio, ou melhor, num nova e grande área de negócio como definiu o grupo José de Mello na sua estratégia, necessita de um forte apoio do Estado ou, ainda melhor, ele só se poderá desenvolver à custa do Serviço Nacional de Saúde e com o apoio de fundos públicos. É isso precisamente o que está a procurar fazer o ministro Luís Filipe Pereira, antigo quadro superior do grupo Mello.

Efectivamente como se mostrará seguidamente ele está a procurar atingir esses objectivos nomeadamente com as seguintes medidas: (1) Alterar o Estatuto dos profissionais do SNS e mudar o sistema de financiamento dos hospitais públicos (em discussão pública); (2) Uma nova Lei de Gestão Hospitalar (em discussão pública); (3) Uma lei de parceria Público-Privado (Decreto-Lei n.º 185/2002, já publicado em 20 de Agosto de 2002, portanto em pleno período de férias).

VI - Quais são as alterações que o actual ministro da Saúde pretende introduzir na Lei de Bases da Saúde (lei 48/90)?

O ministro Luís Pereira apresentou uma Proposta de Lei 15/IX que visa alterar dois pontos fundamentais da Lei 49/90 de 24 de Agosto de 1990, a Lei de Bases da Saúde.

E esses pontos são os seguintes: (1) Estatuto dos profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde; (2) Financiamento. E vejamos em que sentido pretende fazer essas alterações.

Assim, em relação ao primeiro ponto - Estatuto dos profissionais de saúde - ele pretende alterar a Base XXXI da Lei de forma que para futuro se aplique aos profissionais de saúde que trabalham no SNS a Lei do Contrato Individual de Trabalho, independentemente da natureza jurídica das instituições; portanto, o objectivo é acabar com a protecção dada por aquele Estatuto e permitir a multiplicação de desigualdades contratuais baseadas em contratos negociados individualmente entre a entidade empregadora e cada profissional de saúde.

Em relação ao segundo ponto - financiamento - o Governo pretende alterar a Base XXXIII, alínea h) da Lei, de forma que o financiamento do SNS passe a ser feito também com base no «pagamento dos actos e actividades efectivamente realizados através de uma classificação de actos médicos, técnicas e serviços de saúde, a consagrar numa tabela de preços de referência» (os actos de enfermagem não foram considerados). É evidente que este forma de financiamento é fortemente benéfica para as entidades privadas ou para as entidades públicas geridas por entidades privadas, já que, por um lado, garante aos privados o acesso ao mercado da saúde financiado pelo orçamento do Estado, e, por outro lado, cria uma concorrência desleal entre o sector público e privado, em claro benefício deste último, já que o privado não se preocupa com a qualidade, por isso tem custos menos elevados, e o público, tendo feito investimentos em equipamentos de valor extremamente elevado, tem custos mais altos. Relativamente à segunda alteração - financiamento do serviço público de saúde com base em preços de mercado - o que se visa é submeter o sistema público de saúde à lógica do mercado, com claro prejuízo da qualidade do serviço.

• André Levy

Projecto para um Novo Século Americano

«**O**s grandes conflitos do século XX entre liberdade e totalitarismo terminaram com uma vitória decisiva das forças da liberdade, e um único modelo sustentável para o sucesso nacional: liberdade, democracia e livre empreendimento.» Eis a abertura da Estratégia de Segurança Nacional (ESN) (1), lançada a 18 de Setembro, que formula os objectivos prioritários da Administração Bush para os sectores de Defesa Nacional e Relações Internacionais.

Segundo o documento, o novo contexto mundial oferece uma oportunidade única para a extensão deste modelo e os EUA, gozando de uma posição de domínio militar, económico e político, prometem usar a sua influência para criar estabilidade e promover a paz e liberdade.

Esta visão florida confronta um importante obstáculo, distinto dos conflitos do passado entre nações poderosas. A nova ameaça provém de redes obscuras de terrorismo de alcance mundial, um entrecruzado de radicalismo e tecnologia que cria grandes desafios à segurança de nações abertas e democráticas. A «Guerra contra o Terrorismo» tinge todo o documento. A rota para a paz global passa por um combate travado em várias frentes (militar, diplomática, financeira), em várias partes do mundo, e durante um período indefinido mas previsivelmente extenso. E contra um inimigo difuso, contrário às forças da civilização e disposto a sacrificar a vida dos seus seguidores em ataques contra inocentes, serão precisas novas estratégias. As práticas de détente, dissuasão e contenção, que prevaleceram durante a Guerra Fria, terão de ser complementadas por acções preventivas, quando os riscos forem potencialmente catastróficos. Os EUA farão tudo para recrutar o apoio da comunidade internacional nestes esforços, mas não hesitarão em agir sozinhos em defesa dos seus cidadãos e interesses.

Eis a lógica mais evidente do documento, apresentada aqui (o mais possível) como tem vindo a ser descrita pelo presidente Bush e membros do seu gabinete: uma nação poderosa, mas vulnerável, promete fazer tudo para defender os valores comuns da civilização contra a ameaça do terrorismo. Mas uma leitura atenta do documento e dos discursos e sobretudo um traçar da história das ideias nele presentes (2) revela de forma muito explícita um objectivo menos benevolente: a expansão da esfera de influência dos EUA e a garantia de um domínio mundial compreensível, inconteste e exclusivo.

O disfarce

A nova realidade da ameaça terrorista é apenas um oportuno disfarce na moda, para cobrir as ambições da direita republicana que datam da administração do Bush Senior. No início dos anos 90, o declínio de influência da URSS criou um vácuo de ameaça. Legisladores e público exigiam cortes orçamentais no sector de defesa para aliviar a dívida interna acumulada durante a era Reagan. Em resposta ao novo contexto, a administração reformulou o Guia de Planeamento da Defesa (GPD) (3), documento interno de orientação do Pentágono. Entre os ideólogos do GPD, encontrava-se Dick Cheney (então secretário de Defesa), o general Colin Powell (presidente da Junta de Chefes de Estado) e Paul Wolfowitz (subsecretário de Estado de Defesa). (4)

O GPD passou por várias versões, mas as teses principais persistiram as mesmas. O EUA têm de garantir uma posição de domínio total mantida através de «liderança positiva» e poderio militar insuperável; prevenir activamente a ascensão de novos rivais, inclusivamente através do uso de ataques militares preventivos; alianças *ad hoc* com outros países serão formadas quando conveniente, mas será reservada sempre a opção de acção unilateral.

O desafio então era justificar a continuação de investimento massivo na defesa, na ausência de um rival ou ameaça evidente. Powell, sabendo que os cortes orçamentais seriam inevitáveis, defendeu uma redução gradual das forças militares acompanhada de uma reestruturação que permitisse a manutenção de forças avançadas capazes de intervenção num mínimo de duas frentes. Em resposta à ausência de um perigo evidente, a despesa militar justificava-se face à necessidade de manter uma capacidade de resposta a ameaças inesperadas. A invasão do Kuwait por Saddam Hussein ofereceu uma ilustração dessa necessidade.

O conteúdo e tom chauvinista do documento, passado à imprensa em 1992, suscitou rapidamente fortes críticas por parte de membros de ambos os partidos. Cheney distanciou-se publicamente, mas Powell declarou não ver nenhum problema no facto de os EUA reinarem como potência militar dominante; tal apenas ameaçaria inimigos da democracia e liberdade; os amigos e aliados vêm nos EUA um poder que merece confiança e que não abusará da sua posição de domínio.

Sem papas na língua

Durante a presidência Clinton, a política externa assumiu pelo menos uma aparência mais doce. Mas os ideólogos do Domínio de Espectro Total não dormiam. Pressionavam Clinton a assumir uma postura mais determinada contra o Iraque, enquanto criticavam a intervenção dita humanista no Haiti por não servir os interesses imediatos dos EUA. No ano 2000, no Projecto para um Novo Século Americano, um grupo de 27 peritos, incluindo Wolfowitz e outros cinco personagens agora no governo, publicaram um relatório intitulado «Reconstruindo as Defesas Americanas» (5). Sem papas na língua, por os seus autores não estarem então no poder, o relatório traça a política de defesa que tem vindo a ser adoptada por Bush Jr. Aponta para a necessidade de os EUA assumirem «deveres policiais» para preservar a Pax Americana, o que implicará um aumento da despesa na

defesa e uma expansão da presença militar pelo globo, especificamente com bases permanentes no Médio Oriente, Sudeste Europeu, América Latina e Sudeste Asiático (6). O Iraque, Irão e Coreia do Norte vêm já apontados como alvos prioritários, muito antes de serem identificados como o «Eixo do Mal».

Passado o interregno da era Clinton, as águias regressaram ao poder e viram nos eventos do 11 de Setembro a oportunidade de instaurar velhas ambições. O «terrorismo» é sob esta perspectiva o inimigo ideal. Descentralizado, explica a intervenção em qualquer e toda a parte do mundo. Clandestino e sub-reptício quando inactivo, a sua derrota será sempre incerta, constituindo uma ameaça permanente. Ameaçando inocentes, é alvo fácil de propaganda e gerador de sentimentos públicos favoráveis a respostas urgentes e agressivas. As mesmas ideias rejeitadas durante a presidência de Bush Sr., na ausência de uma ameaça clara, são agora reapresentadas e abraçadas na ESN sob o embrulho mais digerível da ameaça terrorista. Mesmo ideias tão extremas como ataques preventivos, inclusivamente com armas nucleares capazes de penetrar abrigos subterrâneos. Para garantir segurança, o domínio terá que estender-se a todos os níveis. Segundo Donald Rumsfeld, actual secretário da Defesa, os EUA precisam de desenvolver capacidade militar nas áreas de ciberespaço, electrónica, e espacial, incluindo o desenvolvimento do sistema de defesa mísseis, ou «Guerra das Estrelas» (7).

Imperialismo

Algumas críticas têm sido dirigidas à tática de intervenção preventiva, que longe de ser excepcional recebe já proeminência face ao Iraque. A conselheira do presidente para a Segurança Nacional, Condeleeza Rice, argumentou existir precedente para o «direito de autodefesa anticipatório» usando como exemplo a Crise de Mísseis em Cuba de 1962 (8). A analogia com a presente situação deixa muito a desejar, mas sobretudo porque não foram ainda apresentadas evidências de ameaça ao território dos EUA. Mesmo os peritos que testemunham que o Iraque reconstruiu o seu potencial para construir armas nucleares, químicas e biológicas, concordam que o Iraque possui apenas um número reduzido de mísseis capazes de empregar estes agentes e apenas na sua vizinhança. O uso desta tática com base em alegações questionáveis, face a uma oposição internacional e à hesitação no Congresso não

promete um uso reservado no futuro. Ariel Sharon já vem interpretando esta política como legitimação dos seus «assassinatos estratégicos» e assaltos militares nos territórios ocupados. E vozes na Rússia vêm luz verde para uma incursão na Geórgia, num combate aos nacionalistas tchetchenos.

A tática de acção preventiva merece certamente a nossa atenção e crítica, mas há que não perder de perspectiva que esta é apenas mais um instrumento no arsenal para assegurar um domínio total dos continentes, oceanos e espaço. O EUA têm capacidade para investir mais em armas e forças militares do que qualquer outra nação. A proposta orçamental em defesa para o próximo ano é de 379 mil milhões de dólares. Já este ano o aumento do orçamento da Defesa foi superior ao orçamento total da qualquer outra nação do mundo.

«A segurança nacional será baseada num internacionalismo distintamente americano» (ESN, p. 1). O que é distinto? «A melhor defesa, e em algumas circunstâncias a única, é o ataque.» Estas não são palavras de um treinador de futebol, mas de Rumsfeld (9). Multilateral não implica a construção de um consenso, mas a associação de nações-clientes em torno de um plano decidido pela a nação-padrão, plano que será levado a cabo independentemente do apoio que receba de outras nações. Quando «internacionalismo» envolve atacar países e mudar os seus regimes ostensivamente em autodefesa mas com uma agenda de domínio geoestratégico; ou enviar tropas para a Colômbia para treinar paramilitares a matarem sindicalistas e defenderem oleodutos; e querer poder influenciar ou dominar todos os recantos da existência humana, então esse «internacionalismo» merece o nome de imperialismo.

(1) The National Security Strategy of the USA. <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>

(2) Para um detalhado historial da recente ideologia do domínio, ver o artigo de David Armstrong, na Harper's Magazine de Outubro deste ano.

(3) Defense Planning Guidance.

(4) Todos são membros do actual gabinete, onde ocupam, respectivamente, o lugares de vice-presidente, secretário de Estado e adjunto do secretário de Defesa.

(5) Rebuilding America's Defenses. Leia-se artigo de Jay Bookman, no Atlanta Journal-Constitution. <http://www.accessatlanta.com/ajc/opinion/0902/29bokman.html>

(6) Os EUA têm já forças militares ou acesso a bases em cerca de 130 nações, incluindo Portugal.

(7) Transforming the Military, D.H. Rumsfeld, Foreign Affairs May-Jun 2002.

(8) National Security Advisor. Leia-se o seu discurso de 1 de Outubro, na Manhattan Institute. <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/10/print/20021001-6.html>



Desporto

Luís Carlos

O impedimento da lista encabeçada por Artur Jorge de concorrer às eleições da FPF é um facto grave que reflecte não só a índole dos actuais dirigentes e o sistema antidemocrático sob qual assentam as instituições do futebol português como também a conivência das autoridades políticas. O futebol, como cada vez se percebe melhor, não é mais do que o espelho da sociedade da qual faz parte, regendo-se pelas regras que os poderes dessa sociedade determinam. Isto é verdade hoje, tal como o foi há 28 anos, quando o espírito do 25 de Abril influenciou os homens do futebol de então. Não foi por acaso que o actual presidente da Liga e dirigente do PSD, Valentim Loureiro, se referiu mais ou menos nestes termos na primeira declaração sobre a candidatura alternativa: «Artur Jorge foi um bom trei-

Dirigentes têm medo da democracia (2)

nador, mas não tem experiência de dirigente. Aliás, a única vez que teve alguma participação nesta área foi há muitos anos, no Sindicato dos Jogadores de Futebol, e com uma actuação marcadamente de esquerda!» A «actuação de esquerda», da qual Valentim Loureiro foge como o *diabo da cruz*, foi o pretexto usado para classificar negativamente a dita pouca experiência de Artur Jorge. Vale a pena relembrar um dos factos mais marcantes dessa «actuação de esquerda» de Artur Jorge à qual o presidente do Liga se referiu.

O 25 de Abril não foi uma revolução que se fez apenas num dia do ano de 1974, foi um processo que durou muito tempo (se calhar ainda dura) e que teve avanços e recuos. 28 de Setembro de 1974 é uma data que faz parte desse longo processo e à qual a «actuação de esquerda» de Artur Jorge ficou ligada. Relembro, resumidamente, que este dia ficou famoso por ter sido convocada para Lisboa uma manifestação das forças de Direita de apoio ao então Chefe de

Estado, António de Spínola, que pretendia trazer para a rua as massas populares, por ele apelidadas de «minoría silenciosa», para legitimar o seu desejo de afastar a esquerda do poder, invertendo o rumo do revolução iniciada em Abril. Pretendiam os contra-revolucionários trazer para Lisboa, vindos maioritariamente do Norte do País, a esmagadora maioria dos manifestantes e, para esse fim, tentaram mobilizar os mais variados meios de transporte, oferecendo viagens gratuitas (os pormenores desta acção, que foi um estrondoso fracasso para a Direita, podem ser conhecidos no notável livro de Álvaro Cunhal, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*, das edições Avante!).

Futebolistas com a revolução

Pois bem, tal como a generalidade dos defensores dos valores de Abril, o Sindicato dos Jogadores de Futebol, que havia sido recentemente criado, posicionou-se claramente contra esta iniciativa.

Estando marcado para este dia 25 de Novembro de 1974 uma importante partida do Campeonato Nacional — um Sporting-Vitória de Guimarães —, pensaram os apoiantes de Spínola que seria fácil trazer a Lisboa uns bons milhares de pessoas, com o pretexto de assistirem ao desafio. Recordo que os populares se haviam organizado ao longo das

vias de acesso à capital para impedir a passagem de possíveis grupos contra-revolucionários e que, por isso, o futebol era um importante motivo para ludibriar essa vigilância. Em vez dos três ou quatro autocarros de apoiantes que o clube minhoto habitualmente trazia a Lisboa, que poderiam chegar a sete ou oito, dada a boa campanha que o Vitória vinha fazendo naquele campeonato (dados publicados na Imprensa da época, que cita o dirigente do V. Guimarães, Adérito Borges), aguardavam-se 51(!) camionetas para aquele jogo, o que revelava claramente as intenções de quem alegadamente vinha neles. Porém, apenas um chegou a Lisboa e foi o dos jogadores. Os restantes não saíram por falta dos motoristas, que se haviam recusado a fazer o transporte, solidarizando-se com os defensores do 25 de Abril. Mas o que hoje nos parece insólito não é a resposta pronta dos trabalhadores rodoviários, é a atitude dos próprios futebolistas e do treinador do Vitória de Guimarães: o Sindicato Nacional dos Jogadores Profissionais de Futebol, do qual Artur Jorge havia sido fundador e fazia parte, emitia um comunicado no qual se mostrava preocupado com o aproveitamento que estava a ser feito da realização dessa partida, bem como de um Belenenses-FC Porto, marcado para o dia seguinte (29 de Setembro), e propunha o adiamento de ambas, por ser o que «considera interpretar mais os interesses dos profissionais de futebol, dos espectadores e do povo português». O comunicado terminava com uma mensagem inequívoca: «Neutralizemos as manobras da reacção. Unidos venceremos». Mário Wilson, treinador da equipa visitante, que já se encontrava em Lisboa, declarou na noite da véspera: «Não pode aceitar-se uma tal manobra, cuja desonestidade é inqualificável. Se a Democracia está em causa, é evidente que se justifica por inteiro o adiamento do jogo. Trata-se de um valor perante o qual um desafio de futebol nada significa.» Não admira, por isso, que Valentim Loureiro e Gilberto Madal tivessem tido medo de Artur Jorge, ainda que a realidade do pós-25 de Abril de 1974 já esteja bem longe da actual. Ah, o jogo acabou por se fazer, uma vez que a manifestação não chegou a realizar-se. O Vitória de Guimarães venceu.



Cartoon

Monginho

6 MESES DE GOVERNO... PSD-CDS/PP !!!



Pontos Cardeais

Faltas

A proposta de lei do Código do Trabalho, que será apresentada à Assembleia da República, traz mais uma novidade anunciada, seraficamente, pelo ministro Bagão Félix: prevê a possibilidade de um novo tipo de faltas justificadas aos trabalhadores, tendo como objectivo o acompanhamento escolar dos filhos. Segundo as palavras do próprio ministro Bagão Félix, a proposta de lei irá considerar «justificada e paga uma falta dada para a ida dos pais, uma vez por trimestre, à escola».

Muito interessante, este desvelo ministerial (e do Governo, pois claro!) pelo acompanhamento da vida dos estudantes pelos pais. Para contrabalançar, o mesmo ministro e o mesmo Governo propõem-se, igualmente, cortar nos abonos de família vigentes e que já são, como se sabe, uma grande miséria...

Maçãs

A fraude cavalga, impunemente, pelo país e parece já não haver fronteiras ou limites para o seu exercício. Para nosso espanto, viu-se na televisão um armazenista distribuidor de fruta a aliciar calmamente o repórter (disfarçado de comprador retalhista) a levar as maçãs que ele tinha em armazém, provenientes de França mas a que o referido armazenista aplicava o selo de origem portuguesa, sendo comercializadas como nacionais, portanto de melhor qualidade («o que é nacional é bom»), lembram-se do slogan?) e portanto ainda... mais caras para o consumidor e mais lucrativas para o referido armazenista...

Vitórias

Como se viu no passado domingo, o candidato Lula da Silva ficou à beira de ganhar as eleições presidenciais logo à primeira volta, reunindo, sozinho, tantos votos como todos os outros candidatos juntos e conquistando mais do dobro que o candidato que ficou em segundo lugar, José Serra, e que irá com ele disputar a segunda volta dentro de cerca de três semanas.

Um resultado assim, tão esmagadoramente conclusivo, só veio confirmar todas as previsões e é, no mínimo, inquestionável sobre a vontade maioritária do povo brasileiro.

Todavia, e apesar desta evidência, um grupo de senadores norte-americanos teve ainda o atrevimento de escrever ao presidente dos EUA, George W. Bush, «alertando-o» para o «perigo» da eleição de Lula, considerando que tal facto poderia levar o Brasil a ser uma espécie de exemplar sul-americano do «eixo do mal»...

Isto dirigido a um presidente como George W. Bush, eleito na base de uma

trafulhice eleitoral que chegou ao cúmulo de o escolher, apesar dele ter tido menos votos que o seu rival do partido democrata...

Ao que consta — e apesar da cegueira belicista que enforma o pensamento e os actos da actual administração norte-americana — o Governo de George W. Bush já respondeu (decerto a contragosto) que «trabalhará» com qualquer vencedor das eleições brasileiras.

Que remédio, né?

Perigo

Já que estamos a falar da administração norte-americana, está a ficar claro que a actual administração dos EUA quer à viva força atacar o Iraque, independentemente deste ter ou não ter armamento de destruição maciça, esforçando-se actualmente para obter a aprovação do Congresso norte-americano para o início da ofensiva militar, de modo agora a impedir os próprios inspetores da ONU a irem ao Iraque em missão de fiscalização.

É um real perigo para a Humanidade esta administração encabeçada por George W. Bush.

Omeletas sem ovos

O ministro português da Cultura, Pedro Roseta, e a sua homóloga espanhola, ao abrir, em Barcelona, a XX edição da Feira Internacional, no dia 1 de Outubro (por coincidência de calendário o Dia Internacional da Música), agradeceu à organização do certame o facto de Portugal ter sido eleito país convidado.

A justificar a sua afirmação, estavam expostos no pavilhão português, visitado por milhares de pessoas, durante os quatro dias que durou o evento, mais de seiscentos títulos de autores portugueses, alguns traduzidos em catalão, de poetas tão conhecidos na literatura nacional e internacional como Pedro Tâmen, Graça Moura, Miguel Torga, Eugénio de Andrade ou os escritores Alice Vieira e António Torrado.

Os escritores, editores e agentes literários foram verdadeiros mediadores, apoiados pelo Ministério da Cultura que despendeu para o acontecimento menos de 250 mil euros, segundo o Comissário Fernando Pinto Amaral.

Inês Pedrosa foi a «estrela» dos diários catalães e espanhóis, por razões que ela própria justificou por ter sido traduzida em catalão a sua última obra.

A «Liber 2002», que terminou a 5 de Outubro (por coincidência de calendário - aí as coincidências -, dia do nonagésimo segundo aniversário da implantação da República em Portugal), foi visitada por cerca de dez mil pessoas.

Música

Manuel Augusto Araújo

Entre os textos que enquadram este registo fonográfico há um que, como referimos, merece uma especial referência por se tratar de uma peça bem ilustrativa do clima de guerra fria e de o elogio etnocentrista da cultura ocidental.

Não é que depois da fragorosa queda do bloco socialista não tenham aparecido vários textos em outros cd's que revelam toda uma intencionalidade em tornar ainda mais negro um panorama que se não era luminoso, também não era só constituído pelas mais fundas trevas. A ideia obviamente é que daquelas bandas nada, mas rigorosamente nada, seria, pelo menos, aceitável. Lembramos de um texto, que ocupava quase uma página e que foi publicado, salvo erro, no Público, em que se referenciavam vários tesouros discográficos inéditos e que iriam ser salvos à maldição dos arquivos da Rádio Moscovo onde estavam escondidos e interditos, pela mão de uma nova etiqueta de iniciativa privada, evidentemente. Ora

Redescobrir um génio (2)

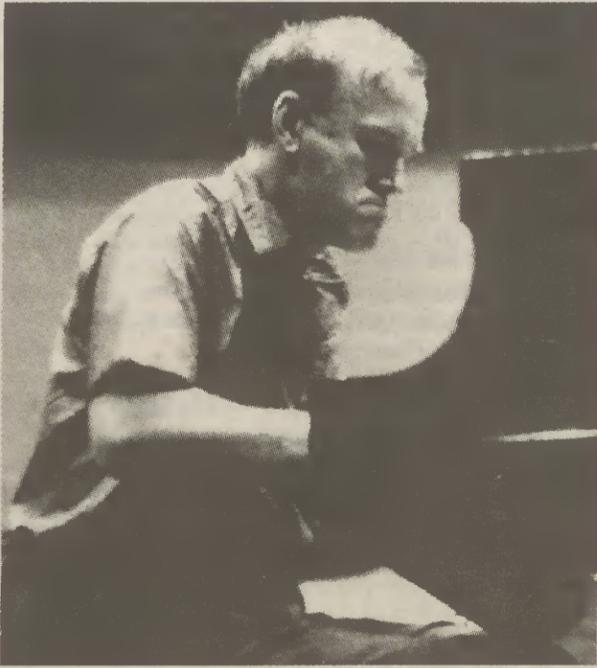
Sviatoslav Richter no Carnegie Hall em 26 Dezembro 1960

bem, a quase totalidade dos títulos referenciados existia entre os meus discos e, para que não existam dúvidas, pelos mesmos intérpretes. Tinham sido adquiridos quase todos em Portugal e as etiquetas eram soviéticas. Era obviamente um golpe publicitário, mas o jornalista que subscrevia o texto deveria obrigar-se a maior rigor noticioso. Um exagero nosso!!!

Mas voltando ao tema deste texto, depois dos concertos de Sviatoslav Richter no Carnegie Hall, Harold C. Schonberg publica no New York Times uma «Avaliação de Richter» com o subtítulo «Este artista soviético é um dos grandes pianistas do mundo, mas o Ocidente tem muito que lhe ensinar». Este subtítulo traça logo um programa do tipo lá vem mais um campónio que devemos civilizar e o conteúdo não desmerece o anunciado.

Exercício interessante

Não é possível furtar-se a elogiar a enorme estatura artística de Richter, mas vai insidiosamente desvalorizando-o: «(...) nunca se tinha assistido a um triunfo tão fenomenal. É claro que o seu sucesso se deve mais à sua personalidade do que à sua qualidade de pianista(...) Basta que Richter suba ao palco para que o público se renda. Qualquer coisa na sua aparência subjuga imediatamente os ouvintes. Esquecem-se



excêntricos (...) Mas há limites. Felizmente para nós há momentos de pura magnificência. É um homem com imaginação e quando tudo concorda, o resultado é incandescente (...) O grande problema de Richter é que o seu desenvolvimento foi parcial. Até ao ano passado só tinha tocado em países comunistas. Inevitavelmente a sua maneira de tocar é provinciana (...) etc., etc.

É evidente que a troca de ideias é sempre estimulante, mas daí a dizer que o seu modo de tocar é provinciano vai uma enorme distância, felizmente existem e estão acessíveis em várias etiquetas vários dos concertos mais memoráveis de Richter (!) antes de se deslocar aos EUA, o que desmente este Harold. Mas o mais curioso é a acusação da falta de ortodoxia que é tontamente assimilada a excentricidade. Ele não percebe que interpretar uma composição é em si um acto de recriação, e que os grandes pianistas como Richter, Schnabel, Gould ou Pollini não se limitam a tocar bem, a tocar excelentemente como muitos outros, estão no momento em que se sentam ao piano a tocar algo de novo e a expor um pensamento sobre a obra que interpretam. É isso que os distingue e que lhes dá a dimensão de criadores.

Um texto a ler para dele nos lembrarmos quando lemos outros textos.

(!) A título de exemplo refira-se um concerto em Sófia com uns, entre outros, extraordinários «Quadros de uma Exposição» de Moussorgski (Philips) ou a série de concertos em Praga (Praga).

CARLOS CARVALHAS
na acção de esclarecimento
do PCP na Autoeuropa, em Palmela
contra o Pacote Laboral
e as alterações à Lei-Quadro da Segurança Social
Terça-feira, dia 15, às 14h45

*

Domingo, 13 de Outubro
Almoço-convívio

no Centro Sociocultural de S. João
de Negrilhos em Montes Velhos,
S. João de Negrilhos – Aljustrel
promovido pela Organização de Freguesia
do PCP com a participação de
Carlos Carvalhas

5.ª Assembleia
do Sector Intelectual do Porto do PCP
Sábado, 12, às 15h, CT da Boavista

VII Assembleia
da Organização Concelhia de Alcochete
Sexta-feira, 11, 21h,
na Junta de Freguesia de Alcochete.
Participa **Virgílio Azevedo**

Assembleia da Célula
dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo
Sexta-feira, 11, às 16h, CT de Viana do Castelo.
Participa **António Lopes**

Assembleia da Organização
da Freguesia de S. João de Negrilhos
Sexta-feira, 11, 20h30,
no Centro de Trabalho local

CASTELO BRANCO
Sessão-debate promovida pelo PCP
dedicada aos comerciantes e outros
empresários

Com a presença de Agostinho Lopes, Carlos Vale,
Manuela Carvalho
Dia 11, 21h, Salão da Junta de Freguesia
de Castelo Branco

*

Jantar-convívio do PCP no Cadaval
pela "Festa da Adiafa das Vindimas"
na Adega Cooperativa, domingo, 13, às 19h30
com a participação de Odete Santos

*

Encontro-debate sobre Associativismo
promovido pela CDU/Évora e a Sociedade
Harmonia Eborense
Dia 10 às 21h na sede da Sociedade Harmonia

*

Reunião de eleitos pela CDU/Torres Vedras
Dia 11, 21h30, no Centro de Trabalho do PCP

Pela anulação da pena
de morte a Amina Lawaz
Na próxima Sexta-feira, pelas 11 e 30, uma
delegação de mulheres comunistas e
independentes desloca-se à Embaixada da
Nigéria (na Av. Gago Coutinho, 3) para aí fazer
entrega de uma Carta Aberta do PCP pedindo a
anulação da pena de morte a que foi condenada
uma cidadã daquele País, Amina Lawaz.

1.º DE MAIO 2003 EM CUBA

Viagem promovida pela Org. Cidade de Lisboa
(de 28 de Abril a 10 de Maio)

1.º PROGRAMA

Visitas a La Havana, Valle Viñales, Guama,
Aldeia Taína, Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara,
Remédios, Varadero

2.º PROGRAMA

Visitas a Santiago de Cuba, Guadalajara (Praia)

Informações: Camarada César Roussado
CT Vitória – Tel. 213307000

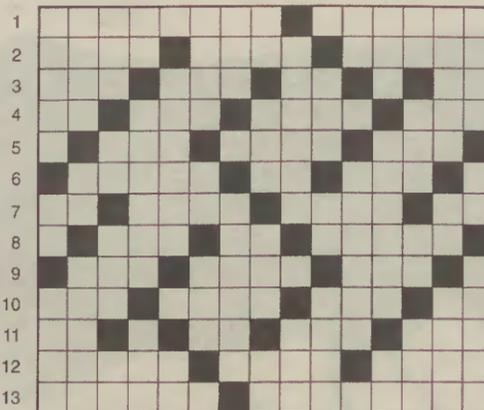
Viagem de 28 de Abril a 10 de Maio
promovida pela Comissão Concelhia de Alcochete
Inscrições: CT Alcochete – Tel. 212340344

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Bronquite aguda; fruto bacáceo, de polpa mole, doce e agradável, que provém da bananeira. 2 – Mau; acidez do estômago; homem extraordinário pelas suas qualidades guerreiras, triunfos, valor ou magnanimidade. 3 – Sétima letra do alfabeto grego correspondente ao e longo dos latinos; elementos de formação de palavras que exprime a ideia de novo; terceira nota da escala musical; contr. da prep. de com o art. def. a. 4 – Contr. da prep. de com o art. o; grande massa de água salgada; escasso; sinal radiotelegráfico internacional para pedir socorro. 5 – Prep. designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção; planta trepadeira da família das araliáceas; filtra. 6 – Nódoa produzida por contusão; caminhar; altar cristão. 7 – Deus egípcio; relva; negro; a mim. 8 – Argola; mulo; nome do sétimo planeta do sistema solar, cuja órbita decorre entre a de Saturno e a de Neptuno e que possui cinco satélites. 9 – Reduza a pé; pouco espessa; base aérea portuguesa. 10 – Certamente; praça pública, na antiga Roma; criada de quarto; contr. da prep. em com o art. def. o. 11 – Prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; graça; composição musical para duas vozes ou instrumentos; o acusado. 12 – Que goza de saúde; munir de asas; comp. de sup. de mal. 13 – Arenoso; relativo ao Irão.

VERTICAIS: 1 – Crença; batráquio; móvel, normalmente de madeira, sobre que se come, escreve, etc. 2 – Tipo de representação teatral; perversa; sugar (o leite) da mãe ou da ama. 3 – Irmã dos pais ou dos avós; apelido; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.); prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc. 4 – Amerício (s.q.); mulher de mau génio; cordel delgados. 5 – Galanteio; Ósmio (s.l.). 6 – Vassourar o forno, depois de aquecido; avenida (abrev.); grande quantidade. 7 – Ensejo; desejar. 8 – Medida itinerária chinesa; monarca; espécie de boi selvagem; sétima nota da escala musical. 9 – Corda ou cabo grosso com que se atraca o navio; oferecer. 10 – Fúria; a tua pessoa; vento branco e aprazível. 11 – Interj. que exprime admiração; ribeiro. 12 – E não; habitante ou natural da Croácia; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 13 – Atmosfera; ecoa; sódio (s.q.); espécie de albufeira. 14 – Mancha; molibdénio (s.q.); elemento gasoso, pertencente ao grupo dos gases nobres, muito raro na atmosfera e que é utilizado em lâmpadas fluorescentes, sinalização e anúncios luminosos. 15 – Suspiras; a si mesmo; mourisco.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 – Cataracta; banana. 2 – Galanteio; banana. 3 – Interj. que exprime admiração; ribeiro. 4 – E não; habitante ou natural da Croácia; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 5 – Atmosfera; ecoa; sódio (s.q.); espécie de albufeira. 6 – Mancha; molibdénio (s.q.); elemento gasoso, pertencente ao grupo dos gases nobres, muito raro na atmosfera e que é utilizado em lâmpadas fluorescentes, sinalização e anúncios luminosos. 7 – Suspiras; a si mesmo; mourisco.

VERTICAIS: 1 – Crença; batráquio; móvel, normalmente de madeira, sobre que se come, escreve, etc. 2 – Tipo de representação teatral; perversa; sugar (o leite) da mãe ou da ama. 3 – Irmã dos pais ou dos avós; apelido; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.); prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc. 4 – Amerício (s.q.); mulher de mau génio; cordel delgados. 5 – Galanteio; Ósmio (s.l.). 6 – Vassourar o forno, depois de aquecido; avenida (abrev.); grande quantidade. 7 – Ensejo; desejar. 8 – Medida itinerária chinesa; monarca; espécie de boi selvagem; sétima nota da escala musical. 9 – Corda ou cabo grosso com que se atraca o navio; oferecer. 10 – Fúria; a tua pessoa; vento branco e aprazível. 11 – Interj. que exprime admiração; ribeiro. 12 – E não; habitante ou natural da Croácia; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 13 – Atmosfera; ecoa; sódio (s.q.); espécie de albufeira. 14 – Mancha; molibdénio (s.q.); elemento gasoso, pertencente ao grupo dos gases nobres, muito raro na atmosfera e que é utilizado em lâmpadas fluorescentes, sinalização e anúncios luminosos. 15 – Suspiras; a si mesmo; mourisco.



Preparação do VII Congresso

Aveiro

- Sábado, 12, às 19h, em **Espinho** - Curso de formação ideológica sobre «Actualidade do Marxismo-Leninismo», com João Pauzinho.

- Quarta-feira, 16, em **Aveiro** (Superior) - Debate sobre «Emprego».

- Quinta-feira, 17, às 18h30, em **Aveiro** /Juv. Trabalhadora - Plenário para eleição de delegados.

Beja

- Sábado, 12, às 16h, em **Cuba**: dia 13, às 16h, em **Pias**, com Margarida Botelho; dia 16, às 19h em **Sobral d'Adiça**; dia 17 em **Serpa** - reuniões para discussão dos documentos.

- Quinta-feira, 10, em **Beja** - Debate sobre a situação internacional.

Braga

- Dia 11, em **Famalicao** - Debate sobre Sexualidade, Toxicodpendência e Alcoolismo, com Vanessa Silva.

- Dia 12, em **Guimarães** (plenário de Jovens Trabalhadores, com eleição de delegados) e em **Braga** (plenário do Secundário).

- Dia 13 em **Famalicao** - Plenário concelhio.

- Dia 16 em **Braga** - Plenário do Superior para discussão do Projecto de Documento.

Bragança

Dia 11 - Debate do Secundário sobre «Políticas Educativas». Dia 12 - Plenário para discussão dos documentos.

Castelo Branco

- Dia 12 - Encontro Regional

- Dia 13, na **Covilhã** - Reunião do Secundário

Coimbra

- Debates: dia 11 sobre «Educação Sexual e IVG», dia 12 sobre «Comunicação Social», com José Casanova, dia 16 sobre «Situação Internacional» com Miguel Urbano Rodrigues.

Évora

- Dia 12, em **Portel** (às 17h30) e em **Montemor**.

Faro

- Dia 10, 21h - Debate do Superior de Faro sobre «Políticas de Juventude», com Jorge Martins.

Dia 12 - Curso de formação ideológica, com Pedro Silva.

Leiria

- **Marinha Grande** - Sexta-feira, 11, às 18h, plenário da organização da JCP e eleição de delegados, com Joel Vasconcelos; dia 12, jantar-convívio do Secundário.

- **Caldas da Rainha** - Debate do Secundário: «A ofensiva do imperialismo», com Inês Zuber

Lisboa

- Hoje, 10, às 20h30, na **Amadora** - Debate: «As novas gerações de trabalhadores», com Paulo Raimundo; em **Lisboa**, plenário do Superior.

- Dia 12 - Reunião em **Lisboa** da Comissão Regional; debate em **Oeiras** sobre a situação internacional; convívio; reunião em **Carnaxide** com Margarida Botelho; debate em **Cascais** sobre o Pacote Laboral - às 15h. Jantar-convívio também em Cascais.

- Dia 13, 15h, CT **Vitória** - Plenário concelhio de **Lisboa** da JCP, para discussão dos documentos e eleição de delegados; plenário concelhio de **Odivelas** - às 16h, com Ana Loureiro.

- Dia 14, 21h - Plenário da Juv. Trabalhadora da Cidade de Lisboa, com eleição de delegados.

- Dia 15, 20h30 - Debate na **Amadora** sobre «Modelo Social-democrata na Suécia», com Sérgio Ribeiro.

Porto

- Dia 12 - IV Assembleia da Organização do Ensino Superior do Porto da JCP: a partir das 10h, na Fac. de Belas-Artes da U. Porto.

Setúbal

- Dia 11 - Plenário do Secundário em **Almada**. Debate no **Barreiro** sobre a situação internacional, com Margarida Botelho (às 20h)

- Dia 12 - Plenários no **Seixal** - da Juventude Trabalhadora e do Secundário. **Moita**, às 15h30 - Debate na **Baixa da Banheira** sobre Educação, com Bruno Carvalho.

Viana do Castelo

- Sábado, dia 12 - Encontro regional

Viseu

Dia 10 - Reunião do Superior.

Alcácer do Sal

- Plenários das freguesias de **Sta. Maria, Santiago e S. Martinho** (Casebres) - todos Sexta-feira, 11, às 20h30; das freguesias de **Sta. Susana e Torrão** - ambos dia 12.

Aljustrel

- Plenário concelhio de militantes, com José Soeiro - dia 12, 15h, CT de Aljustrel.

Plenários de militantes de preparação do Encontro

Alpiarça

- Plenário concelhio de militantes - Domingo, 13, 16h, CT.

Amadora

- Do Sector de Empresas da Amadora - dia 10, 18h30, CT: da freguesia da **Mina** - dia 12, 15h, CT; da freguesia da **Venda Nova** - dia 12, 15h, no Café do Jerónimo, Rua Carlos Amaro de Matos.

Debate: «Novas gerações de trabalhadores e intervenção do Partido» - Quinta-feira, 10, 20h30, CT da Amadora, com a participação do camarada **Paulo Raimundo**.

Aveiro

- Plenário concelhio de Aveiro - dia 11, 21h, no CT, com o cam. **Armando Miranda**; reunião da DORAveiro - dia 12, 15h, CT.

Beja (Distrito)

- Do organismo de diversas empresas da cidade de **Beja** - dia 11, 21h, CT de Beja; plenário concelhio de **Cuba** - no CT local, dia 11, 21h; da organização de **Cabeça Gorda** - dia 11, 21h, CT local; no mesmo dia 11 e sempre às 19h, das organizações de **V.V. Ficalho, Brinches, Vale de Vargo** (esta às 18h30), **Vila Nova de S. Bento** (na Cooperativa); de **Alvito, Salvada, Beringel** - todos no dia 11, 21h, nos respectivos Centros de Trabalho; de **Odivelas** - dia 11, às 16h, no Centro de Convívio dos Reformados; de **Aldeia dos Fernandes** - dia 11 às 21h; de **Almodôvar** - dia 12, 21h; de **Ferreira do Alentejo** - dia 12 às 16h; da organização de **Selmes** - dia 11 às 20h30; de **Santa Cruz** - dia 12 às 18h.

Castelo Branco (Distrito)

- Plenário da freguesia de **Tortosendo** - dia 11, 18h30, CT.

- Plenários concelhios de **Fundão** (dia 10, 21h, CT) e **Covilhã** (dia 12, 15h) nos CTs respectivos. Ainda na **Covilhã**, reuniões das células do **Centro Hospitalar da Cova da Beira** (dia 10, 21h) e da «**Nova Penteação**» (dia 12, 15h), ambas no CT da Covilhã.

Cartaxo

- Plenário de militantes da organização concelhia - dia 10, 21h30, CT local.

Chaves

Plenário de militantes, com a participação do camarada **Agostinho Lopes** - Dia 12, 15h, no CT.

Entroncamento

- Plenário concelhio de militantes, com a participação da camarada **Luísa Araújo** - Sexta-feira, 11, 21h, no CT do PCP / Zona Verde

Espinho

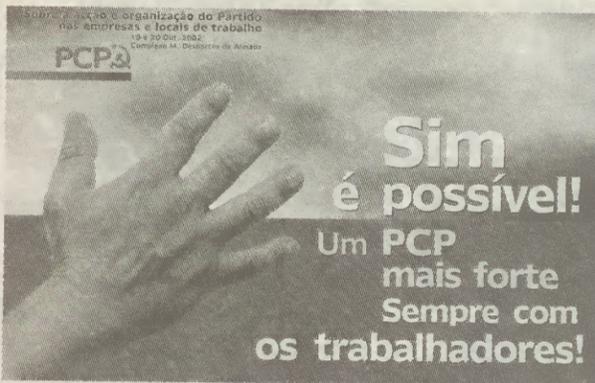
- Plenário concelhio - dia 11, 21h, no CT.

Estarreja

- Plenário concelhio - dia 11, 21h, no CT.

Évora

- Plenário do Sector Operário - dia 10, 21h; do Sector da Função Pública - dia 11, 21h; da célula da **CM** - dia 14, 20h30; do Sector de Serviços - dia 15, 20h30; plenário concelhio de militantes - dia 16, 21h (todos no Centro de Trabalho de Évora).



ção com **Helena Guerra** e **José António**.

Odivelas

Plenários das organizações das freguesias de **Ramada** (dia 11, 21h30, nas antigas instalações da Ass. de Freguesia) e **Pontinha** (dia 12, 15h, no CT da Pontinha).

- Plenário da organização da freguesia de **Odivelas**, antecedido

por almoço-convívio que terá início às 13h. Debate sobre o **Pacote Laboral e Segurança Social** na **Póvoa de Santo Adrião** - dia 11, 21h, na Esc. Primária n.º 2 de Póvoa de Santo Adrião.

Oliveira de Azeméis

- Plenário concelhio - dia 11, 21h, no CT.

Palmela

Plenário de militantes da Comissão Local de **Brejos de Aça** - na Assoc. de Reformados, dia 11 às 21h; da célula dos trabalhadores comunistas na **Autoeuropa** - dia 12, 14h30, CT de Pinhal Novo; plenário de militantes da freguesia de **Pinhal Novo** - sábado, dia 12, 15h, CT de Pinhal Novo; reunião de militantes do Partido e membros das ORT's das empresas do Parque Industrial da Autoeuropa - sábado, 12, 15h, CT de Pinhal Novo.

Peso da Régua

Plenário de militantes, com a participação do camarada **António Serafim** - Dia 12, 15h, na sede da Junta de Freguesia de Peso da Régua.

Porto

Plenários de militantes dos sectores **Comércio, Escritórios, Serviços** - dia 11, 21h; da **Yazaki** - dia 12 às 10h; da **EDP** - dia 14, 18h (todos no CT da Boavista).

Santarém (Distrito)

- Reuniões de militantes dos concelhos de **Santarém** - dia 10, 21h; de **Samora Correia** - dia 11, 21h; de **Salvaterra de Magos** - dia 11, 21h; de **Tomar** - dia 11, 21h; de **Chamusca**, com **Luísa Araújo** - dia 12, 20h30; de **Abrantes** - dia 12, 15h (todas nos respectivos Centros de Trabalho). - Da freguesia de **Vale de Cavalos** - dia 12, 16h30, no CT local.

Santiago do Cacém

Das organizações do **Cercal** - dia 11 às 20h30; **Ermidas** - dia 12 às 20h30; **Relvas Verdes** - dia 12 às 18h; **S. Bartolomeu da Serra, S. Domingos e Vale d'Água** - dia 11 às 20h30; **S. Francisco** - dia 15 às 20h30.

Seixal

Plenário concelhio de militantes - dia 11, 21h, CT do Seixal; da organização de **Amora** - dia 12, 15h, CT da Amora.

Sintra

Plenários de militantes das freguesias de **Algueirão-Mem Martins** - dia 12, 15h30, com **Alexandre Teixeira**; de **Monte Abraão** (dia 11, 21h30, na Esc. Primária n.º 1); de **Mira Sintra** - dia 11, 21h30, na Colectividade; de **Massamá** - dia 16, 21h30.

Torres Novas

Reunião concelhia de militantes, com a participação do camarada **Jerónimo de Sousa** - dia 11, 21h, Centro de Trabalho.

Viana do Castelo

Plenário distrital de militantes - sábado, 12, com início às 15h, no Auditório do Centro Social e Paroquial de Sta. Maria Maior.

Vila Real

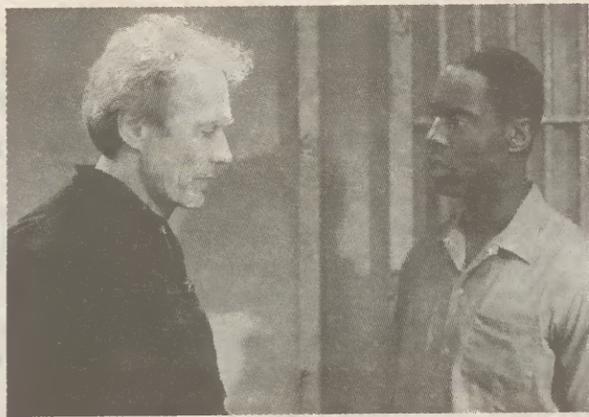
Plenário de militantes, com a participação do camarada **Mário Costa** - Dia 12, 15h, no CT Distrital.

ATVer

Meia-Noite no Jardim do Bem e do Mal é um filme algo insólito na brilhante carreira de realizador de Clint Eastwood

Meia-noite no Jardim do Bem e do Mal

(Sexta-feira, 11.10.02, TVI)



Meia-noite no Jardim do Bem e do Mal é um dos filmes mais enigmáticos realizados por **Clint Eastwood**, a começar pela própria temática: questões de bruxedos, credices e feitiços, com um misterioso suicídio pelo meio e um desenrolar de tensões, recalca-mentos e jogos de poder desconcertantes em plena sociedade rural, sulista e conservadora dos EUA. Conduzido como um filme de mistério, este trabalho de Eastwood está primorosamente construído e conta com as boas interpretações de **Kevin Spacey**, **John Cusack** e **Jack Thompson**.

A Cor Púrpura

(Sábado, 12.10.02, TVI)

A Cor Púrpura foi o primeiro grande falhanço comercial de **Steven Spielberg**, surgindo como um pesado melodrama sobre uma mulher negra, analfabeta, a viver todas as agruras da segregação racial no Sul dos EUA quando a memória do escravagismo continuava a pairar nas mentes e nas sociedades. Spielberg quis neste filme ser um autor «sério» e profundo, que se distinguisse do genial (todavia superficial...) criador de entretenimento cinematográfico, mas não foi ainda desta vez que o conseguiu, apesar de contar no elenco com actores do gabarito de **Danny Glover** e **Whoopi Goldberg**. O filme não teve êxito e até se percebe porque: arrasta-se demasiado e desequilibra-se num excessivo tom melodramático.



Nem **Whoopi Goldberg** conseguiu aligeirar o tom demasiado melodramático de **A Cor Púrpura**

Força Aérea 1

(Domingo, 13.10.02, SIC)

Volta ao ecrã esta imbecilidade de grande orçamento, toda assente em grandes meios de produção e na «estrela» principal – nem mais nem menos que **Harrison Ford**, desta vez interpretando o presidente dos EUA que, com as suas próprias mãos (!) liberta o avião presidencial (o célebre Air Force One que dá título ao filme) das garras de um grupo de terroristas (rusos renegados, pois claro, certamente para manter uma certa «ligação» à extinta guerra-fria...). A inverosimilhança da história não tem limites, tal como as «qualidades» presidenciais na arte do estalo e do pontapé são igualmente de deixar qualquer um de boca aberta, tudo para celebrar, da maneira mais primária e grosseira, a superioridade indiscutível dos EUA. Yupieeee!!!

La Bamba

(Domingo, 13.02, RTP-1)

La Bamba é uma aceitável reconstituição da trajectória meteórica de uma das lendas da geração rock dos anos 50, nos EUA, **Ritchie Valens**, que morreria tragicamente num acidente de viagem juntamente com dois outros nomes grandes do rock da altura, **Buddy Holly** e **The Big Bopper**. Uma nostálgica evocação biográfica, onde **Lou Diamond Phillips** encarna Valens de uma



Alec Guinness é simplesmente genial como **O Nosso Agente em Havana**, na boa companhia (entre outros) de **Maureen O'Hara**



forma sincera e apaixonada, num filme dominado pela música de Valens, magnificamente recriada por **Los Lobos** e que contou, ainda, com a contribuição de **Carlos Santana**.

A Comédia de Deus

(Terça-feira, 15.10.02, RTP-2)

Esta semana, a RTP-2 transmite alguns filmes de **João César Monteiro**, pelo que recomendamos a oportunidade para (re)ver alguns dos trabalhos deste original e criativo realizador português. Escolhemos como referência **A Comédia de Deus**, Prémio do Júri no Festival de Veneza, onde o autor retoma a sua emblemática personagem de ficção, **João de Deus** (interpretada pelo próprio realizador), poeta, vagabundo e libertino lisboeta, que nos delicia com

as suas desventuras e atribulações de sedutor de meia-idade com dedo para os gelados exóticos e mão suave para meninas descarradas...

O Nosso Agente em Havana

(Terça-feira, 15.10.02, RTP-2)

Rodado em Cuba, pouco depois da tomada de poder pelos revolucionários cubanos chefiados por Fidel Castro, **O Nosso Agente em Havana** é uma irresistível história de equívocos sobre um vendedor de aspiradores que se torna espião e vai inventando informações para ganhar dinheiro. Realizado e produzido por **Carol Reed** e com argumento de **Graham Greene**, adaptado do seu romance homónimo, **O Nosso Agente em Havana** é um filme malicioso e hilariante, que explora de forma admirável e alucinante o universo paranoico e perverso da espionagem, onde brilha a grande altura o actor **Alec Guinness** na personagem do vendedor/espião, que é levado demasiado a sério pelos seus chefes. A seu lado estão outros actores de mão cheia, como **Burl Ives**, **Maureen O'Hara**, **Ernie Kovacs**, **Noel Coward** e **Ralph Richardson**.

Os 39 Degraus (de Ralph Thomas)

(Quarta-feira, 16.10.02, RTP-2)

Produzido no Reino Unido, este remake do célebre filme de Alfred Hitchcock do mesmo nome é uma hábil realização de **Ralph Thomas** que, curiosamente, foi muito mais fiel ao filme realizado por mestre Hitchcock nos anos 30 que ao romance de John Buchan que lhe deu origem (e que, por sua vez, Hitchcock já tinha transformado consideravelmente). Com **Kenneth More** no papel de «falso culpado» que tenta localizar, identificar e neutralizar uma rede de espiões, de forma a limpar o seu nome de uma suspeita de homicídio, esta versão de **Os 39 Degraus** dos finais dos anos 50 permanece como um bom thriller de espionagem.

Quinta, 10

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 Espaço Infantil/Juvenil
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.00 Philly
23.00 Operação Especial - «Violência Doméstica»
00.30 Jag - Em Nome da Justiça
01.30 24 Horas
01.50 «Carne Fresca em Zombietown» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
12.40 Companhia dos Animais
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 O Conde D'Abranhos
15.00 Informação Gestual
16.30 «O Seu Último Espectáculo» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 Crónica do Século
19.30 Hóquei em Patins - Campeonato do Mundo/Feminino
20.45 3ª Calhau a Contar do Sol
21.05 As Três Marias
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.30 Roswell

Sexta, 11

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 Espaço Infantil/Juvenil
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.00 «The Heist» (Filme)
23.45 Jag - Em Nome da Justiça
00.45 24 Horas
00.50 Paraíso Filmes
01.30 «A Escada do Poder» (Filme)
05.00 Fórmula 1 - GP do Japão (Treinos)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Ilhas de Bruma
14.00 O Conde D'Abranhos
15.00 Informação Gestual
16.30 «Na Maior» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
19.30 Hóquei em Patins - Campeonato do Mundo/Feminino
20.45 3ª Calhau a Contar do Sol
21.05 As Três Irmãs
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo

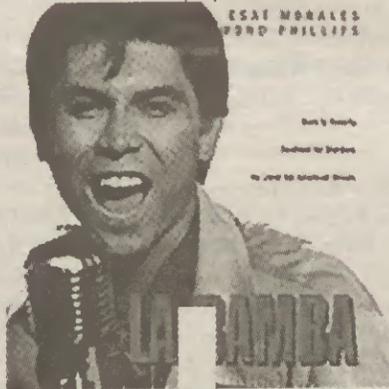
Sábado, 12

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Um Desastre de Bruxa
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Documentário
15.00 Top +
15.00 João Baião
19.30 Camilo, o Pendura
20.00 Telejornal
21.00 Filme não Designado
23.00 Cerimónias de Fátima (Procissão)
24.00 «Memórias de Criança» (Telefilme)
01.45 24 Horas
02.00 Paraíso Filmes
02.30 Jag-Em Nome da Justiça
01.15 24 Horas
02.00 Paraíso Filmes
02.30 Jag-Em Nome da Justiça (Filme)
06.30 Fórmula 1 - GP do Japão

▼ RTP 2

08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Hóquei em Patins - Final do Campeonato do Mundo/Feminino
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britecom
01.15 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.30 Noites Curtas no Onda-Curta



La Bamba reconstituiu a trajectória meteórica do ídolo do rock **Ritchie Valens**, nos EUA dos anos 50

On the Town é um histórico espectáculo da Broadway dos anos 40; a encenação dirigida posteriormente por **Bernstein** passa também no domingo na RTP2



Um famoso fotógrafo das guerras do nosso tempo, **James Nachtwey**, e as fotos que fez na Palestina: no Artes e Letras desta semana

23.30
«Hoje, Amanhã e Depois» (Filme)
01.20 Olhos Gigantes Persecutando o Céu

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
22.00 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 «Mistério do Deserto» (Filme)
02.15 Salvos na Tempestade

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 Dawson's Creek
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Vidas Reais
01.00 Ally McBeal
02.00 «Regresso à Família» (Filme)
04.30 Frasier

24.00 «Viagem aos Princípios do Mundo» (Filme)
01.45 «Carnets d'Une Insurrection» (Filme Documental)

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
22.00 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 «Baixe Moi» (Filme)
02.15 Contos Eróticos

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 Dawson's Creek
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Imagens que Falam
01.00 «Meia-Noite no Jardim do Bem e do Mal» (Filme)
03.15 Frasier

▼ SIC

07.00 SIC a abrir
12.00 Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 O Camião
15.30 A Vingadora
16.45 Air América
17.30 «Táxi, Uma Viagem Alucinante» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Linha da Sorte
23.30 «Fogo Rápido» (Filme)
01.30 Amante Latino
02.30 No Fim do Mundo

▼ TVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Survivor
15.00 BB Famosos
15.45 «Caravana para Este» (Filme)
18.00 «Don Juan de Marco» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Sonhos Traídos
23.00 O Último Beijo
24.00 Cerimónias de Fátima - Procissão
00.30 «A Cor Púrpura» (Filme)
03.00 «Cleópatra» (Filme)

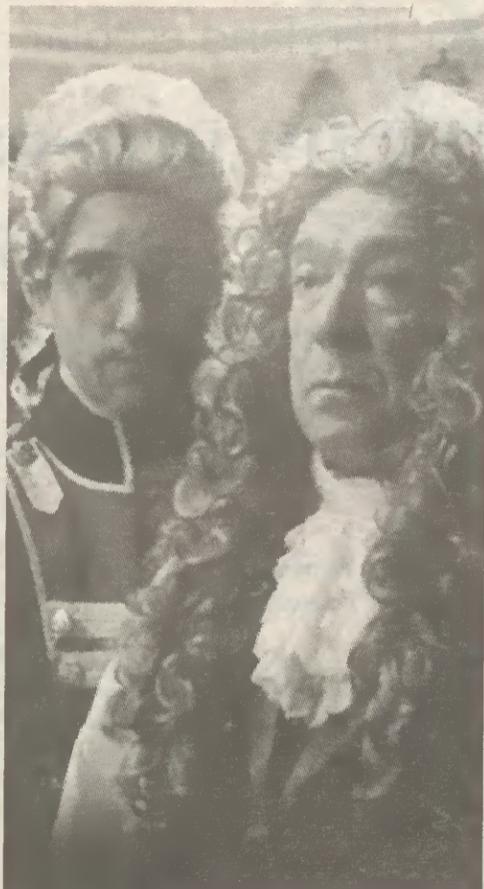
Domingo, 13

▼ RTP1

- 07.00 Fórmula 1 - GP do Japão
- 08.30 Infantil/Juvenil
- 10.00 Cerimónias de Fátima
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 O Mundo Perdido
- 16.00 Estúdio 5
- 19.00 Domingo Desportivo
- 20.00 Telejornal
- 21.45 A Minha Sogra É uma Bruxa
- 22.00 Contra-Infomação Fim-de-Semana
- 22.15 «La Bamba» (Filme)
- 01.15 24 Horas
- 01.45 Jag-Em Nome da Justiça
- 02.45 «Pixote, a Lei do Mais Fraco» (Filme)

▼ RTP2

- 09.00 Programa Religioso
- 10.30 Um Século de Tangos
- 11.30 Expresso Mauritânia, o Comboio do Deserto
- 12.00 Ilusíada
- 13.00 Untamed Australia
- 14.00 Desporto 2
- 18.30 Technopolis
- 19.30 Onda Curtas
- 20.00 A História de Nikita
- 21.00 Artes e Letras - James Nachtwey, Reporter de Guerra
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Artes de Palco - «On The Town»
- 00.15 Odisseia nas Imagens - «Primary»



«O Processo dos Távoras», uma produção já premiada da RTP, é transmitida às terças à noite na RTP1

Segunda, 14

▼ RTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Vencedores
- 15.30 Marisol
- 16.30 Carita de Anjo
- 17.15 Espaço Infantil/Juvenil
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Sorte Grande
- 21.15 O Elo Mais Fraco
- 22.15 Prós e Contras
- 00.15 Jag-Em Nome da Justiça
- 01.15 24 Horas
- 01.30 «Brigada Final» (Filme)

▼ RTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 12.40 Companhia dos Animais
- 13.00 Ilhas de Bruma
- 13.30 Sozinhos em Casa
- 14.00 O Conde D'Abranhos
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «O Prisioneiro» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Planeta Azul
- 19.00 Em Busca da Beleza
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 3ª Calhau a Contar do Sol
- 21.00 Três Irmãs
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Sete Palmas de Terra
- 24.00 «O Último Mergulho» (Filme)
- 02.30 2010

▼ SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Olhar da Serpente
- 15.00 As Duas por Três
- 16.30 Malhação
- 17.00 Não Há Pai!
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Não Há Pai!
- 22.00 Esperança
- 23.15 Olhar da Serpente
- 00.15 «Sangue Novo» (Filme)
- 02.15 Proteger e Servir

▼ TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.30 BB Extra
- 16.00 BB Fim-de-Semana
- 17.10 Anjo Selvagem
- 18.00 Vidas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.45 A Jóia de África
- 23.00 Sonhos Traídos
- 00.00 Vidas Reais
- 01.00 Ficheiros Secretos
- 02.00 I.ª Vaga
- 03.15 Frasier

Terça, 15

▼ RTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Vencedores
- 15.30 Marisol
- 16.30 Carita de Anjo
- 17.15 Espaço Infantil/Juvenil
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 O Elo Mais Fraco
- 22.00 O Processo dos Távoras
- 23.00 Fora de Jogo
- 00.30 Jag - Em Nome da Justiça
- 01.30 24 Horas
- 01.45 «Invasores de Martes» (Filme)

▼ RTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 12.40 Companhia dos Animais
- 13.00 Ilhas de Bruma
- 13.30 Sozinhos em Casa
- 14.00 O Conde D'Abranhos
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «O Nosso Agente em Havana» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Onda Curta
- 19.00 Páginas da Estrada
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 3ª Calhau a Contar do Sol
- 21.00 Três Irmãs
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Eden
- 24.00 «A Comédia de Deus» (Filme)
- 03.00 A Bastarda Polaca

▼ SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Olhar da Serpente
- 15.00 As Duas por Três
- 16.30 Malhação
- 17.00 Não Há Pai!
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Não Há Pai!
- 22.00 Esperança
- 23.15 Olhar da Serpente
- 00.15 «Justiça» (Filme)

▼ TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.30 BB Extra
- 16.00 BB Fim-de-Semana
- 17.10 Anjo Selvagem
- 18.00 Vidas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.45 A Jóia de África
- 23.00 Sonhos Traídos
- 00.00 Vidas Reais
- 01.00 Ficheiros Secretos
- 02.00 I.ª Vaga
- 03.15 Frasier

Quarta, 16

▼ RTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Vencedores
- 15.30 Marisol
- 16.30 Carita de Anjo
- 17.15 Espaço Infantil/Juvenil
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 O Elo Mais Fraco
- 22.00 «Conspiração na Sombra» (Filme)
- 00.45 Jag - Em Nome da Justiça
- 01.45 24 Horas
- 02.00 Demónios - Toda a Verdade (Filme)

▼ RTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 12.40 Companhia dos Animais
- 13.00 Ilhas de Bruma
- 13.30 Sozinhos em Casa
- 14.00 O Conde D'Abranhos
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «Os 39 Degraus» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Bombordo
- 19.00 Águas da Vida
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 3ª Calhau a Contar do Sol
- 21.00 Três Irmãs
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 A Educação de Max Bickford
- 23.30 «A Bacia de John Wayne» (Filme)
- 02.15 Vida de Escravos em França

▼ SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Olhar da Serpente
- 15.00 As Duas por Três
- 16.30 Malhação
- 17.00 Não Há Pai!
- 17.30 Desejos de Mulher



- 18.30 New Wave
- 19.00 Coração de Estudante
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Não Há Pai!
- 22.00 Esperança
- 23.15 Olhar da Serpente
- 00.15 Hora Extra
- 01.00 «Jantar de Palermas» (Filme)

▼ TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.30 BB Extra
- 16.00 Gala BB Famosos
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.30 Anjo Selvagem
- 22.45 Sonhos Traídos
- 00.15 Vidas Reais
- 01.00 «Black Seorpion: Ground Zero» (Filme)
- 03.30 Frasier

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

Três casos para um retrato

O «60 Minutos» é um programa que sempre tenho interesse em ver (no SIC Notícias, via cabo, como decerto se saberá), cujo visionamento me suscita a imperiosa vontade de escrever sobre o que vi, e que em consequência me precipita no quase pânico de levar roda de antiamericano primário. É que, sendo o «60 Minutos» um produto *made in USA* e portanto insuspeito de estar a soldo dos demónios, são muitas as vezes em que fornecem pesado material para o que poderia ser um libelo contra os Estados Unidos, hipótese naturalmente apenas imaginária e absurda. Ora, com a devida vénia para os que são mestres na matéria e todos os dias fazem singular prova disso, isto de vir uma das maiores empresas norte-americanas de TV, a CBS, prestar testemunho nada lisonjeito acerca da realidade estado-unidense, tem imenso interesse jornalístico. Por razões várias e, entre todas elas, uma que me parece

Da Pista Judaica à fatia de pizza

Contou o «60 Minutos» algo que não surpreenderá: que todo o mundo árabe está convicto de que o famigerado Ben Laden é apenas um pagador de favas quanto ao massacre do WTC, tendo este sido planeado e perpetrado pelos adequados serviços de Israel, a fim de desencadear a ira norte-americana contra o Islão. O argumento avançado pelos árabes entrevistados parece-me frágil, mas quando se conhece o punhadão de estranhezas e mesmo de acusações que a versão USA da tragédia já suscitou (designadamente os dois livros que o ex-agente da CIA Oswald Le Winter publicou em Portugal) é inevitável ficar a pensar. Depois, o programa provou que o poder militar norte-americano mentiu repetidamente ao seu povo acerca do Caso Speicher, o piloto que foi dado como morto e até «sepultado» sem que afinal a sua morte tenha sido provada, muito antes pelo contrário. Não terá sido nada de grave, mas quem mente assim num caso menor é evidentemente capaz de mentir muito mais noutros casos, e o conhecimento do que se passou fica como lição e aviso. A terceira reportagem tratou de qualquer coisa de mais chocante: da legislação penal no Estado da Califórnia, como se sabe um dos mais importantes entre os cinquenta que integram os States. Ali, à terceira condenação por qualquer delito, mesmo menor, o réu é condenado a pena não inferior a 25 anos, o que muitas vezes equivale de facto a prisão perpétua. E foram citados exemplos concretos: um que levou 25 anos por ter roubado uma bicicleta; um outro porque roubou um casaco e umas luvas; outro ainda porque furtou quatro bolachas e chocolate; mais outro porque se apoderou de uma fatia de pizza! Dir-se-á, e com verdade, que estes são apenas casos avulsos, indícios dispersos. Mas não fui eu que os escolhi, foi o «60 Minutos», o programa de informação mais prestigiado e premiado dos Estados Unidos, como regularmente lembra o jornalista Mário Crespo. E ninguém de boa-fé fingirá ignorar que a estes exemplos talvez menores é fácil adicionar muitos outros perfeitamente averiguados, alguns dos quais suscitaram indignação e clamores mundiais. E que todo esse conjunto compõe um retrato feiíssimo mas verdadeiro da Grande América, a Mãe de Todas as Liberdades, a da «Justiça Infinita» que ia sendo nome de guerra cobarde e ineficaz. E, repito: por favor não se diga que sou antiamericano primário. Digam isso, se quiserem, da CBS, uma das três grandes da TV norte-americana. E, depois, avenham-se com ela.



700 fotografias clandestinas do terror nazi e da resistência no ghetto de Varsóvia em 1944 foram recuperadas para o filme que a RTP2 transmite sexta-feira, perto das 2 da manhã



▼ SIC

- 07.00 SIC a abrir
- 12.00 BBC Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Com a Verdade me Enganas 2» (Filme)
- 16.00 «A Rapariga do Séc. XXI» (Filme)
- 18.00 «Força Aérea 1» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 21.30 Mentes Brillhantes
- 22.30 Herman SIC
- 00.45 «Negócio Arriscado» (Filme)
- 02.45 No Fim do Mundo

▼ TVI

- 07.30 Super Batatoon
- 09.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 «Time at the Top» (Filme)
- 16.00 «Uma Boneca de Sonho» (Filme)
- 18.00 «Dave, Presidente por um Dia» (Filme)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.45 A Jóia de África
- 22.45 O Último Beijo
- 23.15 BB Famosos Fim-de-semana
- 01.30 «Four Fathers» (Filme)

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Nem um pingo

Aproveitando o pretexto de uma inauguração, o Primeiro-Ministro Durão Barroso foi à Região Autónoma da Madeira para anunciar «35 medidas» a aplicar na Região que representam, exactamente, o valor do limite de endividamento reivindicado pelo governo autónomo do PSD, chefiado pelo inefável Alberto João Jardim.

São 35 «medidas» que, na medição deste descarado expediente, correspondem a pelo menos 75 milhões de euros a conceder pelos cofres do Estado a esta região autónoma, no próximo Orçamento.

Quer isto dizer, muito cruamente, que o Governo Autónomo da Madeira afinal pode (continuar a) gastar à vontade os dinheiros da República, apesar da dramática proibição governamental de endividamento público por parte tanto das autarquias como das regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

De caminho (e no meio de afirmações tão extraordinárias como a de considerar Alberto João Jardim um patriota «inexcedível»), Durão Barroso concedeu praticamente tudo o que o tal «inexcedível patriota» andava a reivindicar há muitos anos ao poder central, com o declarado objectivo de aumentar o seu poder pessoal na Região - e que o poder central sempre lhe recusou, mesmo sob gestão do PSD de Cavaco Silva -, com relevo para a autonomização da RTP e RDP (agora é que vai ser um fartote de comunicados do governo regional nos órgãos de comunicação do Estado!), a dupla tutela da Universidade e a regionalização dos serviços de Finanças e Justiça (o que irá implicar, presume-se, um aumento das despesas em termos de orçamento regional, sem embargo de um enorme aumento de receitas também regionais por serviços que, por definição, devem estar sob responsabilidade do Estado...).

Como cereja no bolo, o Governo de Durão Barroso assume igualmente, em nome do Estado, a construção de infra-estruturas de grande envergadura, como será o caso do Centro Logístico de Combustíveis da Madeira (30 milhões de euros a pagar pela República...) ou os custos de correcção da pista do aeroporto do Funchal, a par de um vasto pacote de apoios - sempre pagos pelos cofres do Estado - e de um conjunto de medidas que, na prática, tenderão a atenuar o gigantesco passivo da Região Autónoma da Madeira para com o Estado central, como resultado directo de sucessivas gestões ruinosas, perdulárias e permanentemente sob suspeita.

Entretanto, a generalidade das autarquias está sob a ameaça de paralisia devido à proibição governamental de novos investimentos, enquanto serviços, especialidades e valências nos mais diversos sectores de todos os serviços públicos fecham ou vão a caminho da paralisação por falta de profissionais, entretanto despedidos ou suspensos de um novo contrato a termo certo, que o actual Governo insiste em recusar porque anda na poupança de uns euros aqui e ali, cortando cegamente nos salários da Função Pública com prejuízo directo (e flagrante) de todos os utentes e da sociedade em geral.

Descaramento assim não é muito vulgar, até em Portugal. E mesmo dando de barato os muitos milhões de euros que (mais uma vez) vão ser dados ao arbítrio e às arbitrariedades de Alberto João Jardim, bem como esta escandalosa concessão a um governo regional do PSD quando a todos se exige contenção, emerge daqui uma perigosa evidência. É que este Governo não tem um pingo de escrúpulos.

Contra novo calendário escolar

Adesão à greve no pré-escolar ronda 90 por cento

Mais de 90 por cento dos educadores de infância aderiram à greve convocada anteontem pela Fenprof. Em causa está o novo calendário escolar proposto pelo Governo.

«É uma jornada histórica de protesto às políticas governativas», considera a Federação Nacional dos Professores. «As nossas expectativas eram elevadas, mas os primeiros números estão a superar as nossas previsões e demonstram um claro sinal de protesto à política definida pelo ministro da Educação», afirmou, à Lusa, Maria do Céu Silva, coordenadora nacional da Fenprof para a educação pré-escolar.

A adesão à greve na região da grande Lisboa rondou os 98 por cento. Também nas

regiões Centro e Norte do país, a adesão cifra-se em 98 por cento. Quanto ao Sul, a Fenprof aponta para uma adesão de 90 por cento nos distritos de Évora e Faro.

A adesão à greve na região da grande Lisboa rondou os 98 por cento

Em declarações àquela agência, Manuela Caetano, dirigente sindical de Aveiro, sustentou que o novo calendário para este tipo de educação «está completamente desajustado da dinâmica que deve existir entre os diversos níveis de ensino, principalmente entre o pré-escolar e o ensino básico. Com o novo modelo de gestão, os educadores de

infância não têm direito às pausas lectivas para poderem avaliar e planificar com os outros sectores da educação a componente educativa da Educação pré-escolar».

Educação de qualidade

Antónia Fialho, coordenadora da educação pré-escolar do Sindicato dos Professores da Zona Sul, adiantou que «os educadores têm conversado com os pais e eles também não percebem muito bem por que é que o pré-escolar tem de começar mais cedo do que o restante ensino. Os pais não têm grandes questões a colocar pois todos queremos o mesmo».

«Queremos que os jardins de infância, além da componente educativa, tenham uma

socioeducativa para responder às necessidades das famílias. Não podemos é admitir que esta seja conseguida à custa do trabalho dos educadores», argumentou.

Os educadores de infância exigem, ainda, que seja cumprido o protocolo assinado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Solidariedade e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que vigora desde 1998, para garantir o alargamento dos horários de funcionamento dos jardins de infância da rede pública.

PCP denuncia: PIDDAC prejudica Leiria

O Orçamento de Estado para 2003 e o PIDDAC não servem os interesses de Leiria, considera o Executivo da Direcção Regional de Leiria do PCP. Numa nota de imprensa datada de anteontem, o PCP classifica de «profundamente injusto e discriminatório» que o PIDDAC de 2003 penalize essencialmente o investimento directo nas regiões.

São feitos cortes substanciais no investimento público em 13 dos 16 concelhos do distrito de Leiria, situação que se agrava quando tinham sido adiada em 2002 a concretização de projectos importantes em muitos dos concelhos agora penalizados.

«É grave e inaceitável que seja nos sectores da saúde, educação e acessibilidade - considerados prioritários durante a campanha eleitoral pelas forças que dão suporte ao Governo - os que mais se ressentem nos cortes do investimento, juntamente com os sectores do ambiente, cultura e segurança interna», sustenta o PCP.

«A tímida actualização de 1,6 milhões de contos do PIDDAC de 2003 em relação ao de 2002, à custa essencialmente das rubricas do Euro 2004 e das indemnizações, não pode esconder o facto de Leiria ter sido altamente lesada no presente ano com um corte de sete milhões de contos em relação a 2001», acrescenta, defendendo que o mínimo aceitável é a reposição dos níveis de investimento de 2001, ou seja, 37 milhões de contos.



Carvalhas encontra-se com Xanana Gusmão

Carlos Carvalhas encontrou-se com Xanana Gusmão, presidente da República Democrática de Timor Leste, ontem, em Lisboa, no âmbito das relações internacionais do Partido.

Entretanto, uma delegação do PCP visita a Israel e

a Palestina. A delegação, composta por Albano Nunes, membro do Secretariado, e Anabela Fino, chefe de redacção adjunta do *Avante!*, participará no Congresso do Partido Comunista de Israel e manterá contactos

com forças e movimentos israelitas de luta pela paz. Durante a visita, que se prolonga até segunda-feira, a delegação reunirá com a Autoridade Palestiniana, o presidente Yasser Arafat e as principais forças da OLP.



PCP reúne-se com a CGTP

Uma delegação do PCP - composta pelo secretário-geral, Carlos Carvalhas, Jerónimo de Sousa e Fernanda Mateus, membros da Comissão Política - reuniu-se com a CGTP-IN, anteontem, em Lisboa. O encontro foi pedido pelo PCP e serviu para discutir os principais problemas laborais do nosso país.

